

MICHEL CHOSSUDOVSKY

GUERRA E GLOBALIZAÇÃO

Antes e depois de 11 de setembro de 2001

MICHEL CHOSSUDOVSKY

GUERRA E GLOBALIZAÇÃO

Antes e depois de 11 de setembro de 2001

**EXPRESSÃO
POPULAR**

Copyright © 2004, by Expressão Popular

Título original: *Guerra y Globalización - antes y después del XI/IX/MMI*

Tradução: *Ana Corbisier*

Revisão: *Geraldo Martins de Azevedo Filho*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*

Impressão: *Cromosete*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

C551g Chossudovsky, Michel
Guerra e globalização / Michel Chossudovsky. – São Paulo : Expressão Popular, 2004.
192 p.

Indexada em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 85-87394-46-0

1. Guerra - Estados Unidos. 2. Guerra e globalização. 3. Pobreza. II. Título.

CDD 21.ed. 327.16
303.66

ELIANE M. S. JOVANOVIČH CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: março de 2004

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR LTDA

Rua Bernardo da Veiga, 14

CEP 01252-020 - São Paulo-SP

Fone/Fax: (11) 3112-0941

Correio eletrônico: vendas@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. ANTECEDENTES: O QUE ESTÁ POR TRÁS DO 11 DE SETEMBRO?.....	11
2. QUEM É OSAMA BIN LADEN?.....	33
3. WASHINGTON APÓIA O TERRORISMO INTERNACIONAL.....	57
4. ENCOBRIMENTO OU CUMPLICIDADE?.....	75
5. A GUERRA E A AGENDA SECRETA.....	91
6. O OLEODUTO TRANSFEGÃO.....	111
7. A MÁQUINA BÉLICA DOS ESTADOS UNIDOS.....	135
8. O IMPÉRIO ESTADUNIDENSE.....	165
9. COMO DESARMAR A NOVA ORDEM MUNDIAL.....	179

APRESENTAÇÃO

Não há, na história contemporânea, evento mais importante do que o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. A queda das torres gêmeas assinalou um novo momento na história mundial, marcado por uma ofensiva, em grande escala, do imperialismo estadunidense contra os povos de todo o planeta. Mais do que isso: para ter as mãos livres de qualquer restrição à voracidade intervencionista, o presidente George W. Bush e a equipe fundamentalista que ocupa a Casa Branca atacaram as bases da democracia estadunidense: a pretexto de “combater o terrorismo”, atribuíram poderes ilimitados à polícia federal (FBI), restringiram o direito à informação e, mediante a criação de um pânico permanente e artificial, com a devida ajuda da mídia, limitaram drasticamente o exercício das liberdades primordiais. Trata-se, evidentemente, de um panorama sombrio, potencialmente explosivo. Mas, por isso mes-

mo, exige uma resposta enérgica de todos os partidos, grupos, movimentos sociais, intelectuais, trabalhadores e jovens que lutam em defesa dos direitos humanos, da democracia e do socialismo.

Este é o tema central do presente livro de Michel Chossudovsky. A mera leitura dos títulos de seus nove capítulos já indica o caminho seguido pelo autor: “1. Antecedentes: o que há por trás do 11 de setembro?; 2. Quem é Osama Bin Laden?; 3. Washington apóia o terrorismo internacional; 4. Encobrimento ou cumplicidade?; 5. A guerra e a agenda secreta; 6. O oleoduto transafegão; 7. A máquina bélica dos Estados Unidos; 8. O império estadunidense; 9. Como desarmar a nova ordem mundial”. Chossudovsky constrói uma linha de investigação com o objetivo de demonstrar que, muito longe de ser um fato isolado e absurdo, o atentado de 11 de setembro se encaixa perfeitamente na lógica da expansão imperialista estadunidense. De fato, encaixa-se de modo tão perfeito e oportuno que permite levantar uma série de questões sobre por quem e de que maneira foi planejado.

Mas não se trata de um livro especulativo, desses em que o autor cita “fontes” obscuras para sustentar afirmações nunca comprovadas. Longe disso. Chossudovsky parte sempre de fatos públicos e notórios (artigos e reportagens publicados pela mídia, programas de televisão, histórias dos protagonistas etc.), que são analisados à luz de um vasto e profundo conhecimento das articulações financeiras, econômicas e estratégicas que motivam as ações políticas. Por exemplo, propõe uma

discussão importantíssima sobre a economia do petróleo que tem por eixo os oleodutos do Afeganistão (a nova “rota da seda”), e que se enquadra, por sua vez, na disputa entre o dólar e o euro. Há um vínculo indissociável, nesse sentido, entre as ações dos Estados Unidos no Afeganistão e na Europa central: o ataque a Belgrado foi apenas o prólogo do bombardeio de Cabul, como ele mostra no seguinte trecho:

“Em termos amplos, o euro domina as regiões vizinhas da Alemanha: Europa do Leste, países bálticos e os Balcãs, enquanto o dólar tende a prevalecer no Cáucaso e na Ásia central. Nos países integrantes da GUUAM (Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia), exceto a Ucrânia, o dólar ultrapassa o euro. A “dolarização” de moedas nacionais é parte da “estratégia da rota da seda”, que consiste, primeiro, em desestabilizar e, depois, em impor o dólar às moedas nacionais, desde o Mediterrâneo até a fronteira ocidental da China, com o propósito de estender a hegemonia do sistema da Reserva Federal – isto é, de Wall Street – a um território imensamente grande. Na realidade, estamos frente a uma luta “imperial” pelo controle das moedas nacionais. Controlar a criação do dinheiro e o sistema de crédito é parte fundamental do processo de conquista econômica, apoiado por sua vez na militarização do corredor euro-asiático.”

Chossudovsky reúne credenciais suficientes, como pesquisador, para que o seu trabalho seja analisado com toda a seriedade. É professor de Economia da Universidade de Ottawa e do Centro de Estudos em Áreas de De-

envolvimento da Universidade McGill de Montreal (ambas no Canadá). Foi conselheiro econômico e consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Undup) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Também lecionou em universidades do Chile, Argentina, Venezuela e Peru. Em 1997, escreveu o livro *A globalização da pobreza – impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial*, publicado no Brasil pela Editora Moderna, em 1999. O autor tem um vínculo de proximidade com o Brasil: em 1993, visitou o país pela primeira vez, para fazer uma pesquisa sobre o Plano Collor, quando entrevistou Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Aprendeu a falar português com sua mulher Michele, cujo trabalho de doutorado em Geografia, pela Universidade de Laval, em Quebec, foi sobre o Brasil.

Finalmente, de posse de todos esses dados, o leitor terá uma dúvida legítima: o que fazer? A resposta está nas palavras com que Michel Chossudovsky encerra o livro: “Torna-se urgente conseguir a globalização dessa luta contra o império estadunidense, a qual exige um grau de solidariedade e internacionalização sem precedentes. O sistema econômico global se nutre da divisão da sociedade entre países e no interior destes, razão pela qual é necessário um forte impulso que aglutine os movimentos sociais de todas as regiões importantes do mundo em uma busca e um compromisso comuns, para eliminar a pobreza e obter uma paz mundial duradoura.”

José Arbex Jr.

1. ANTECEDENTES: O QUE ESTÁ POR TRÁS DO 11 DE SETEMBRO?

O mundo passa pela crise mais séria da História moderna. Como resposta aos trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos – exibindo o poderio militar mais impressionante desde a segunda guerra mundial – empreenderam uma aventura militar que põe em risco o futuro da humanidade.

Apenas umas horas depois dos ataques terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono, Osama Bin Laden e sua organização, Al Qaeda, foram identificados pela administração Bush – sem nenhuma evidência – como os “principais suspeitos”. Colin Powell, o secretário de Estado, afirmou que os ataques eram “um ato de guerra”, e naquela noite, em um discurso transmitido pela tevê à nação, o presidente George W. Bush confirmou: “ou estão conosco ou estão com os terroristas. A partir de hoje, todo país que abrigue ou apóie

o terrorismo será considerado pelos Estados Unidos um regime hostil”.

O ex-diretor da CIA, James Woolsey, assinalou um “apoio de governos” por trás dos ataques, com o que indicava a cumplicidade de um ou mais governos estrangeiros. Como dissera o ex-assessor de Segurança Nacional, Lawrence Eagleburger: “Em casos de ataques como este, mostraremos a eles que somos temíveis quanto à força e à capacidade de retribuição”.¹

Enquanto isso, as declarações oficiais, transformadas na mantra dos meios de comunicação ocidentais, aprovaram o início de “ações punitivas” contra alvos civis na Ásia e no Oriente Médio. Segundo William Safire, do *New York Times*: “Quando as bases e os campos de nossos atacantes estiverem razoavelmente localizados, devemos transformá-los em pó – aceitando o risco de danos colaterais – agindo de forma aberta e encoberta para desestabilizar os países que apóiem o terror”.² Em outras palavras, a administração Bush utilizou os meios de comunicação como instrumento para preparar o mundo ocidental para a matança de milhares de civis inocentes.

Osama Bin Laden: pretexto para declarar a guerra

Desde o princípio, a chamada “guerra contra o terrorismo” foi convenientemente utilizada pelo governo

¹ Noticiário de *PBS News Hour*, (pbs.org/newshour/bb/military/terroristattack/government.html).

² *New York Times*, 12 de setembro de 2001.

Bush, não apenas para justificar o bombardeio de alvos civis no Afeganistão, mas também para suspender os direitos constitucionais e o estado de direito nos Estados Unidos, no contexto da chamada “guerra interna” contra o terrorismo.

Salta aos olhos que o primeiro suspeito dos ataques terroristas em Nova York e em Washington, o saudita Osama Bin Laden, seja uma criação da política externa estadunidense. Foi recrutado durante a guerra entre afegãos e soviéticos, “ironicamente, sob os auspícios da CIA, para lutar contra os invasores soviéticos”. A análise que faço nos capítulos 2º, 3º e 4º confirma amplamente que a organização Al Qaeda, de Osama, é o que a CIA chama de um “recurso de inteligência” (da própria CIA).

Durante e depois da guerra fria, a CIA – utilizando-se do aparato de inteligência militar do Paquistão (ISI) como intermediário – teve um papel destacado no treinamento dos mujaidins. Por sua vez, o treinamento das guerrilhas, estimulado pela CIA, incorporou os ensinamentos do islã. Os governos de Clinton e Bush deram apoio irrestrito à chamada base militante islâmica, incluindo a Al Qaeda como parte de sua agenda de política externa. Os vínculos entre Osama Bin Laden e Clinton na Bósnia e no Kosovo estão amplamente documentados em gravações do Congresso estadunidense.

Poucos meses depois dos ataques, o secretário da Defesa, Rumsfeld, afirmou que seria difícil encontrar Osama e extraditá-lo, já que essa busca equivalia a “encontrar uma agulha em um palheiro”. Apesar disso, os

Estados Unidos poderiam tê-lo capturado e extraditado em várias ocasiões, antes de 11 de setembro. Dois meses antes dessa data, Bin Laden, o “fugitivo mais procurado dos Estados Unidos”, estava no Hospital Americano de Dubai, Emirados Árabes, devido a uma doença crônica nos rins. Se as autoridades estadunidenses quisessem prendê-lo, poderiam tê-lo feito, ainda que naquele momento não tivessem pretexto para uma operação militar de grande magnitude na Ásia central.

Quadro 1. 1 – Julho de 2001: Osama Bin Laden

no Hospital Americano de Dubai, Emirados Árabes.

Dubai é um dos sete emirados da Federação de Emirados Árabes, a nordeste de Abu-Dhabi. No mês de julho, essa cidade, com uma população de 350.000 pessoas, foi cenário de uma reunião secreta entre Osama Bin Laden e o agente local da CIA. Um sócio do Hospital Americano de Dubai afirma que o inimigo público número um esteve nesse hospital entre 4 e 14 de julho. Enquanto estava hospitalizado, Bin Laden recebeu a visita de vários familiares, assim como de conhecidos sauditas e cidadãos dos emirados. Também o agente local da CIA, pessoa bem conhecida em Dubai, foi visto quando saía do elevador principal do hospital, em direção ao quarto de Laden. Uns dias mais tarde, o homem da CIA se vangloriava da visita junto a alguns amigos. Fontes autorizadas afirmam que, em 15 de julho, um dia depois do regresso de Bin Laden

a Quetta, no Paquistão, o agente da CIA foi chamado ao escritório central. Durante as investigações, o FBI descobriu "acordos para financiamento" que a CIA fizera, durante anos, com seus "amigos árabes". Assim, a reunião de Dubai parecia lógica, coerente com a "política estadunidense". Fonte: *Le Figaro*, Paris, 11 de outubro de 2001. *Bin Laden volta ao hospital em 10 de setembro, desta vez, como cortesia do aliado dos Estados Unidos, o Paquistão*. Em 10 de setembro, um dia antes dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, Osama Bin Laden foi submetido a uma diálise no rim, em um hospital militar do Paquistão. A inteligência militar deste país (ISI) informou à CBS que Laden recebera tratamento em Rawalpindi, no hospital do exército. Uma enfermeira afirmou que todo o pessoal do departamento de urologia do hospital foi substituído por outra equipe médica. "Tratava-se de uma pessoa muito especial", disse a enfermeira, negando-se a revelar sua identidade. Deve-se considerar que o hospital está sob a jurisdição das forças armadas do Paquistão, que mantêm estreitos vínculos com o Pentágono. Os assessores militares dos Estados Unidos sediados em Rawalpindi colaboram com as forças armadas do Paquistão. Não houve nenhuma tentativa para capturar o fugitivo mais procurado dos Estados Unidos, ou seja, pode ser que Laden servisse a um objetivo "maior". Fonte: *CBS Notícias*, com Dan Rather, 28 de janeiro de 2002.

Os Estados Unidos apóiam os talibãs

Os meios de comunicação ocidentais repetem, como um eco do governo Bush, a mantra que descreve os talibãs e a Al Qaeda como “encarnação do mal”, sem mencionar que, em 1996, os talibãs chegaram ao poder no Afeganistão graças ao apoio que os Estados Unidos dava a eles e às forças da Al Qaeda, por meio do ISI. *Jane Defense Weekly* confirma que “a metade dos recursos e do equipamento dos talibãs provinha do ISI”.³

Apoiado pelo ISI, o Estado islâmico talibã de linha dura servia aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos na região. A agenda secreta estadunidense era o petróleo porque, mal os talibãs haviam tomado Cabul e formado um governo, em 1996, e uma delegação partia de Houston, Texas, para reunir-se com funcionários da Unocal, com quem negociaram a construção do estratégico oleoduto transafegão.

A maior exibição de poderio militar desde a segunda guerra mundial

Depois de apresentar à opinião pública sua iniciativa como “uma campanha contra o terrorismo internacional”, os Estados Unidos puseram em ação seu equipamento bélico com a intenção de ampliar seu raio de influência, não apenas na Ásia central e no Oriente Médio, mas também na Índia e no Extremo Oriente. A intenção era estabelecer sua presença militar permanente no Afeganistão, país que tem uma posição estratégica,

³ Citado em *The Christian Science Monitor*, 3 de setembro de 1998.

à medida que faz fronteira com a antiga União Soviética, com a China e com o Irã, além de estar no centro de cinco potências nucleares – Rússia, China, Índia, Paquistão e Kazaquistão. Assim, Bush aproveitou a oportunidade da “guerra contra o terrorismo” para estabelecer bases militares em várias ex-repúblicas soviéticas, incluindo o Uzbequistão, o Kazaquistão, o Quirguistão e o Tajiquistão.

O Estado autoritário

De acordo com Wall Street, o governo, o esquema militar e de inteligência ultrapassaram visivelmente o âmbito da política externa. Posto que as decisões-chave são tomadas a portas fechadas na CIA ou no Pentágono, as instituições políticas civis, incluindo o Congresso, adquirem cada vez mais o papel de fachada. Embora para a opinião pública persista a ilusão de uma “democracia funcional”, o presidente dos Estados Unidos converte-se em mera figura de relações públicas, que de todos os pontos de vista entende muito pouco dos problemas medulares de política externa.

(...) quando são abordados assuntos internacionais, parece que Bush está lendo anotações. Cada vez que esse tipo de assunto é tratado, é evidente sua falta de conhecimento; nem mesmo sua inalterável segurança o impede de cometer erros continuamente.⁴

⁴ *Time Magazine*, 15 de novembro de 1999.

Quando um jornalista perguntou ao governador Bush, durante a campanha eleitoral de 2000, sua opinião sobre os talibãs, respondeu:

Achando graça, limitou-se a encolher os ombros. Depois que o jornalista deu-lhe diversas pistas, como a discriminação das mulheres no Afeganistão, Bush finalmente reagiu: “Claro, os talibãs do Afeganistão! Claro (...) que haverá represálias! Pensei que estivesse me perguntando sobre algum grupo de rock”. Isso nos mostra o quanto está informado sobre o mundo exterior o possível futuro presidente dos Estados Unidos. Desconhece inclusive os acontecimentos atuais da maior relevância, com os quais qualquer um – isto é, quem tenha a mínima pretensão de cultura – está familiarizado e com os quais deverá envolver-se caso chegue à presidência.⁵ A declaração de Bush sobre os talibãs foi feita a um correspondente do *Glamour*. Embora tenha sido muito comentada nos noticiários fora dos Estados Unidos, os meios de comunicação estadunidenses mal as mencionaram.⁶

Quem decide em Washington? No contexto de uma operação militar de grande envergadura, que afete o futuro coletivo e a segurança global – sem esquecer que Washington “bate primeiro (...)” com armas nucleares – essa pergunta ganha a maior relevância. Em outras pa-

⁵ Alexander Yanov, “Dangerous lady: political sketch of the chief Foreign Policy adviser to George Bush”, *Moscow News*, 12 de julho de 2000, Centre for Research on Globalisation (CRG) (globalresearch.ca), 30 de setembro de 2001.

⁶ Ver também *The Irish Times*, 20 de janeiro de 2001, e *The Japanese Times*, 6 de janeiro de 2002.

lavras, além de ler discursos cuidadosamente preparados, terá o presidente um poder político real ou será apenas um instrumento do esquema de inteligência militar?

Têm a palavra os estrategistas militares

Segundo a Nova Ordem Mundial, os estrategistas militares do Departamento de Estado, do Pentágono e da CIA são os que decidem quando se trata de política externa. Não apenas estão em conluio com a OTAN, como também têm contatos com os funcionários do FMI, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Por sua vez, a burocracia financeira internacional, com sede em Washington, encarregada de impor um “remédio econômico” mortal ao Terceiro Mundo e à maioria dos países do antigo bloco soviético, mantém uma estreita relação de trabalho com o *establishment* financeiro de Wall Street.

Os poderes por trás do sistema são os bancos e as instituições financeiras internacionais, o complexo da indústria bélica, os magnatas do petróleo e da energia, os grandes consórcios da biotecnologia e os poderosos gigantes dos meios de comunicação, que fabricam as notícias e abertamente influem no curso dos acontecimentos mundiais, distorcendo descaradamente a informação.

A criminalização do aparato de Estado estadunidense

Durante a presidência de Reagan, os altos funcionários do Departamento de Estado utilizaram os lucros

ilícitos do narcotráfico para financiar o fornecimento de armas aos contra-revolucionários nicaragüenses. Depois do escândalo “Irã-Contras”, os mesmos funcionários passaram a ocupar cargos-chave no gabinete de Bush.

Mais: esses mesmos funcionários são os que decidem o planejamento cotidiano da chamada “guerra contra o terrorismo”. Richard Armitage – agora subsecretário de Estado no gabinete de Bush – trabalhou muito próximo de Oliver North e esteve envolvido no escândalo do contrabando de armas para os contras no Irã:⁷

Bush escolheu as pessoas de reputação mais duvidosa nas fileiras republicanas da década de 1980, aqueles que participaram do escândalo dos contras do Irã. A primeira designação, de Richard Armitage como subsecretário de Estado, voltou sigilosamente do Senado em março, por um voto. Armitage fora subsecretário de Defesa para assuntos de segurança internacional durante os anos Reagan. No entanto, sua nomeação como integrante do gabinete de Bush pai, em 1989, foi retirada antes das sessões, devido à controvérsia em torno do escândalo dos contras no Irã e de outros mais. Depois dessa derrota na indicação de Armitage, Bush nomeou o subsecretário de Estado de Reagan, Elliot Abrams, como diretor do Conselho Nacional de Segurança para assuntos de democracia, direitos humanos e operações internacionais, um cargo que não exige aprovação do Senado. Mesmo tendo sido considerado culpado

⁷ *The Guardian*, 15 de setembro de 2001.

de dois delitos menores por faltar à verdade diante do Congresso, durante as audiências do assunto “Irã-Contras”, Abrams foi posteriormente perdoado por George H. W. Bush.⁸

Armitage também foi um dos principais arquitetos do apoio secreto aos mujaidins e à base militante islâmica, tanto durante a guerra afegão-soviética, quanto depois dela. Esse modelo de eventos, financiados pelo narcotráfico do “triângulo dourado”, permaneceu praticamente inalterado e continua sendo parte integral da política externa dos Estados Unidos. O narcotráfico multimilionário, amplamente documentado, propiciou o acúmulo de fontes de financiamento ilícitas para a CIA.⁹

A destruição do estado de direito

Desde 11 de setembro, os recursos do Estado foram reorientados para financiar a indústria bélica, ao mesmo tempo em que programas sociais eram cortados. O orçamento governamental foi reestruturado, canalizando-se impostos para engrossar o esquema de segurança e a polícia nacionais. A “nova legitimação” abala a estrutura do sistema jurídico e destrói o estado de direito. Ironicamente, em vários países do Ocidente, inclusive nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e no Canadá, a

⁸ Peter Roff e James Chapin, “Face-off: Bush’s foreign policy warriors”, *United Press International*, 18 de julho de 2001, CRG (globalresearch.ca), 3 de novembro de 2001.

⁹ Alfred McCoy, “Drug fallout: the CIA’s forty years complicity in the narcotics trade”, *The Progressive*, 1º de agosto de 1997.

“democracia vigente” foi reduzida por uma câmara eleita democraticamente.

Ainda que a chamada segurança nacional tenha sido reforçada, a nova legislação não pretende “proteger os cidadãos do terrorismo”, mas, sim, defender e proteger o sistema de livre mercado; seu propósito é desarmar as coalizões de direitos civis e os que se opõem à guerra, além de limitar o crescimento do importante movimento antiglobalização. Diante do desastre da economia civil, a “segurança da pátria” e a indústria bélica são os novos pólos de crescimento dos Estados Unidos.

A legislação “antiterrorismo”

Nos Estados Unidos, a chamada “lei patriótica” condena o protesto pacífico contra a globalização. Manifestar-se contra o FMI ou a OMC, por exemplo, pode ser considerado “um delito de terrorismo interno”. A lei abrange qualquer atividade, o que pode levar a “influir na política de um governo pela intimidação ou pela coerção”; isto é, “uma manifestação que bloqueie uma rua, impedindo o trânsito de uma ambulância, pode ser considerada terrorismo interno. Em termos genéricos, a nova legislação representa uma das mais avassaladoras afrontas contra a liberdade que se tenha visto nos últimos cinqüenta anos. É pouco provável que nos proporcione mais segurança, mas sem dúvida vai nos tornar menos livres”.¹⁰

¹⁰ Michael Ratner, “Moving toward a police state (or have we arrived?)”, *Global Outlook*, vol. I, número 1, 2002, p. 33. Ver também CRG (globalresearch.ca/articles/RATI11A.html), 30 de novembro de 2001.

Nos Estados Unidos, a legislação antiterrorismo, respaldada pelo Congresso, foi decidida pela inteligência e pela polícia militares, tendo vários incisos sido redigidos antes de 11 de setembro, como resposta ao movimento de protesto contra a globalização.

Durante o mês de novembro de 2001, o presidente George W. Bush assinou uma ordem que estabelecia as chamadas “comissões ou tribunais militares encarregados de julgar os suspeitos de terrorismo”.¹¹

De acordo com esta ordem, e a critério do presidente, as pessoas que não sejam cidadãos estadunidenses e que vivam nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar, acusadas de cooperar com o terrorismo internacional, poderão ser julgadas por uma destas comissões. Não se trata de tribunais militares, que proporcionam muito maior proteção (...) O procurador-geral Ashcroft afirmou explicitamente que os terroristas não merecem a proteção estipulada pela Constituição. Trata-se de “tribunais” de condenação e não de justiça.¹²

Imediatamente depois dos ataques de 11 de setembro, centenas de pessoas foram detidas nos Estados Unidos por acusações fabricadas. Estudantes de ensino médio foram expulsos da escola por opinar contra a guerra e professores universitários foram penalizados ou demitidos pelo mesmo motivo.

¹¹ *Ibidem.*

¹² *Ibidem.*

Um professor da Universidade da Flórida converteu-se na primeira vítima da guerra contra o terrorismo empreendida depois de 11 de setembro. O doutor Sami Al-Arian, professor de Ciências da Computação na Universidade do Sul da Flórida (USF), foi investigado pelo FBI sem nunca ter sido detido ou acusado de delito algum (...) O professor Al-Arian recebeu ameaças de morte e foi suspenso de seu trabalho imediatamente – embora conservando seu salário – pela reitora da universidade, Judy Genshaft.

Em novembro de 2001, o American Council of Trustees and Alumni (ACTA) publicou um relatório intitulado “Em defesa da civilização: por que nossas universidades estão falhando para com os Estados Unidos e o que podemos fazer a esse respeito”. O relatório continha afirmações de 117 professores de instituições de ensino superior que se atreveram a denunciar ou a questionar a guerra contra o terrorismo do presidente Bush. A “defesa da civilização”, afirmavam esses acadêmicos”, evidenciou o “frágil vínculo da resposta estadunidense aos ataques” de 11 de setembro.¹³

Mais poder para o FBI e a CIA

A nova legislação amplia as faculdades do FBI e da CIA, que agora abrangem a interceptação de linhas telefônicas e a vigilância de organismos não governamen-

¹³ Bill Berkowitz, “Witchhunt in South Florida, pro-palestinian professor is first casualty of post 9/11 conservativa correctness”, CRG (globalresearch.ca/articles/BER112A.html), 13 de dezembro de 2001.

tais e sindicatos, assim como de jornalistas e intelectuais. Em outras palavras, com a nova legislação, a polícia terá autoridade para espionar quem quiser:

De acordo com a nova lei, o mesmo tribunal secreto terá autoridade para permitir a interceptação de linhas telefônicas assim como buscas domésticas secretas em casos criminosos – e não apenas para reunir informação de inteligência no estrangeiro. O FBI poderá interceptar linhas telefônicas de pessoas e organizações sem necessidade de se ater aos requisitos estritamente estipulados pela Constituição. A lei autoriza o tribunal secreto a permitir a interceptação aleatória de qualquer telefone, computador ou celular utilizado por um suspeito. Será permitida a leitura indiscriminada de correios eletrônicos, inclusive antes que o destinatário os abra. Milhares de conversas de pessoas totalmente alheias a qualquer delito serão ouvidas ou lidas.

A nova legislação está cheia de outras tantas demonstrações de poder persecutório, incluindo um número maior de agentes secretos infiltrados em organizações, sentenças mais longas, controle por toda a vida de algumas pessoas que cumpriram sentença, mais delitos castigados com a pena de morte e menos limitações para castigar delitos (...)

A lei (também) define vários delitos novos. Um dos que mais ameaçam a dissidência e aqueles que se opõem às políticas de governo é o do terrorismo interno, vagamente definido como atos perigosos para a vida humana, que violam a legislação criminal e “parecem dirigidos” a intimidar ou coibir a população civil ou a “influir na política de um governo por meio de intimidação ou coerção”. De acordo com esse critério (...), as manifestações em Seattle, contra a OMC, estariam incluídas nessa definição.

Trata-se de uma adição desnecessária ao Código Penal, pois já existem leis que qualificam como delito esse tipo de desobediência civil, sem que por isso seja considerada terrorismo e nem seja necessário impor-lhe severas sentenças de prisão.

Em termos genéricos, a nova legislação representa uma das mais avassaladoras afrontas à liberdade que se tenha visto nos últimos cinqüenta anos. É pouco provável que nos proporcione mais segurança, mas, sem dúvida, nos fará menos livres.

O governo estadunidense definiu a guerra contra o terrorismo como uma guerra permanente, sem fronteiras. Sem dúvida o terrorismo provoca temor, mas é igualmente aterrador pensar que, em nome do antiterrorismo, nosso governo esteja disposto a suspender, permanentemente, as garantias constitucionais.¹⁴

A legislação canadense é uma réplica das cláusulas da lei contra o terrorismo dos Estados Unidos. Durante os dois meses que se seguiram a setembro, “mais de oitocentas pessoas ‘desapareceram’ no sistema judiciário canadense sem que se lhes tenha permitido entrar em contato com sua família ou com seu advogado”.¹⁵ Isso sucedeu antes que se publicasse a legislação canadense contra o terrorismo, adotada pelo Parlamento:

A legislação contra o terrorismo vai muito além da eliminação das liberdades civis, elimina a justiça. Representa o retorno a um sistema inquisitorial de detenção arbitrária. A suposição de um

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ Constance Fogal, “Globalisation and the destruction of the rule of law”, *Global Outlook*, vol. 1, número 1, primavera de 2002, p. 336.

policial substitui a evidência. De fato, desaparece o conceito de evidência. Uma acusação equivale à culpabilidade. Já não existe a premissa de que “(o réu) é inocente enquanto não se prove o contrário”.¹⁶

Quadro 1. 2 – Os movimentos de protesto antiglobalização e o estatuto C-42 do Canadá. O estatuto C-42, aprovado pelo Parlamento canadense pouco antes dos ataques de 11 de setembro e rescindido em abril de 2002, permitiria ao Estado definir zonas militares quando e onde quisesse, arbitrariamente. Tendo sido a cidade de Quebec declarada zona militar durante a cúpula da Área de Livre Comércio das Américas, em 2001, qualquer pessoa detida no perímetro municipal – inclusive cidadãos e residentes – seria considerada terrorista, presa no local, ficando detida indefinidamente, sem direito a apelação.

Quadro 1. 3 – A legislação canadense contra o terrorismo. Os dois pilares do direito penal para fundamentar a culpa: *mens rea*, a intenção de cometer um delito, e *actus reus*, o fato ou cometimento do mesmo, desapareceram. Se o Estado decidir que um ato terrorista foi cometido e se considerar que a pessoa acusada esteve relacionada de alguma maneira com ele, é considerada culpada, independentemente de que tenha tido a intenção de cometer o delito, ou que o tenha cometido ou não. O direito de per-

¹⁶ *Ibidem.*

manecer calado também desapareceu, da mesma forma que o princípio do sigilo entre advogado e cliente (o que equivale a pedir a um sacerdote que revele a confissão de um fiel). Tampouco permaneceram o direito a um julgamento justo e o direito a contar com um advogado de defesa. As organizações ou as pessoas acusadas de terrorismo são incluídas em uma lista. Qualquer pessoa que se associe à pessoa ou organização "listada" pode, por isso, ser considerada terrorista. Em consequência, em tese, um advogado que defenda um suposto terrorista bem pode ser acusado do mesmo delito. As propriedades e contas bancárias podem ser congeladas ou confiscadas, se existir acusação de terrorismo. As sentenças são excessivas e muito severas: em muitos casos, prisão perpétua. Esses são alguns dos horrores incluídos na lei canadense contra o terrorismo. Fonte: Constance Fogal, "Globalisation and the destruction of the rule of law", *Global Outlook*, vol. 1, número 1, primavera de 2002.

Ainda que a "legislação antiterrorista" da União Europeia revogue as liberdades civis e solape o estado de direito, é menos drástica do que a adotada nos Estados Unidos e no Canadá. Na Alemanha, na coalizão de governo, os verdes pressionaram o secretário de Governo, Otto Schily, para que "suavizasse" a versão apresentada ao Bundestag. Apesar disso, a lei antiterrorismo alemã confere à polícia poderes extraordinários, além de reforçar as leis relativas à deportação. Vale notar que o

governo destinou mais de três milhões de marcos para aumentar o aparato de segurança interna e de inteligência, em grande parte em detrimento dos programas sociais.

A crise econômica global

A guerra e o crescimento do Estado autoritário ocorrem no início de uma depressão econômica mundial, caracterizada pela destruição das instituições estatais, por um desemprego crescente, pelo colapso dos níveis de vida nas regiões mais importantes do mundo – inclusive na Europa ocidental e na América do Norte – e pela fome em diversas partes do mundo.

Em escala global, a depressão poderá ser muito mais devastadora que a de 1930, tendo a guerra provocado, não apenas uma drástica mudança nas atividades econômicas, da indústria civil para o complexo industrial-militar, mas também a morte acelerada do Estado do bem-estar, na maioria dos países ocidentais.

Cinco dias antes dos ataques terroristas, em 6 de setembro de 2001, o presidente Bush afirmou em tom quase profético: “Repetidas vezes tenho dito que o único momento para usar o dinheiro da seguridade social são os tempos de guerra, de recessão ou de uma grave emergência. Digo isso seriamente, digo isso seriamente...”

O tom da retórica presidencial estabeleceu as bases para uma expansão impressionante do equipamento bélico estadunidense. As palavras-chave “recessão” e

“guerra” são utilizadas para moldar a opinião pública, tornando-a apta a aceitar o desperdício do fundo de seguridade social que paga a fabricação de armas de destruição em massa, ou seja, a reorientação dos recursos do país para o complexo industrial-militar.

A partir dos ataques terroristas, os meios de comunicação e os discursos políticos estão cheios de termos como “amor ao país”, “lealdade” e “patriotismo”. A agenda secreta, que subjaz ao “eixo do mal” de Bush (Iraque, Irã, Coréia do Norte, Líbia e Síria), permite criar uma nova legitimidade, abrir a porta para “revitalizar as defesas do país” e justificar a intervenção militar direta em diferentes lugares do mundo. Entretanto, a mudança da produção civil para a militar significa um desvio enorme de dinheiro para as empreiteiras da defesa, que se enriquecem às custas das necessidades sociais.

O apoio de Bush à indústria militar de nenhuma maneira resolverá o desemprego crescente nos Estados Unidos. Em troca, essa reorientação da economia estadunidense gerará bilhões de dólares de rendas, que encherão as burras de uns quantos consórcios.

Quadro 1. 4 – Criação de empregos da indústria bélica estadunidense. As cinco grandes empreiteiras da defesa (Lockheed Martin, Northrop Grumman, General Dynamics, Boeing, Raytheon) destinam cada vez mais pessoal e recursos à linha de produção militar. Lockheed Martin, a maior, reorientou seus recursos dos setores civis, em números vermelhos, para a lucrativa produção de sistemas bélicos avançados, que

incluem o *F-22 Raptor*, que tem um custo de 85 milhões de dólares. Isso significa que serão criados três mil empregos diretos pelo módico custo de vinte milhões de dólares por emprego. A Boeing, que está concorrendo pelo contrato de duzentos bilhões de dólares para a produção do caça *Joint Striker*, confirmou que, embora este contrato deva criar cerca de três mil empregos, depois de 11 de setembro, a situação da empresa vai obrigá-la a “demitir quase trinta mil trabalhadores”. Na Boeing, cada emprego criado no programa de caças *Joint Striker* custará aos contribuintes estadunidenses 66,7 milhões de dólares. Portanto, não é de estranhar que o governo queira reduzir os programas de seguridade social.

A guerra e a globalização

A guerra e a globalização são processos intimamente relacionados. A crise econômica antecedeu os acontecimentos de 11 de setembro e tem sua origem nas reformas de livre mercado da Nova Ordem Mundial. A partir da “crise asiática” de 1997, os mercados financeiros despencaram e as economias nacionais foram naufragando uma a uma. Os credores internacionais se apoderaram de países inteiros – por exemplo, da Argentina e da Turquia – mergulhando milhões de pessoas em uma pobreza profunda.

Em muitos sentidos, “a crise posterior a 11 de setembro” anuncia tanto a morte da socialdemocracia ocidental quanto o fim de uma época. A legitimidade do sistema global de livre mercado foi reforçada, abrindo

a porta para uma nova onda de desregulamentação e privatização que, em longo prazo, levará às mãos da iniciativa privada todos os serviços públicos e toda a infra-estrutura estatal (incluindo saúde, eletricidade, serviços de águas e esgotos municipais, estradas interestaduais e radiodifusão, entre outros).

E, mais: nos Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha, embora também na maioria dos países da União Européia, o quadro legal da sociedade foi reajustado. Ao abolir o estado de direito, estabelecem-se as bases para um aparato de Estado autoritário, com pouca ou nenhuma oposição organizada do grosso da sociedade civil. Sem debate nem discussão, decide-se combater o terrorismo nos chamados “Estados delinqüentes”, por considerar isso necessário à “proteção da democracia” e ao aumento da segurança nacional.

Substituiu-se a noção coletiva das causas profundas da guerra estadunidense, baseada na História, pela necessidade de “combater o mal”, de deter os chamados “Estados delinqüentes”, de “caçar Osama”, palavras repetidas continuamente e que fazem parte de uma campanha propagandística cuidadosamente orquestrada. A ideologia do “Estado delinqüente”, concebida pelo Pentágono em 1991, durante a guerra do golfo Pérsico, outorga uma nova legitimidade e justifica a declaração de uma “guerra por motivos humanitários” a países que não se alinham à Nova Ordem Mundial nem aos postulados do sistema de livre mercado.

2. QUEM É OSAMA BIN LADEN?

Antecedentes da guerra afegão-soviética

Tal como o apresentam os meios de comunicação ocidentais, Osama Bin Laden é o novo bandido do mundo, que representa tanto a causa quanto a consequência da guerra e da devastação social. A ele é atribuída até mesmo a responsabilidade pela morte de civis no Afeganistão, como resultado da campanha de bombardeios dos Estados Unidos. Para cúmulo, o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, afirmou que, para combatê-lo, “não descarta a possibilidade de usar armas nucleares” na campanha contra a Al Qaeda.¹⁷

Quem é Osama? Vem a ser uma ironia que o principal suspeito dos ataques terroristas a Nova York e

¹⁷ Michel Chossudovsky, “Tactical Nuclear Weapons’ against Afganistan?” [CRG globalresearch.ca/articles/CHO112C.html](http://CRG.globalresearch.ca/articles/CHO112C.html), 5 de dezembro de 2001.

Washington, o saudita Osama Bin Laden, tenha sido recrutado durante a guerra afegão-soviética, “sob os auspícios da CIA, para combater os invasores soviéticos”.¹⁸

Em 1979, foi realizada no Afeganistão “a maior operação secreta da história da CIA”:

Com o aval da CIA e do serviço de inteligência do Paquistão (ISI, na sigla em inglês), que queriam converter a *jihad* afegã em uma guerra global de todos os Estados muçulmanos contra a União Soviética, cerca de 35 mil radicais muçulmanos de quarenta países islâmicos uniram-se à luta do Afeganistão entre 1982 e 1992. Dezenas de milhares chegaram a estudar nas do Paquistão. Em determinado momento, mais de cem mil radicais muçulmanos estrangeiros eram diretamente influenciados pela *jihad* afegã.¹⁹

Os meios de comunicação deram a conhecer à opinião pública que o respaldo do governo estadunidense aos mujaidins era uma “resposta necessária” à invasão soviética do Afeganistão em 1979, cujo propósito era apoiar o governo pró-comunista de Babrak Kamal. Apesar disso, as evidências recentes sugerem que a operação de inteligência militar realizada pela CIA no Afeganistão começara antes da invasão soviética e não como resposta a esta. Na realidade, o verdadeiro pro-

¹⁸ Hugh Davies, “‘Informers’ point the finger at Bin Laden; Washington on alert for suicide bombers”, *The Daily Telegraph*, Londres, 24 de agosto de 1998.

¹⁹ Ahmen Rashid, “The taliban: exporting extremism”, *Foreign Affairs*, novembro/dezembro de 1999.

pósito de Washington foi incitar uma guerra civil que durou mais de vinte anos.

O papel da CIA no apoio aos mujaidins fica confirmado em uma entrevista do *Nouvel Observateur* a Zbigniew Brzezinski, naquela época assessor de segurança nacional do presidente Jimmy Carter:

BRZEZINSKI – De acordo com a versão oficial da história, o apoio da CIA aos mujaidins começou na década de 1980, isto é, depois que os soviéticos invadiram o Afeganistão, em 24 de dezembro de 1979. Não obstante, a realidade, cuidadosamente guardada até agora, é completamente diferente. Em 3 de julho de 1979, o presidente Carter assinou a primeira ordem para o envio de ajuda secreta aos opositores do regime pró-soviético em Cabul. E, naquele mesmo dia, escrevi uma nota para o presidente, em que lhe explicava que, em minha opinião, essa ajuda induziria à intervenção militar soviética.

PERGUNTA: *Apesar do risco, o senhor mostrou-se favorável a essa ação secreta. Por acaso desejava que os soviéticos entrassem em guerra e procurou provocá-la?*

BRZEZINSKI: Na realidade não foi assim. Não obrigamos os russos a intervir, mas com toda a intenção aumentamos a probabilidade de que o fizessem.

PERGUNTA: *Quando os soviéticos justificaram sua intervenção afirmando que estavam dispostos a lutar contra a intervenção secreta dos Estados Unidos no Afeganistão, as pessoas não acreditaram, embora houvesse fundamento na afirmação. O senhor lamenta isso, hoje?*

BRZEZINSKI: Lamentar o quê? A operação secreta foi uma ótima idéia, pois atraiu os russos para a armadilha afegã. O que que-

rem que eu lamente? No dia em que os soviéticos cruzaram a fronteira oficialmente, escrevi ao presidente Carter: “Agora teremos a oportunidade de dar à URSS sua guerra do Vietnã”. E, na realidade, durante quase dez anos, Moscou teve de sustentar uma guerra que o governo não podia manter, um conflito que provocou a desmoralização e finalmente o desmoronamento do império soviético.

PERGUNTA: *Tampouco lamenta ter apoiado os fundamentalistas islâmicos, ter dado armas e assessoria aos futuros terroristas?*

BRZEZINSKI: O que é mais importante para a história do mundo, os talibãs ou o colapso do império soviético? O levantamento de alguns muçulmanos ou a libertação da Europa central e o fim da guerra fria?²⁰

A *jihad* islâmica

Tal como dissera Brzezinski, a CIA criou uma Rede Militante Islâmica. A chamada “*jihad* islâmica” (ou guerra santa contra as forças soviéticas) transformou-se em parte integrante da estratégia de inteligência da CIA, apoiada pelos Estados Unidos e pela Arábia Saudita e financiada em grande parte com recursos provenientes do narcotráfico do “crescente de ouro”:

Em março de 1985, o presidente Reagan assinou a Ordem de Segurança Nacional nº 166, que autorizava um maior apoio

²⁰ Entrevista com Zbigniew Brzezinski, assessor de segurança nacional de Jimmy Carter, referente à intervenção da CIA no Afeganistão, *Le Nouvel Observateur*, Paris, 15-21 de janeiro de 1998. Publicado em inglês, CRG (globalresearch.ca/articles/BRZ10A.html), 15 de outubro de 2001.

militar secreto aos mujaidins, deixando claro que a guerra encoberta no Afeganistão tinha uma nova meta: derrotar as tropas soviéticas no Afeganistão por meio da ação secreta e provocar sua retirada. A nova assistência estadunidense começou com um aumento impressionante do fornecimento de armas – que chegou a 65 mil toneladas anuais em 1987 – assim como com um fluxo incessante de especialistas da CIA e do Pentágono para os quartéis secretos do ISI, no Paquistão, pela rodovia principal próxima a Rawalpindi, onde esses especialistas reuniam-se com os funcionários da inteligência paquistanesa, planejando operações para combater os rebeldes afegãos.²¹

A CIA, por meio do ISI, teve um papel determinante na manutenção dos mujaidins. À manutenção das guerrilhas patrocinadas pela CIA somavam-se os ensinamentos do islã. Os fundamentalistas wahabis, financiados pela Arábia Saudita, erigiram as madrassas: “O governo dos Estados Unidos apoiava o ditador do Paquistão, o general Zia-ul Haq, na criação de milhares de escolas religiosas, de onde surgiram os talibãs”.²² “Um dos assuntos predominantes era que o Islã é uma ideologia sociopolítica, que as tropas soviéticas atéias violavam o sagrado Islã e que o povo islâmico do Afeganistão deveria reafirmar sua independência der-

²¹ Steve Coll, *Washington Post*, 19 de julho de 1992.

²² Declaração da RAWA relativa aos ataques terroristas nos Estados Unidos, Associação Revolucionária de Mulheres do Afeganistão (RAWA), CRG (globalresearch.ca/articles/RAW109A.html), 16 de setembro de 2001.

rotando o governo afegão de esquerda, sustentado por Moscou”.²³

O esquema de inteligência militar do Paquistão como intermediário

A CIA apoiou a *jihad* islâmica indiretamente, por meio do ISI, isto é, a companhia não canalizou apoio diretamente para os mujaidins. No entanto, a fim de garantir o êxito de suas operações secretas, Washington teve o cuidado de não revelar o objetivo final da *jihad*: não apenas desestabilizar o governo pró-soviético do Afeganistão, como também destruir a União Soviética.

Como disse Milton Beardman, funcionário da CIA, “nós não treinamos os árabes”. No entanto, de acordo com Abdel Monam Saidali, do Centro Al-aram de Estudos Estratégicos do Cairo, Bin Laden e os “árabes afegãos” receberam “diversos tipos de treinamento muito sofisticados, que lhes foram proporcionados pela CIA”.²⁴

Nesse sentido, Beardman confirmou que Osama Bin Laden não tinha idéia de que estava sendo utilizado por Washington. Nas palavras do próprio Osama (citado por Beardman), “nem eu nem meus irmãos tivemos evidências da ajuda estadunidense”.²⁵

²³ Dilip Hiro, “Fallout from the afghan *jihad*”, *Inter Press Service*, 21 de novembro de 1995.

²⁴ National Public Radio (NPR), *Weekend Sunday*, com Eric Weiner e Ted Clark, 16 de agosto de 1998.

²⁵ *Ibidem*.

Motivados pelo nacionalismo e pelo fervor religioso, os guerreiros islâmicos não imaginavam que lutavam contra o exército soviético ao lado do “Tio Sam”. Embora houvesse contatos nos níveis mais altos da hierarquia de inteligência, os líderes rebeldes islâmicos não tinham comunicação com Washington ou com a CIA.

Com apoio da CIA e canalização de ajuda militar estadunidense em grande escala, o ISI transformou-se em uma “estrutura paralela, com enorme poder em todas as esferas de governo”.²⁶ O pessoal do ISI compunha-se de cerca de 150 mil funcionários, entre militares e pessoal de inteligência, burocratas, agentes secretos e informantes.²⁷

Ao mesmo tempo, as operações da CIA também reforçavam o governo militar paquistanês, encabeçado pelo general Zia-ul Haq:

As relações entre a CIA e o ISI tinham se tornado muito cordiais, em função da derrubada de Bhutto e da chegada ao poder do regime militar. Durante a maior parte da guerra com o Afeganistão, o Paquistão mostrou-se mais agressivamente anti-soviético até do que os Estados Unidos. Pouco depois que os militares soviéticos invadiram o Afeganistão, em 1980, Zia enviou o diretor do ISI para desestabilizar os Estados soviéticos da Ásia central. A CIA aprovou esse plano em outubro de 1984. Tanto o Paquistão quanto os Estados Unidos enganaram o

²⁶ Dipankar Banerjee, “Possible connection of ISI with drug industry”, *India Abroad*, 2 de dezembro de 1994.

²⁷ *Ibidem*.

Afeganistão com a postura pública de negociar um acordo, enquanto em particular concordavam em incrementar as operações militares.²⁸

O triângulo do narcotráfico do “crescente de ouro”

A história do narcotráfico na Ásia central está muito relacionada com as operações secretas da CIA. Antes da guerra afegão-soviética, a produção de ópio do Afeganistão e do Paquistão era destinada a mercados regionais pequenos e não havia produção local de heroína.²⁹ De fato, o estudo de Alfred McCoy confirma que em um prazo de dois anos, desde que a CIA iniciou operações no Afeganistão, “a fronteira entre o Paquistão e o Afeganistão transformou-se na zona de maior produção de heroína do mundo, abastecendo 60% da demanda dos Estados Unidos. No Paquistão, a população adicta à heroína cresceu de zero em 1979 (...) a 1,2 milhões em 1985, um crescimento muito maior do que o de qualquer outro país”.³⁰

Uma vez mais, os agentes da CIA controlavam o tráfico de heroína. À medida que as guerrilhas dos mujaidins ocupavam território no Afeganistão, ordenavam aos camponeses que

²⁸ Diego Cordovez e Selig Harrison, *Out of Afganistan: the inside history of the soviet withdrawal*, Oxford University Press, Nova York, 1995. Ver também a resenha de Cordovez e Harrison, *International Press Services* (IPS), 2 de agosto de 1995.

²⁹ Alfred McCoy, “Drug fallout: the CIA’s forty years complicity in the narcotics trade” *The Progressive*, 1º de agosto de 1997.

³⁰ *Ibidem*.

“semeassem ópio” na qualidade de imposto revolucionário. Do outro lado da fronteira, no Paquistão, os líderes afegãos e os cartéis locais, protegidos pela inteligência paquistanesa, operavam centenas de laboratórios de heroína. Durante aquela década de narcotráfico descarado, a DEA, em Islamabad, não efetuou uma só busca ou prisão importante; os funcionários estadunidenses negaram-se a investigar as acusações por tráfico de heroína, feitas a seus aliados afegãos, “devido a que a política de narcóticos dos Estados Unidos no Afeganistão fora subordinada à guerra contra a influência soviética”. Em 1995, o ex-diretor da operação afegã da CIA, Charles Cogan, admitiu que a CIA sacrificara a guerra ao narcotráfico à luta contra a guerra fria: “Nossa missão principal era causar o maior dano possível aos soviéticos. Na realidade, não tínhamos recursos nem tempo para dedicar à investigação do narcotráfico (...) Não acho que tenhamos que nos desculpar por isso. Toda situação tem consequências. Houve repercussões quanto às drogas, sim, mas conseguimos o principal objetivo, já que os soviéticos abandonaram o Afeganistão”.³¹

Depois da guerra fria, a região da Ásia central tornou-se estratégica, não apenas pelas extensas reservas petrolíferas, mas também porque o Afeganistão produz 75% da heroína do mundo inteiro, o que representa lucros de bilhões de dólares para cartéis, instituições financeiras, agências de inteligência e crime organizado. Com a desintegração da União Soviética, aumentou ainda mais a produção de ópio.

³¹ *Ibidem.*

Os lucros anuais oriundos do narcotráfico no “crescente de ouro” – entre cem e duzentos bilhões de dólares – representam aproximadamente uma terça parte dos lucros anuais desse tipo no mundo inteiro, cifra que as Nações Unidas calculam próxima aos quinhentos bilhões de dólares.³² Segundo a DEA, o Afeganistão produziu mais de 70% do ópio do mundo no ano 2000 e cerca de 80% dos derivados do ópio da Europa.³³

Os poderosos cartéis do Ocidente e a antiga União soviética, em conluio com o crime organizado, competiam pelo controle estratégico das rotas da heroína. De acordo com as estimativas da ONU, a produção de ópio no Afeganistão entre 1989 e 1998 – período que coincide com a organização de diversos movimentos de insurgência armados na antiga URSS – chegou a uma cifra recorde de 4.600 toneladas.³⁴ Em outras palavras, o controle das rotas do narcotráfico podia ser considerado estratégico em mais de um sentido. Os lucros multimilionários dessa rubrica são depositados no sistema bancário ocidental e a maioria dos grandes bancos internacionais – junto com suas filiais nos paraísos fiscais – lavam enormes quantidades de narcodólares, razão pela qual o tráfico internacional de narcóticos

³² Douglas Keh, *Drug money in a changing world*, UNDCP, documento técnico número 4, Viena, 1998, p. 4. Ver também ONU, “Informe de la Junta Internacional de Control de Narcóticos para 1999”, E/INCB/19999/1, Viena, 1999, pp. 49-51, e Richard Lapper, “UN fears growth of heroin trade”, *Financial Times*, 24 de fevereiro de 2000.

³³ BBC, “La industria afganistana del opio”, 9 de abril de 2002.

³⁴ ONU, “Informe de la Junta...”, *op. cit.*, pp. 49-51. Ver também Richard Lapper, *op. cit.*, p. 15.

constitui um negócio multimilionário da mesma magnitude do comércio internacional de petróleo. Desse ponto de vista, o controle geopolítico das “narcorrotas” é tão estratégico como o controle dos oleodutos.

Quadro 2. 1 – O governo pós-talibã, títere dos Estados Unidos, restaura o narcotráfico. Como consequência da proibição de cultivar papoulas, imposta pelo governo talibã no ano 2000, a produção de ópio caiu mais de 90%.* A Aliança do Norte transformou-se na principal força política encarregada de proteger a produção e a comercialização do ópio cru. A guerra iniciada pelos Estados Unidos em 2001 ajudou a restabelecer o comércio do ópio, dissimulado pelo governo títere da Aliança do Norte em Cabul. Durante o governo interino do primeiro ministro Hamid Kharzai, o cultivo da papoula subiu como um foguete. Restabeleceu-se o recorde de produção de ópio. Imediatamente depois de 11 de setembro, seu preço triplicou no Afeganistão. No início de 2002, o preço em dólares por quilo era quase dez vezes mais alto do que no ano 2000. Segundo a UNDCP, o cultivo da papoula aumentou 657% em 2002, em relação ao recorde de 2001.*** UNDCP, “Afghanistan, perspective of the poppy”, (undcp.org/pakistan/report_2001-10-16_1.pdf) 16 de outubro de 2001. ** A UNDCP calcula que o cultivo da papoula, em 2002, estendeu-se até ocupar entre 45 mil e 65 mil hectares. Em 2001, calculou-se que o cultivo caíra para cerca de 7.606 hectares. Ver UNDCP, “Afghanistan,

perspectiva de la amapola, preamarillamiento", (undcp. org/pakistan/report_2002-02-28-1. pdf) 28 de fevereiro de 2002.

Cultivo da papoula no Afeganistão

Ano	Cultivo (ha)
-----	--------------

1994	71.470
------	--------

1995	53.759
------	--------

1996	56.824
------	--------

1997	58.416
------	--------

1998	63.674
------	--------

1999	90.983
------	--------

2000	82.172
------	--------

2001	7.606
------	-------

2002	45.000-65.000
------	---------------

Fonte: UNDCP, "Afganistán, perspectiva de la amapola", (undcp. org/pakistan/report_2001-10-16_1. pdf) 16 de outubro de 2001. E também *ibidem*. "Afganistán, perspectiva de la amapola, preamarillamiento", (undcp. org/pakistan/report_2002-02-28-1. pdf), 28 de fevereiro de 2002.

Na manhã seguinte à retomada soviética

Apesar do fim da União Soviética, o grande esquema de inteligência militar do Paquistão (ISI) não foi desestruturado ao terminar a guerra fria. A CIA continuou apoiando a *jihad* fora do Paquistão, e novas iniciativas secretas foram implementadas na Ásia central, no Cáucaso e nos Bálcãs. Essencialmente, o ISI "serviu como catalizador da desintegração da União Soviética

e do surgimento das seis novas repúblicas muçulmanas na Ásia central”.³⁵

Enquanto isso, os missionários islâmicos da seita wahabi da Arábia Saudita estabeleceram-se nas repúblicas muçulmanas, assim como na Rússia, infiltrando-se nas instituições do Estado laico. Apesar de sua ideologia antiestadunidense, o fundamentalismo islâmico prestava seus serviços aos interesses estratégicos de Washington na antiga União Soviética.

A guerra civil no Afeganistão continuou, apesar da retirada do exército soviético, em 1989. Os deobandis paquistaneses e seu partido político, o Jamiat-ul-Ulema-e-Islam (JUI) apoiaram os talibãs e, em 1993, o JUI integrou-se à coalizão governamental paquistanesa da primeira ministra Benazzir Bhutto, estabelecendo vínculos entre o JUI, o exército e o ISI. Em 1995, com a queda do governo de Hezb-I-Islami Hekmatyar, em Cabul, os talibãs não apenas reinstauraram um governo islâmico de linha dura, como “herdaram o controle dos campos de treinamento das facções do JUI no Afeganistão”.³⁶ Vale notar que o JUI, com o apoio dos movimentos wahabis sauditas, desempenhou papel determinante, recrutando voluntários para lutar nos Bálcãs e na antiga URSS.

O *Jane Defense Weekly* confirma que “a metade dos homens e do equipamento dos talibãs provinha

³⁵ IPS, 22 de agosto de 1995.

³⁶ Ahmad Rashid, *op.cit.*, p. 22.

do Paquistão via ISI”.³⁷ Na realidade, parece que, a partir da retirada soviética, os dois lados em guerra civil no Afeganistão continuaram a receber apoio por meio do ISI.³⁸

Apoiado por este, por sua vez apoiado pela CIA, o Estado islâmico talibã na realidade servia aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos. Sem dúvida, isso explica a razão pela qual Washington fechou os olhos ao reinado do terror imposto pelos talibãs, incluindo a flagrante eliminação dos direitos das mulheres, o fechamento de escolas para meninas, a dispensa de mulheres que trabalhavam no serviço público e a imposição das “leis *sharia* de castigo”.³⁹

Desde o início dos anos de 1990, o narcotráfico do “crescente de ouro” financiava e equipava o exército muçulmano na Bósnia e, mais tarde, o Exército de Libertação do Kosovo (KLA). Vale dizer que, simultaneamente aos ataques de 11 de setembro, os mercenários mujaidins apoiados pela CIA estavam lutando nas fileiras dos terroristas do KLA-NLA, na Macedônia.

A guerra na Chechênia

Na Chechênia, a região autônoma rebelada contra a Federação Russa, os principais líderes rebeldes, Shamil Basayev e Al Khattab, foram treinados e doutrinados nos

³⁷ Citado no *Christian Science Monitor* de 3 de setembro de 1998.

³⁸ Tim McGirk, “Kabul learns to live with its bearded conquerors”, *The Independent*, Londres, 6 de novembro de 1996.

³⁹ Ver K. Subrahmanyam, “Pakistán is Pursuing Asian Goals”, *India Abroad*, 3 de novembro de 1995.

campos do Afeganistão e do Paquistão, sob os auspícios da CIA. De acordo com Yossef Bodansky, dirigente da força tarefa contra o terrorismo e a guerra não convencional do Congresso dos Estados Unidos, a guerra da Chechênia foi planejada em uma reunião de cúpula secreta da HizbAllah International, realizada em 1996, em Mogadíchio, Somália.⁴⁰ Participou da cúpula nada menos que Osama Bin Laden, além de funcionários de alto escalão dos serviços de inteligência iranianos e paquistaneses. Nesse sentido, o envolvimento do ISI na Chechênia “vai além de proporcionar aos chechenos armas e treinamento: o ISI e seus representantes islâmicos radicais são, de fato, os que dirigem essa guerra”.⁴¹

A principal rota petrolífera da Rússia cruza a Chechênia e o Daguestão. Apesar da condenação de Washington ao terrorismo islâmico, os beneficiários indiretos das guerras na Chechênia são os consórcios petrolíferos anglo-americanos, que lutam para controlar os recursos energéticos e a passagem dos oleodutos que desembocam na bacia do mar Cáspio.

Os dois principais exércitos rebeldes da Chechênia – dirigidos respectivamente pelos comandantes Shamil Basayev e Al Khattab – cujas forças chegavam a aproximadamente 25 mil soldados, recebiam apoio do ISI, que também teve papel fundamental na organização e no treinamento do exército rebelde checheno:

⁴⁰ Levon Seunts, “Who’s calling the shots? Chechen conflict finds islamic roots in Afganistan and Pakistan”, *The Gazette*, Montreal, 26 de outubro de 1999.

⁴¹ *Ibidem*.

(Em 1994), o ISI conseguiu que Basayev e seus tenentes mais próximos recebessem doutrinação islâmica intensiva e treinamento de guerrilha no campo Amir Muawia, localizado na província afegã de Khost, instalado pela CIA e pelo ISI na década de 1980 e controlado pelo famoso chefe militar afegão Gulbuddin Hekmatyar. Em julho de 1994, depois de formar-se em Amir Muawia, Basayev foi transferido para o campo Markaz-i-Dawar, no Paquistão, para receber treinamento em táticas avançadas de guerrilha. Lá, Basayev conheceu os militares e funcionários de inteligência paquistaneses do mais alto nível, o ministro da Defesa, general Aftab Shahban Mirani, o ministro de Governo, general Naserullah Babar, e o diretor da área do ISI encarregada de apoiar as causas islâmicas, o general Javed Ashraf – todos agora aposentados. Logo Basayev comprovou a utilidade dessas relações de alto nível.⁴²

Ao terminar o treinamento e a doutrinação, Basayev foi designado para chefiar o assalto às tropas federais durante a primeira guerra na Chechênia, em 1995. Sua organização também cultivara muitos vínculos com cartéis de Moscou e, também, com o crime organizado da Albânia e com o KLA. Em 1997 e 1998, segundo o Serviço de Segurança Federal da Rússia (FSB), “os chefes militares chechenos começaram a comprar propriedades no Kosovo, (...) por meio de diversas empresas de bens imóveis registradas, que serviam de fachada na Iugoslávia”.⁴³

⁴² *Ibidem.*

⁴³ Ver Vitaly Romanov e Victor Yadukha, “Chechen moves to Kosovo”, *Segodnia*, Moscou, 23 de fevereiro de 2000.

A organização de Basayev também esteve envolvida em diversos escândalos, incluindo narcóticos, intervenção ilegal em comunicações e sabotagem de oleodutos na Rússia, seqüestro, prostituição, tráfico de dólares falsificados e contrabando de materiais nucleares.⁴⁴ Paralelamente à lavagem de dinheiro do narcotráfico, os lucros por numerosas atividades ilícitas foram canalizados para o recrutamento de mercenários e a compra de armas.

Durante seu treinamento no Afeganistão, Shamil Basayev travou relações com o veterano mujaidin de origem saudita, o comandante Al Khattab, que lutara como voluntário no Afeganistão. Apenas alguns meses depois do regresso de Basayev a Grozny, no começo de 1995, este convidou Khattab para organizar uma base militar na Chechênia, para treinamento de soldados mujaidins. Segundo informação da BBC, o envio de Khattab para a Chechênia fora “acertado por meio da Organização Internacional Islâmica de Ajuda Humanitária, uma organização religiosa militante, de caráter internacional, sediada na Arábia Saudita, fundada pelas mesquitas e pelos sauditas ricos, que canalizava fundos para a Chechênia”.⁴⁵

O desmantelamento das instituições laicais na antiga União Soviética

A imposição da lei islâmica às sociedades muçulmanas, em sua maioria laicas, da antiga União Soviética,

⁴⁴ Ver “Máfia linked to Albania’s collapsed pyramids”, *The European*, 13 de fevereiro de 1997 e *Itar-Tass*, 4-5 de janeiro de 2000.

⁴⁵ BBC, 29 de setembro de 1999.

serviu aos interesses estratégicos dos Estados Unidos na região. Antes, em todas as repúblicas da Ásia central e do Cáucaso, incluindo a Chechênia e o Daguestão – que fazem parte da Federação Russa – prevalecia uma sólida tradição laica, baseada na rejeição à lei islâmica.

Em conseqüência da guerra na Chechênia, de 1994 a 1996, encabeçada pelos principais movimentos rebeldes contrários a Moscou, as instituições do Estado foram afetadas. Um sistema paralelo de governo local, controlado pela milícia islâmica implantou-se em diversas localidades da Chechênia. Em alguns pequenos povoados foram instituídos juizados islâmicos *sharia*, semeando um regime de terror político.

Por sua vez, o apoio econômico irrestrito da Arábia Saudita e dos países do golfo Pérsico aos exércitos rebeldes estava condicionado à instituição das leis *sharia*, apesar da nítida oposição da população civil. (“O principal juiz e *ameer*” dos juizados *sharia* na Chechênia era o xeique Abu Umar, que “chegara à Chechênia em 1995, unindo-se às fileiras dos mujaidins chefiados por Ibn-ul-Khattab. Dedicou-se a ensinar uma versão ortodoxa do islã, já que muitos mujaidins chechenos tinham crenças incorretas ou tergiversadas sobre o islã”.⁴⁶)

Enquanto as instituições estatais da Federação Russa na Chechênia se esfacelavam com o peso das medidas de austeridade que o FMI impusera a Boris Yeltsin, os juizados *sharia*, financiados e equipados pela Arábia Saudita, pouco

⁴⁶ Ver Global Muslim News (islam.org.au/articles/21/news.htm) dezembro de 1997.

a pouco deslocavam as instituições do Estado na Federação Russa e na região autônoma da Chechênia.

O movimento wahabi da Arábia Saudita não apenas pretendia apoderar-se das instituições civis no Daguestão e na Chechênia, mas também procurava deslocar os líderes sufis muçulmanos tradicionais. Mesmo a resistência aos rebeldes islâmicos no Daguestão estava baseada na aliança dos governos locais (laicos) com os xeiques sufis:

Esses grupos wahabis consistiam em um exército pequeno, porém bem financiado. Com os ataques propunha-se semear o terror entre as massas. Enquanto semeavam a anarquia, esses grupos impunham sua própria versão, dura e intolerante, do islã. (...) Esses grupos não representavam a visão do islã comum à maioria dos muçulmanos e eruditos islâmicos, para os quais o islã é um paradigma de civilização e de moral perfeita. Representavam um movimento anárquico, disfarçado de islã. (...) Sua intenção não era criar um Estado islâmico, e sim um Estado de confusão, no qual pudessem ser os mais fortes.⁴⁷

Os movimentos de secessão na Índia

Paralelamente a suas operações secretas nos Bálcãs e na antiga União Soviética, para apoiar movimentos islâmicos rebeldes, desde a década de 1980, o ISI apoiou diversos movimentos separatistas islâmicos na região da Cachemira, na Índia.

Oficialmente condenadas por Washington, essas ope-

⁴⁷ Mateen Siddiqui, "Differentiating islam from militant 'islamists'", *San Francisco Chronicle*, 21 de setembro de 1999.

rações secretas foram empreendidas com a aprovação tácita do governo estadunidense. Paralelamente ao acordo de paz de Genebra, de 1989, e à retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, o ISI instrumentava a criação do grupo militante Hizbul Mujahide em Jammu e Cachemira (JKHM).⁴⁸ Os ataques terroristas ao Parlamento hindu, em dezembro de 2001 – que levaram a Índia e o Paquistão à beira da guerra – foram orquestrados por dois grupos rebeldes assentados no Paquistão, Lashkar-e-Taiba (“Exército dos Puros”) e Jaish-e-Muhammad (Exército de Maomé), ambos apoiados pelo ISI.⁴⁹

O oportuno ataque ao Parlamento – seguido pelas revoltas étnicas em Gujarat, no início de 2002 – foi o desenlace de um processo que começou na década de 1980, financiado pelo dinheiro do narcotráfico e encoberto pela inteligência militar do Paquistão.⁵⁰ Não é preciso dizer que os ataques terroristas apoiados pelo ISI respondem aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos. Não apenas contribuem para enfraquecer e dividir a Índia, mas também criam condições favoráveis a uma guerra regional entre a Índia e o Paquistão.

Informação fidedigna

O poderoso Conselho de Relações Exteriores (CFR,

⁴⁸ Ver K. Subrahmanyam, *op.cit.*

⁴⁹ CFR, “Terrorism: questions and answers, Harakat ul-Mujahedeen, Lashkar-e-Taiba, Jaish-e-Muhammad” (terrorismanswers.com/groups/harakat2.html), Washington, 2002.

⁵⁰ Murali Ranganathan, “Human Rights report draws flak”, *News India*, 16 de setembro de 1994.

na sigla em inglês), que atua nos bastidores na formulação da política externa dos Estados Unidos, confirma que o ISI apóia os grupos rebeldes Lashkar e Jaish:

Por meio do ISI, o Paquistão obteve financiamento, armas, facilidades para treinamento e ajuda para cruzar fronteiras, até o Lashkar e o Jaish. Esta assistência – uma tentativa de reproduzir na Cachemira as brigadas islâmicas internacionais da “guerra santa” contra a União Soviética no Afeganistão – ajudou a introduzir o fundamentalismo islâmico no conflito, longo e contínuo, sobre o destino da Cachemira...

Esses grupos receberam financiamento de fontes alheias ao governo do Paquistão?

Sim. Membros das comunidades paquistanesas e de Cachemira, na Inglaterra, mandaram milhões de dólares por ano, e os simpatizantes wahabis do Golfo Pérsico também os apoiaram.

Os terroristas islâmicos de Cachemira têm vínculos com a Al Qaeda?

Sim. Em 1998, o líder da Harakat, Farooq Kashmiri Khalil, assinou a declaração de Osama Bin Laden que instava a atacar os estadunidenses, inclusive civis, e seus aliados. Também há suspeitas de que Laden fundou o Jaish, segundo dizem oficiais norte-americanos e hindus. E Maulana Masood Azhar, que fundou o Jaish, foi muitas vezes ao Afeganistão para reunir-se com Laden.

Onde foram treinados esses militantes islâmicos?

Muitos receberam treinamento ideológico nas próprias madrassas, ou em seminários muçulmanos ministrados pelos talibãs e por combatentes estrangeiros no Afeganistão. E treinamento militar em campos do Afeganistão ou em povoados da Cachemira con-

trolados pelo Paquistão. Recentemente, grupos extremistas abriram numerosas madrassas novas em Azad Cachemira.⁵¹

A CFR não menciona os vínculos entre o ISI e a CIA. Como confirmam os textos de Zbigniew Brzezinski (que, casualmente, é membro da CFR), a “brigada islâmica internacional” foi uma criação da CIA.

Movimentos insurgentes na China apoiados pelos Estados Unidos

De capital importância para compreender a “nova guerra dos Estados Unidos”, são os movimentos islâmicos insurgentes apoiados pelo ISI na fronteira ocidental entre a China, o Afeganistão e o Paquistão. Vale notar que, inclusive, vários dos movimentos islâmicos nas repúblicas muçulmanas da antiga União Soviética estão articulados com os movimentos do Turquestão e Uigur, na região autônoma de Sinkiang-Uigur.

Esses grupos separatistas – que incluem a chamada “Força Terrorista do Turquestão Ocidental”, o Partido Reformista Islâmico, a Frente Revolucionária de Unidade Nacional do Turquestão Oriental, a Organização de Libertação Uigur e o Partido Jihan Uigur da Ásia central – receberam apoio e treinamento da Al Qaeda.⁵² O objetivo declarado pelos insurgentes islâmicos na China – apoiados pela Al Qaeda e pelo ISI – é “estabelecer um

⁵¹ *Ibidem.*

⁵² Segundo fontes oficiais chinesas citadas pela UPI, 20 de novembro de 2001.

califado islâmico na região”.⁵³ O califado integraria em uma só entidade política o Uzbequistão, o Tadjiquistão e o Quirguistão (Turquestão ocidental) e a região autônoma de Uigur, na China (Turquestão oriental).

O “projeto de califado” ultrapassa os limites da soberania territorial da China. Apoiado por várias “fundações” wahabis dos países do golfo Pérsico, o separatismo na fronteira ocidental da China coincide com os interesses estratégicos dos Estados Unidos na Ásia central. Da mesma forma, uma poderosa articulação, nos Estados Unidos, está canalizando apoio a forças separatistas no Tibete.

Ao promover tacitamente a secessão na região Uigur de Sinkiang – utilizando o ISI como intermediário – Washington pretende provocar uma ampla desestabilização política e a divisão da República Popular da China. Além dessas operações secretas, os estadunidenses estabeleceram bases militares no Afeganistão e em sete das antigas repúblicas soviéticas, diretamente na fronteira ocidental da China. A militarização no mar do Sul da China e no estreito de Taiwan também faz parte desta estratégia.

Não interessa à política externa estadunidense deter a onda de fundamentalismo islâmico. De fato, trata-se mesmo do contrário. O notório ressurgimento do “islamismo radical”, depois de 11 de setembro, no Oriente Médio e na Ásia central, é coerente com a agenda secreta de Washington, que consiste em apoiar, mais do

⁵³ *Defense and Security*, 30 de maio de 2001.

que combater, o terrorismo internacional, com vistas a desestabilizar as sociedades e impedir a articulação de verdadeiros movimentos sociais opostos ao império estadunidense. Nesse sentido, Washington continua apoiando – por meio das operações secretas da CIA – o crescimento do fundamentalismo islâmico, particularmente na China e na Índia.

Em todo o mundo em desenvolvimento, o crescimento de organizações sectárias, fundamentalistas e de outras desse tipo, costuma ser útil aos interesses dos Estados Unidos. Estas diversas organizações e movimentos insurgentes armados surgiram especialmente em países onde as instituições estatais entraram em colapso sob o peso das reformas econômicas exigidas pelo FMI. A aplicação do remédio econômico do Fundo provoca geralmente uma atmosfera de luta étnica e social que, por sua vez, favorece o desenvolvimento do fundamentalismo e da violência comunitária. Estas organizações fundamentalistas também ajudam a destruir e deslocar as instituições laicas.

Em outras palavras, o fundamentalismo propicia as divisões sociais e étnicas, e solapa a capacidade de organização das pessoas contra o império dos Estados Unidos. Estas organizações e movimentos, como o talibã, geralmente fomentam a “oposição ao Tio Sam” de maneira que não significa uma ameaça real aos interesses geopolíticos e econômicos estadunidenses. Enquanto isso, Washington apóia seu desenvolvimento como forma de desarticular os movimentos sociais que teme representem uma verdadeira ameaça a sua hegemonia econômica e política.

3. WASHINGTON APÓIA O TERRORISMO INTERNACIONAL

A tese do bumerangue

Enquanto culpa-se a “*jihad* islâmica” – que Bush considera uma ameaça para os Estados Unidos – pelos ataques terroristas ao WTC e ao Pentágono, estas mesmas organizações islâmicas são um instrumento-chave para as operações de inteligência militar dos Estados Unidos, não apenas nos Bálcãs e na antiga URSS, mas também na Índia e na China.

E, enquanto os mujaidins estão ocupados lutando em benefício do “Tio Sam”, o FBI – que opera como uma força política dos Estados Unidos – trava a guerra contra o terrorismo, atuando de forma bastante independente da CIA, a qual apoiou o terrorismo internacional por meio de operações secretas, desde a guerra afegão-soviética.

Posto diante das evidências e da história das operações secretas da CIA desde a época da guerra fria, o

governo estadunidense já não pode negar seus vínculos com o infame Osama. E, embora a CIA admita que Osama Bin Laden era um “recurso de inteligência” durante a guerra fria, diz-se que a relação “data de muito tempo atrás”, de muitos anos.

De acordo com a CIA, um “recurso de inteligência” – diferentemente de um “agente de inteligência” *bona fide* – não necessariamente está comprometido com os interesses dos Estados Unidos. Na verdade, atuam ou se comportam de tal maneira que favorecem os interesses da política externa dos Estados Unidos.

No entanto, tais “recursos” não estão conscientes das funções e do papel específico que exercem, favorável à CIA, no tabuleiro do xadrez político. E, para que estas operações secretas tenham êxito, a CIA costuma utilizar diversos representantes e organizações que lhe servem de biombo, como o aparato de inteligência do Paquistão.

A maioria das reportagens posteriores a 11 de setembro afirma que os vínculos da CIA com Bin Laden são coisa do passado, que datam dos tempos da guerra afegão-soviética; e que são totalmente “irrelevantes” para os acontecimentos atuais. Os meios de comunicação ocidentais costumam ignorar o apoio da CIA às organizações terroristas internacionais durante a guerra fria e suas seqüelas; esta realidade fica perdida diante do acúmulo de notícias sobre a história recente, o que favorece a agenda secreta do governo Bush.

Um exemplo claro da distorção realizada pelos meios de comunicação é a chamada “tese do bumerangue”, que consiste em afirmar que os “recursos de inteligência vol-

taram-se contra seus patrocinadores”: “o que criamos bate em nossa cara”.⁵⁴ Assim, o governo estadunidense e a CIA transformam-se em pobres vítimas:

Os sofisticados métodos ensinados aos mujaidins, assim como os milhares de toneladas de armas, que lhes foram proporcionadas pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, converteram-se em um tormento para o Ocidente, fenômeno que agora é conhecido como bumerangue, de acordo com o qual a estratégia política se volta contra seus próprios criadores.⁵⁵

Certamente, os meios de comunicação estadunidenses aceitam que, se os talibãs chegaram ao poder (em 1995) foi, em parte, devido ao apoio do governo ao grupo islâmico radical dos mujaidins durante a guerra contra a União Soviética, nos anos de 1980.⁵⁶ No entanto, ignoram a evidência e concluem em coro que a CIA foi enganada pelo perverso Bin Laden, “um filho que se rebela contra seu pai”.

A tese do bumerangue é uma falácia, já que nossa análise confirma plenamente que a CIA nunca rompeu seus vínculos com a Rede Militante Islâmica.

“Bosniagate”: uma réplica do modelo Irã-Contras

Lembram-se de Oliver North e dos contra-revolucionários nicaragüenses durante a presidência de Reagan,

⁵⁴ *United Press International* (UPI), 15 de setembro de 2001.

⁵⁵ *The Guardian*, Londres, 15 de setembro de 2001.

⁵⁶ UPI, *op. cit.*

quando foram enviadas armas financiadas pelo narcotráfico aos “lutadores pela liberdade”, para a guerra secreta travada por Washington contra o governo sandinista? Pois o mesmo modelo foi utilizado nos anos de 1990 nos Bálcãs, para armar e treinar os mujaidins que lutavam nas fileiras do exército muçulmano bósnio contra as forças armadas da Federação Iugoslava, buscando acabar com o modelo iugoslavo de “socialismo de mercado”.

Durante a década de 1990, a CIA utilizou o ISI como intermediário para enviar armas e mercenários mujaidins para o exército muçulmano bósnio. Segundo a reportagem da agência International Media Corporation, de Londres:

Fontes confiáveis informam que os Estados Unidos estão participando ativamente (1994) do fornecimento de armas e do treinamento das forças muçulmanas da Bósnia-Herzegovina, contrariando os acordos das Nações Unidas. As agências estadunidenses proporcionaram armas fabricadas na (...) China, na Coréia do Norte e no Irã. As fontes indicam que (...) o Irã, com conhecimento e anuência do governo estadunidense, abasteceu as forças bósnias com grande número de lança-foguetes e enorme quantidade de munição: foguetes de 107 e 122mm e lança-foguetes múltiplos VBR-230 fabricados no Irã. (...) Também se informou que 400 integrantes da Guarda Revolucionária Iraniana (Pasdaran) chegaram à Bósnia com um enorme abastecimento de armas e munição. Afirma-se que a CIA tinha pleno conhecimento da operação e acredita-se que alguns desses 400 integrantes foram cooptados para futuras operações terroristas na Europa ocidental.

Durante os meses de setembro e outubro (1994), levadas de mujaidins afegãos (...) chegaram secretamente a Ploce, na Croácia – a sudoeste de Mostar – de onde viajam com documentos falsos para unir-se às forças muçulmanas bósnias nas regiões de Kupres, Zenica e Banja Luka. Em datas recentes (final de 1994), estas forças obtiveram um grande êxito militar. Segundo fontes de Sarajevo, receberam apoio do batalhão UNPROFOR de Bangladesh, que chegou a substituir um batalhão francês em setembro (1994).

Informou-se que os mujaidins que chegaram a Ploce vinham acompanhados de forças especiais dos Estados Unidos, providas de equipamento de comunicação de ponta. (...) As fontes também asseguraram que a missão das tropas estadunidenses era estabelecer redes de comando, controle, comunicação e inteligência, para coordenar e apoiar a ofensiva bósnio-muçulmana – conjuntamente com os mujaidins e as forças bósnias da Croácia – em Kupres, Zenica e Banja Luka. Recentemente houve ofensivas a partir de lugares que a ONU considerara “zonas seguras”, nas regiões de Zenica e Banja Luka.

O governo dos Estados Unidos não se limitou a desrespeitar de forma clandestina o embargo de armas na região, imposto pelas Nações Unidas (...) durante os dois últimos anos (antes de 1994). Também envolveram três delegações de alto nível em tentativas sem resultado de alinhar o governo iugoslavo às políticas estadunidenses. A Iugoslávia é o único país da região que se negou a submeter-se às pressões estadunidenses.⁵⁷

⁵⁷ International Media Corporation, “Defense and strategy policy: US commits forces, weapons to Bósnia”, Londres, 31 de outubro de 1994.

Informação fidedigna

Ironicamente, as operações secretas de inteligência militar na Bósnia foram documentadas pelo Partido Republicano. Em um extenso relatório ao Congresso, publicado em 1997, a comissão desse partido acusa Clinton de ter “ajudado a Bósnia a transformar-se em uma base dos islâmicos militantes”, propiciando o recrutamento de milhares de mujaidins por meio da chamada “Rede Militante Islâmica”:

Talvez o mais ameaçador para a missão das SFOR (forças de estabilização na Bósnia-Herzegovina) – e, sobretudo, para a segurança do pessoal estadunidense que vive na Bósnia – seja a falta de vontade de Clinton de aceitar diante do Congresso e do povo de seu país sua cumplicidade no fornecimento de armas do Irã para o governo muçulmano em Sarajevo. Esta política, aprovada pessoalmente por Clinton em abril de 1994, por solicitação do diretor designado da CIA – e então chefe do NSC – Anthony Lake e do embaixador dos Estados Unidos na Croácia, Peter Galbraith, aumentou consideravelmente a influência iraniana na Bósnia.⁵⁸

Além de armas, entraram na Bósnia membros da Guarda Revolucionária Iraniana e agentes de inteligência do VEVAR, assim como milhares de mujaidins (guerreiros sagrados) do mundo árabe. A eles se juntaram também outros países muçulmanos, incluindo o Brunei, a Malásia, o Paquistão, a Arábia Saudita, o Sudão e a Turquia, além de diversas organizações muçulmanas

⁵⁸ Segundo *Los Angeles Times*, citando fontes qualificadas de inteligência.

radicais. Por exemplo, documentou-se a atividade de uma “organização humanitária” sediada no Sudão, chamada Organização Internacional Islâmica de Ajuda Humanitária (TWRA). O envolvimento de Clinton no tráfico de armas para a rede islâmica incluía a inspeção de mísseis provenientes do Irã, tarefa desempenhada por funcionários estadunidenses (...) A TWRA, uma suposta organização humanitária com sede no Sudão (...) foi um dos principais vínculos no tráfico de armas para a Bósnia. (...) Acredita-se que a TWRA está vinculada a personagens da rede islâmica de terroristas, como o xeique Omar Abdel Rahman – condenado por ser o autor intelectual do bombardeio ao World Trade Center em 1993 – e Osama Bin Laden, um rico saudita emigrado que financia diversos grupos militantes.⁵⁹

A cumplicidade de Clinton

A comissão do Partido Republicano (RPC) confirma de maneira inequívoca a cumplicidade de Clinton com diversas organizações islâmicas fundamentalistas, inclusive a Al Qaeda.

Os republicanos desejavam atingir Clinton, mas, naquele momento, o país inteiro tinha o olhar dirigido para o escândalo de Mônica Lewinsky. Por conseguinte, decidiram não desvendar um inoportuno “Irã-Bosniagate”, já que isso teria desviado a atenção do público do outro escândalo.

⁵⁹ *Washington Post*, 22 de setembro de 1996. Ver RPC, *Clinton-Approved Iranian Arms Transfers Help Turn Bósnia into Militant Islamic Base*, Comunicado de imprensa do Congresso, CRG (globalresearch.ca/articles/DCH109A.html), 16 de janeiro de 1997. O documento original encontra-se no site do Senado da RPC, senador Larry Craig, (senate.gov/~rpc/releases/1997/Iran.htm).

Os republicanos tinham também a intenção de submeter Bill Clinton a um julgamento político, “por mentir ao povo estadunidense” relativamente à sua relação com a jovem estagiária da Casa Branca. No entanto, no que se refere às “mentiras em matéria de política externa”, sobre narcotráfico e operações clandestinas nos Bálcãs, um assunto muito mais importante, tanto democratas quanto republicanos manifestaram seu acordo unânime – sem dúvida pressionados pelo Pentágono e pela CIA – em não divulgar a notícia.

Da Bósnia ao Kosovo

O “modelo da Bósnia”, descrito no relatório da RPC de 1997, reproduziu-se no Kosovo. Com a cumplicidade da OTAN e do Departamento de Estado, em 1998 e 1999 foram recrutados mercenários mujaidins do Oriente Médio e da Ásia, para combater nas fileiras do Exército de Libertação do Kosovo (KLA).

Tal como foi confirmado por fontes militares britânicas, a tarefa de armar e treinar o KLA foi confiada em 1998 à US Defense Intelligence Agency (DIA) e aos serviços de inteligência Britânicos (MI6), assim como a “membros antigos e em serviço do 22 SAS (22º Regimento da Força Aérea da Grã-Bretanha) e a três companhias inglesas e estadunidenses de segurança privada”.⁶⁰

A DIA aproximou-se dos MI6 para coordenar um programa de treinamento para o KLA, afirmou um oficial de alto escalão do

⁶⁰ *The Scotsman*, Edimburgo, 29 de agosto de 1999.

exército inglês: “o grupo MI6 subcontratou duas empresas de segurança britânicas, que, por sua vez, se aproximaram de antigos membros do 22 SAS. Foram feitas listas das armas e do equipamento de que necessitaria o KLA”. Ao mesmo tempo em que se realizavam estas operações secretas, membros na ativa do 22 SAS, em sua maioria do esquadrão D, foram enviados ao Kosovo antes que começassem os bombardeios, no mês de março.⁶¹

Enquanto as forças especiais do SAS treinavam o KLA em bases situadas ao norte da Albânia, os instrutores militares da Turquia e do Afeganistão, financiados pela *jihad*, treinavam-no em táticas de guerrilha e distração.⁶²

O próprio Bin Laden visitou a Albânia. Sua organização era um dos vários grupos fundamentalistas que enviaram unidades para lutar no Kosovo (...) Acredita-se que Bin Laden organizou uma operação na Albânia em 1994 (...) Fontes albanesas afirmam que Sali Berisha, o então presidente, tinha vínculos com grupos que posteriormente mostraram ser fundamentalistas extremos.⁶³

Testemunhos do Congresso sobre vínculos de Bin Laden e KLA

Em um testemunho apresentado à Comissão de Justiça do Congresso, Frank Cilluffo, do “programa sobre o crime global organizado”, afirmou que:

⁶¹ *Ibidem.*

⁶² *Truth in Media*, “Kosovo in Crisis”, Phoenix, Arizona, (truthinmedia.org), 2 de abril de 1999.

⁶³ *The Sunday Times*, Londres, 29 de novembro de 1998.

Fora omitido do público que o KLA é financiado em parte com a venda de narcóticos. A Albânia e o Kosovo estão no coração da rota balcânica, que une o “crescente de ouro” do Afeganistão e do Paquistão aos mercados de narcóticos da Europa. Calcula-se que esta rota gera rendas de 400 bilhões de dólares ao ano, e manipula 80% da heroína destinada à Europa.⁶⁴

Por sua vez, Ralf Mutschke, membro da divisão de inteligência criminal da Interpol, deu o seguinte testemunho à Comissão de Justiça do Congresso:

O Departamento de Estado qualificou o KLA de organização terrorista, afirmando que financiava suas operações com dinheiro do tráfico de heroína e empréstimos de países e indivíduos islâmicos, entre os quais, supostamente, Osama Bin Laden. Outro vínculo com Bin Laden: o irmão do líder de uma organização egípcia da *jihad*, também comandante de Bin Laden, dirigiu uma unidade especial do KLA durante o conflito no Kosovo.⁶⁵

Madelaine Albright acoberta o KLA

Clinton “ignorava” os vínculos do KLA com o terrorismo internacional e com o crime organizado, documentados pelo Congresso. No entanto, durante os meses que antecederam o bombardeio da Iugoslávia, a secre-

⁶⁴ Congresso dos Estados Unidos, testemunho de Frank J. Cilluffo, subdiretor do “programa sobre o crime global organizado”, e diretor da Comissão de Justiça do Congresso, 13 de dezembro de 2000.

⁶⁵ Congresso dos Estados Unidos, testemunho de Ralf Mutschke, da divisão de inteligência criminal da Interpol, para a Comissão de Justiça do Congresso, 13 de dezembro de 2000.

tária de Estado, Madeleine Albright, procurava dar ao KLA “legitimidade pública”. De um dia para o outro, o exército paramilitar foi elevado ao nível de força “democrática” no Kosovo. Albright forçou o ritmo da diplomacia internacional, destinando ao KLA o papel central nas falidas “negociações de paz” de Rambouillet, no início de 1996. Enquanto isso, o KLA crescia e fortalecia suas relações com a Rede Militante Islâmica, inclusive com a Al Qaeda.

O Congresso dá seu apoio tácito ao terrorismo de Estado

O fato dos documentos do Congresso confirmarem que o governo dos Estados tinha uma estreita relação com a Al Qaeda não impediu que Clinton, e posteriormente Bush, proporcionassem armas e equipamentos ao KLA. Os documentos do Congresso também confirmaram que o Senado e a Câmara de Deputados sabiam da relação do governo com o terrorismo internacional, como prova a citação de John Kasich, membro da Comissão de Serviços Armados: “(Em 1998 e 1999) entramos em contato com o KLA, que, por sua vez, era o ponto de contato com Bin Laden...”⁶⁶

O que acaba de ser dito significa que os membros do Congresso conheciam perfeitamente a relação entre o governo estadunidense e Osama Bin Laden. Sabiam exatamente quem era ele – um peão de Clinton e (de-

⁶⁶ Congresso dos Estados Unidos, transcrições da Comissão de Serviços Armados da Câmara de Representantes, 5 de outubro de 1999.

pois) da administração Bush. Portanto, sabiam também que a “campanha contra o terrorismo internacional”, lançada imediatamente depois de 11 de setembro, implicava uma agenda secreta. Apesar disso, tanto republicanos quanto democratas manifestaram seu apoio irrestrito ao presidente na “guerra contra Osama”.

Em 1999, já sabendo que o KLA era financiado por Osama Bin Laden, o senador Jo Lieberman declarou com grande ênfase que “lutar pelo KLA é lutar pelos direitos humanos e os valores estadunidenses”. Em 7 de outubro de 2001, algumas horas depois dos ataques ao Afeganistão com mísseis teleguiados, o próprio Lieberman pediu que se efetuassem ataques contra o Iraque, como medida punitiva: “Lutamos contra o terrorismo (...) Não podemos nos limitar a Bin Laden e aos talibãs”. Cabe esclarecer que o senador Lieberman, enquanto membro da Comissão de Serviços Armados do Senado, tinha acesso a todos os documentos relativos aos vínculos KLA-Osama; portanto, ao fazer estas declarações, estava plenamente consciente de que as agências do governo estadunidense, da mesma forma que a OTAN, estavam apoiando o terrorismo internacional.

A guerra na Macedônia

No fim da guerra da Iugoslávia, em 1999, as atividades terroristas do KLA se estenderam para o sul da Sérvia e para a Macedônia. Enquanto isso, o KLA, já rebatizado como Corpo de Proteção do Kosovo (KPC), foi reconhecido pelas Nações Unidas, o que lhe deu acesso a fontes legítimas de financiamento da ONU e de

canais bilaterais, incluindo apoio militar direto dos Estados Unidos.

Apenas dois meses depois que o KPC fora reconhecido oficialmente, em setembro de 1999, os comandantes do KPC-KLA – com recursos e equipamento da ONU – preparavam os ataques à Macedônia, uma seqüência lógica de suas atividades terroristas no Kosovo. De acordo com o jornal *Dnevnik*, de Skopje, o KPC estabeleceu uma “sexta zona de operações”, ao sul da Sérvia e na Macedônia:

Fontes que insistem em permanecer no anonimato afirmam que já foram implantados (março de 2000) quartéis das brigadas de proteção do Kosovo (vinculadas ao KPC, apoiado pela ONU) em Tetovo, Gostivar e Skopje. Recebem treinamento em Debar e Struga (na fronteira com a Albânia) e seus membros têm códigos definidos.⁶⁷

Segundo a BBC, “as forças especiais ocidentais treinavam os guerrilheiros”, o que significava que apoiavam o KLA para abrir a “sexta zona de operações”, ao sul da Sérvia e na Macedônia.⁶⁸

A Rede Militante Islâmica e a OTAN unem esforços na Macedônia

Entre os mercenários estrangeiros que em 2001 lutavam na Macedônia, nas fileiras do autoproclamado Exército de Libertação Nacional (NLA), estavam os

⁶⁷ *Macedonian Information Centre Newsletter*, Skopje, 21 de março de 2000. (Resumo de notícias mundiais da BBC, 24 de março de 2000).

⁶⁸ BBC, (news.bbc.co.uk/hi/english/world/europe/newsid_1142000/1142478.stm), 29 de janeiro de 2001.

mujaidins do Oriente Médio e das repúblicas da Ásia central da antiga União Soviética. Dentro das forças do KLA na Macedônia também estavam os especialistas, assessores militares dos Estados Unidos, pertencentes a um exército mercenário particular contratado pelo Pentágono, assim como aventureiros da Grã-Bretanha, Holanda e Alemanha. Vários desses mercenários ocidentais tinham lutado antes no KLA e no exército muçulmano bósnio.

A imprensa e as autoridades macedônias documentaram amplamente os vínculos do governo estadunidense com a Rede Militante Islâmica, assim como seu apoio e financiamento ao NLA, envolvido nos ataques terroristas à Macedônia. O NLA é uma força do KLA. Por sua vez, o KLA e o KPC são instituições idênticas, com os mesmos comandantes e pessoal militar. Os comandantes do KPC, pagos pelas Nações Unidas, combatem no NLA ao lado dos mujaidins.

Ironicamente, o KLA-NLA, financiado pela Al Qaeda, também recebe apoio da OTAN e da Missão das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK). A própria Rede Militante Islâmica, que também usa o ISI como intermediário junto à CIA, continua integrando as operações secretas de inteligência militar de Washington na Macedônia e ao sul da Sérvia.

Os terroristas do KLA-NLA recebem financiamento dos Estados Unidos e do orçamento da ONU para manter a paz, assim como de diversas organizações islâmicas, inclusive da Al Qaeda. Da mesma maneira, os terroristas recebem dinheiro do narcotráfico, com a cumplici-

dade do governo estadunidense. O recrutamento de mujaidins nas fileiras do NLA na Macedônia é feito por meio de diversos grupos islâmicos.

Assessores militares estadunidenses misturam-se aos mujaidins das mesmas forças paramilitares, e mercenários ocidentais da OTAN lutam ao lado dos mujaidins recrutados no Oriente Médio e na Ásia central. E os meios de comunicação estadunidenses consideram isso um “bumerangue” com o qual os “recursos de inteligência” se voltaram contra seus patrocinadores!

Tudo isso não aconteceu durante a guerra fria. Aconteceu na Macedônia, em 2001, e foi confirmado por diversas reportagens de imprensa, testemunhos, evidências fotográficas e declarações oficiais do primeiro ministro da Macedônia, que em várias ocasiões acusou a aliança militar do Ocidente de apoiar os terroristas. Mais, a agência noticiosa oficial da Macedônia (MIA) mostrou a cumplicidade entre o enviado de Washington, o embaixador James Pardew, e os terroristas do NLA.⁶⁹ Isto significa que os “recursos de inteligência” ainda servem aos interesses de seus patrocinadores estadunidenses.

Quadro 3. 1 - O enviado dos Estados Unidos, James Pardew. James Pardew começou sua carreira nos Balcãs, em 1993, como diretor de inteligência

⁶⁹ *Scotland on Sunday*, (scotlandonsunday.co/text_only), 15 de junho de 2001. Ver também *UPI*, 9 de julho de 2001. E, para mais detalhes, Michel Chossudovsky, “Washington behind terrorist assaults in Macedonia”, CRG, (globalresearch.ca/articles/CHO108B.html), agosto de 2001.

para os subchefes do Estado Maior responsáveis pelo envio da ajuda estadunidense ao exército muçulmano bósnio. O coronel Pardew foi encarregado de organizar a entrega de provisões lançadas do ar para as forças bósnias, ação que naquele momento foi qualificada como "ajuda civil". Posteriormente, vazou – rumores confirmados pelo relatório da Comissão do Partido Republicano (RPC) – que os Estados Unidos tinham violado o embargo de armas das Nações Unidas. Ora, James Pardew teve um papel central na equipe de inteligência que trabalhou em estreito contato com o presidente do Conselho Nacional de Segurança, Anthony Lake. Mais tarde, Pardew esteve envolvido nas negociações de Dayton (1995) representando o Departamento da Defesa. Em 1999, antes do bombardeio da Iugoslávia, Clinton designou-o "representante especial para a estabilização militar e desenvolvimento do Kosovo". Uma de suas tarefas consistia em canalizar apoio para o KLA, que naquele momento também recebia apoio de Osama Bin Laden. Pardew se encarregou de reproduzir o "modelo bósnio", no Kosovo e, posteriormente, na Macedônia.

A decisão de enganar o povo estadunidense

O governo que patrocinou o terrorismo internacional inicia agora uma guerra de grandes dimensões "contra o terrorismo internacional", como parte de sua agenda política. Isso significa que a justificativa principal para declarar a guerra foi totalmente fabricada e

que o governo enganou deliberada e conscientemente o povo estadunidense.

É preciso lembrar que essa decisão de enganar o povo foi tomada algumas horas depois dos ataques terroristas ao World Trade Center. Sem haver evidências, acusou-se Osama de ser o “principal suspeito”. Dois dias depois, quinta-feira, 13 de setembro, quando o FBI mal iniciara as investigações, o presidente Bush jurou “levar o mundo à vitória”.

Mais, a plenária do Congresso – salvo uma voz dissidente, honesta e corajosa, na Câmara dos Deputados – ratificou a decisão de iniciar a guerra. Tanto deputados quanto senadores têm acesso, por meio das diversas comissões, a relatórios oficiais confidenciais e a documentos de inteligência que provam, sem lugar a dúvidas, os fortes vínculos entre as agências do governo estadunidense e o terrorismo internacional; conseqüentemente, não podem alegar espanto já que, inclusive, a maior parte das evidências é de domínio público.

De acordo com a resolução histórica do Congresso, aceita tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado, em 14 de setembro:

O presidente fica autorizado a fazer uso da força necessária e apropriada contra aqueles países, organizações ou pessoas que, a seu critério, tenham planejado, autorizado, perpetrado ou apoiado os ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001, ou que acobertem ou dêem guarida a tais organizações ou pessoas, com o propósito de prevenir que tais nações, organiza-

ções ou pessoas cometam futuros atos de terrorismo internacional contra os Estados Unidos.⁷⁰

Nossa análise confirma que, desde o fim da guerra fria, tanto as agências de governo quanto a OTAN acobertaram tais organizações. Parece irônico que o texto da resolução do Congresso também seja um bumerangue contra os patrocinadores estadunidenses do terrorismo internacional. A resolução não exclui a realização de uma investigação do *Osamagate*, como tampouco as ações apropriadas contra agências ou pessoas do governo estadunidense que possam ter colaborado com a Al Qaeda.

⁷⁰ Ver *The White House Bulletin*, 14 de setembro de 2001.

4. ENCOBRIMENTO OU CUMPLICIDADE?

O papel do ISI nos ataques de 11 de setembro

Como já foi dito no capítulo terceiro, o governo dos Estados Unidos usou conscientemente o terrorismo internacional – e o ISI como intermediário – em prol dos objetivos de sua política externa. Curiosamente, enquanto o ISI apóia e acoberta o terrorismo internacional – inclusive Osama Bin Laden – Bush decidiu procurar o apoio do ISI para sua “campanha contra o terrorismo internacional”.

Dois dias depois dos ataques terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono, informou-se que uma delegação chefiada pelo diretor do ISI, general Mahmoud Ahmad, fora a Washington para manter conversas de alto nível no Departamento de Estado.⁷¹ Praticamente

⁷¹ *The Guardian*, 15 de setembro de 2001.

todos os meios de comunicação estadunidenses transmitiram a impressão de que Islamabad formara uma delegação a pedido de Washington, e que o governo paquistanês fora convidado para a reunião “depois” dos trágicos eventos.

A realidade foi diferente. Espião mais importante do Paquistão, o general Mahmoud Ahmad “estava nos Estados Unidos no momento dos ataques”.⁷² Segundo o *New York Times*, “estava (em Washington) casualmente, em uma de suas habituais visitas de consulta”,⁷³ ainda que não se tenha dito uma só palavra sobre a natureza do assunto tratado nos Estados Unidos durante a semana anterior aos ataques. O *Newsweek* informou que “visitava Washington no momento dos ataques e que, assim como a maioria dos visitantes, continua retido ali, sem possibilidade de regressar a seu país devido à suspensão dos vôos internacionais”.⁷⁴ Na realidade, o general Ahmad chegara aos Estados Unidos no dia 4 de setembro, uma semana antes dos ataques.⁷⁵ Lembremos que o objetivo desta reunião no Departamento de Estado, em 13 de setembro, apenas foi revelado ao público depois dos ataques, quando Bush tomou a decisão de buscar formalmente a “cooperação” do Paquistão em sua campanha contra o terrorismo internacional.

⁷² *Reuters*, 13 de setembro de 2001.

⁷³ *The New York Times*, 13 de setembro de 2001.

⁷⁴ *Newsweek*, 14 de setembro de 2001.

⁷⁵ *The Daily Telegraph*, Londres, 14 de setembro de 2001.

A imprensa confirmou que o general Mahmoud Ahmad mantivera duas reuniões com o subsecretário de Estado, Richard Armitage, nos dias 12 e 13 (*The New York Times*, de 13 de setembro de 2001, confirma a reunião do dia 12). Também, depois do dia 11, reuniu-se com o senador Joseph Biden, presidente da poderosa Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Como confirmaram diversos artigos de imprensa, o general Ahmad fazia sua “visita de consulta habitual” a funcionários estadunidenses, durante a semana prévia ao ataque, ou seja, reunia-se com seus homólogos da CIA e do Pentágono.⁷⁶ A natureza dessas “consultas” de rotina não veio a público. Estariam relacionadas com as que se realizaram depois do dia 11, relativas à decisão do Paquistão de cooperar com Washington, que ocorreram a portas fechadas, no Departamento de Estado, nos dias 12 e 13 de setembro? Teriam os funcionários estadunidenses e paquistaneses discutido a guerra? Só podemos especular com base no que ocorreu depois, no Afeganistão.

O eixo ISI-Osama-talibãs

O comandante da Aliança do Norte, Ahmad Shah Masood, foi assassinado em 9 de setembro. A Aliança do Norte informou a Bush o suposto envolvimento do ISI no assassinato e, em um documento oficial, declarou o seguinte:

⁷⁶ *The New York Times*, 13 de setembro de 2001.

O eixo ISI-Osama-talibãs (foi responsável) por tramar o assassinato perpetrado por dois aviões suicidas árabes. Consideramos que se trata de um triângulo entre Osama Bin Laden, o ISI – que é a seção de inteligência do exército paquistanês – e os talibãs.⁷⁷

Em termos gerais, a cumplicidade do ISI com o eixo ISI-Osama-talibãs era de domínio público, tendo sido confirmada pelos documentos do Congresso e pelos relatórios de inteligência a que já aludimos.

Quadro 4. 1 – Programa de atividades do general Mahmoud Ahmad em Washington, de 4 a 13 de setembro de 2001. Verão de 2001: O chefe do ISI, general Mahmoud Ahmad, transfere 100. 000 dólares a quem encabeçou os ataques terroristas de 11 de setembro, Mohamed Atta. 4 de setembro: Ahmad chega aos Estados Unidos em visita oficial. 4 a 9 de setembro: Reúne-se com seus homólogos, inclusive com o diretor da CIA, George Tenet. 9 de setembro: Morre assassinado o general Masood, líder da Aliança do Norte. A versão oficial desta organização indica o envolvimento do eixo ISI-Osama-talibãs. 11 de setembro: Ataques terroristas ao WTC e ao Pentágono. 12 e 13 de setembro: Reuniões do general Ahmad com o subsecretário de Estado, Richard Armitage. Acordo negociado entre Ahmad e Armitage, sobre a "colaboração" do Paquistão. 13 de setembro: Ahmad

⁷⁷ A declaração da Aliança do Norte foi publicada em 14 de setembro de 2001 e divulgada pela agência *Reuters* em 15 de setembro.

reúne-se com o senador Joseph Biden, presidente da comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Bush colabora com a inteligência militar do Paquistão

Durante as consultas realizadas depois de 11 de setembro, no Departamento de Estado, Bush tomou a decisão de colaborar diretamente com a inteligência militar do Paquistão, sem que seus vínculos com Osama Bin Laden e os talibãs tivessem importância, assim como a suposta participação destes no assassinato do general Masood, que ocorrera, casualmente, dois dias antes dos ataques terroristas.

Enquanto isso, e apesar da evidência cada vez maior, os meios de comunicação ocidentais pretendiam ignorar a participação encoberta do ISI no assassinato, a que se fez alusão, embora mal fosse mencionada sua importância política com relação a 11 de setembro, e à decisão posterior de empreender a guerra contra o Afeganistão.

Sem discussão nem debate, foi anunciado que o Paquistão era um “amigo e aliado dos Estados Unidos”.

De acordo com uma lógica bastante distorcida, os meios de comunicação estadunidenses concluíram em coro que: “Os funcionários estadunidenses buscaram a cooperação do Paquistão (precisamente) porque era o principal apoio dos talibãs, a linha dura da direção islâmica no Afeganistão, acusado por Washington de abrigar Bin Laden”.⁷⁸

⁷⁸ Reuters, 13 de setembro de 2001.

Informação fidedigna

É como se ninguém tivesse observado as flagrantes e torpes mentiras por trás da campanha contra o terrorismo internacional, exceto um jornalista mais interessado, que interrogou Colin Powell no início da conferência de imprensa do Departamento de Estado, na quinta-feira 13 de setembro: “Por acaso os Estados Unidos consideram o Paquistão um aliado ou, como indicou *Patterns of Global Terrorism*, trata-se de um lugar onde são treinados grupos terroristas? Ou talvez seja uma mescla de ambos?”⁷⁹ A resposta de Colin Powell foi: “Demos ao governo do Paquistão uma lista que especifica as coisas que pensamos que lhes serão úteis para trabalhar conosco e que discutiremos com o presidente do Paquistão hoje à tarde”.⁸⁰

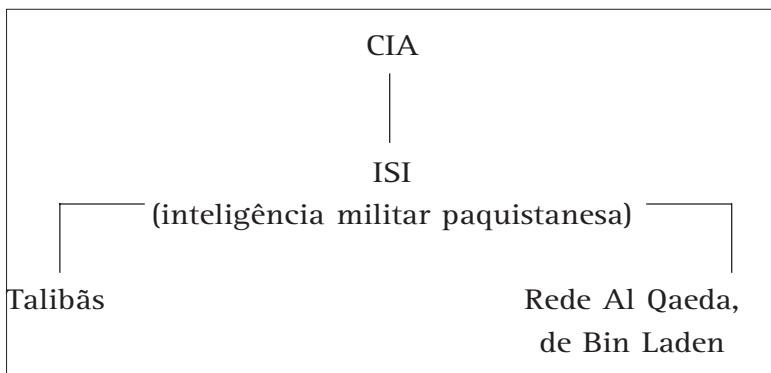
Patterns of Global Terrorism, mencionada pelo jornalista, é uma publicação do Departamento de Estado que confirmou os vínculos do presidente Pervez Musharraf com o terrorismo internacional:

Fontes fidedignas indicam que o Paquistão lhes proporciona armas, combustível, recursos financeiros, assistência técnica e assessoria militar. O Paquistão não fez nada para impedir que um grande número de paquistaneses fossem ao Afeganistão para lutar com os talibãs. Da mesma forma, Islamabad tampouco tomou medidas eficazes para impedir as atividades de certas

⁷⁹ Pergunta do jornalista ao secretário de Estado Colin Powell, *State Department Briefing*, Washington D.C., 13 de setembro de 2001.

⁸⁰ *Ibidem*.

madrassas, ou escolas religiosas, que funcionam como campos de recrutamento para o terrorismo.⁸¹



A portas fechadas no Departamento de Estado

Bush buscou a colaboração daqueles que apoiavam e acobertavam diretamente os terroristas (inclusive o ISI), o que é absurdo, ainda que ao mesmo tempo compatível com os objetivos econômicos e estratégicos de Washington na Ásia central.

A reunião a portas fechadas que se realizou no Departamento de Estado, em 13 de setembro, entre o subsecretário Richard Armitage e o general Mahmoud Ahmad foi cercada do maior sigilo. Lembremos que o presidente Bush nem sequer participou destas negociações cruciais: “O subsecretário de Estado, Richard Armitage entregou (ao chefe do ISI, Mahmoud Ahmad), uma lista das medidas específicas que o Paquistão deveria tomar, de acordo com os desejos de Washington (...) Depois de uma conversa

⁸¹ Departamento de Estado, *Patterns of Global Terrorism*, Washington D.C. (state.gov/s/ct/rls/pgtrpt/2000), 2000.

telefônica entre Powell e o presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, o porta-voz do Departamento de Estado, Richard Boucher, afirmou que o Paquistão prometera colaborar”.⁸²

Posteriormente, o presidente George W. Bush confirmou – também na manhã do dia 13 de setembro – que o governo do Paquistão aceitara “colaborar e participar da caça àqueles que cometeram este ato inaudito e vil contra os Estados Unidos”.⁸³

O principal espião do Paquistão em missão no Afeganistão

Em 13 de setembro, o presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, confirmou que enviaria seu principal espião, o general Mahmoud Ahmad, para negociar com os talibãs a extradição de Osama Bin Laden, uma decisão instigada por Washington que, possivelmente, surgiu da reunião entre Armitage e o general Mahmoud.

O principal espião paquistanês regressou imediatamente a seu país, para preparar a entrega de um ultimato que seria praticamente impossível cumprir:

A pedido dos Estados Unidos, Ahmad foi a (...) Kandahar, Afeganistão, onde transmitiu ao líder talibã, Mohammad Omar,

⁸² *Reuters*, 13 de setembro de 2001.

⁸³ Documentos da Presidência, conversa telefônica de diversos repórteres com o prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, e o governador do Estado de Nova York, George Pataki, 13 de setembro de 2001.

a mais torpe das exigências: “Entreguem Bin Laden sem condições ou aguardem uma guerra com os Estados Unidos e seus aliados”.⁸⁴

As duas reuniões de Mahmoud com os talibãs foram consideradas um fracasso; no entanto, o “fracasso” era parte do plano, pois dava a Washington o pretexto para a intervenção militar que já organizara. Se se tivesse obtido a extradição, teria desmoronado a principal justificativa para declarar a guerra contra o terrorismo internacional. As evidências sugerem que a guerra já fora planejada muito antes de 11 de setembro, obedecendo a objetivos estratégicos e econômicos mais amplos.

Imediatamente, funcionários do mais alto nível do Pentágono e do Departamento de Estado foram enviados a Islamabad para dar os retoques finais aos planos estadunidenses de guerra. No domingo anterior ao bombardeio das cidades mais importantes do Afeganistão pela força aérea dos Estados Unidos (7 de outubro), o general Mahmoud Ahmad foi destituído de seu cargo de diretor do ISI, numa manobra que foi considerada um acerto de rotina. Mais tarde informou-se que ele desejava ser governador do Punjab, posto estratégico na fronteira com a Índia ocidental.

O elo perdido

Durante os dias que se seguiram à destituição do general Mahmoud Ahmad, o *Times of India* publicou

⁸⁴ *The Washington Post*, 23 de setembro de 2001.

uma notícia – que passou praticamente despercebida nos meios de comunicação ocidentais – que revelava os vínculos de Mahmoud Ahmad com o suposto “cabeça” dos ataques ao WTC, Mohamed Atta. Esse artigo do *Times of India* constitui, em muitos sentidos, o “elo perdido” para compreender quem apoiava os ataques terroristas de 11 de setembro:

Embora depois da destituição de Ahmad (em 8 de outubro, quando se iniciaram os bombardeios no Afeganistão), o departamento de relações públicas do ISI tenha afirmado que seu ex-diretor já tinha a intenção de aposentar-se, a verdade é bem mais esca-brosa. Fontes do mais alto nível confirmaram aqui, na quinta-feira (9 de outubro), que o general perdeu seu posto devido às “evidências” proporcionadas pela Índia de seus vínculos com um dos suicidas que bombardearam o World Trade Center. As autoridades estadunidenses pediram sua destituição depois de confirmar que Ahmad Umar Sheikh, a pedido do general Mahmoud, fizera uma transferência de cem mil dólares ao atacante do WTC, Mohamed Atta, do Paquistão. Funcionários de alto nível confirmaram que a Índia foi um elemento determinante para estabelecer a relação entre a transferência bancária e o papel do ex-diretor do ISI. Embora não tenham dado detalhes, afirmaram que a informação proporcionada pela Índia, e que inclui o número do celular de Sheikh, ajudou o FBI a rastrear e encontrar o vínculo.

Um vínculo direto entre o ISI e o ataque ao WTC pode ter enormes repercussões. Os Estados Unidos suspeitam que existe mais um militar paquistanês de alto escalão que conhece os pormenores. A evidência de uma conspiração de grande envergadura

poderia deteriorar a confiança que os Estados Unidos têm na capacidade do Paquistão de participar da coalizão antiterrorista.⁸⁵

Segundo os arquivos do FBI, Mohamed Atta era o “principal seqüestrador do primeiro avião que explodiu contra as torres gêmeas do WTC e, parece, o principal conspirador”.⁸⁶ O artigo do *The Times of India* baseou-se em um relatório oficial do serviço de inteligência de Nova Deli, transmitido a Washington por canais oficiais. A esse respeito, a AFP, agência francesa de notícias, confirmou que:

Uma fonte de alto nível informou à AFP que o “vínculo condenatório” entre o general e a transferência de recursos financeiros a Atta era parte da evidência que a Índia enviara oficialmente aos Estados Unidos. “A evidência que proporcionamos aos Estados Unidos é um assunto de muito mais alcance e importância do que um mero papel que vincula um general desonesto a algum ato ocasional de terrorismo”, afirmou a fonte.⁸⁷

Os dados do relatório da inteligência hindu sobre a transferência de recursos pelo ISI foram corroborados por uma investigação encabeçada pelo FBI depois de 11 de setembro. Embora não mencione o papel do ISI, o FBI

⁸⁵ *The Times of India*, Nova Deli (www.timesofindia.com), 9 de outubro de 2001.

⁸⁶ *The Weekly Standard*, vol. 7, número 7, outubro de 2001.

⁸⁷ *Agence France Press*, 10 de outubro de 2001.

indica uma conexão entre o Paquistão e o “pessoal próximo a Osama Bin Laden”, os chamados patrocinadores dos terroristas.

As autoridades federais informaram à *ABC News* que já rastream mais de 100 mil dólares provenientes de bancos do Paquistão, e depositados em dois bancos da Flórida, em diversas contas, em nome do cabeça suspeito dos ataques, Mohamed Atta. Esta manhã, a revista *Time* publicou também que parte desse dinheiro foi depositada alguns dias antes do ataque e pôde ser rastreada diretamente até pessoas conectadas com Osama Bin Laden. Isso faz parte de um importante esforço do FBI para cercar o alto comando dos seqüestros, aqueles que financiaram o golpe, os que o planejaram e seu autor intelectual.⁸⁸

Estará o ISI por trás do 11 de setembro?

A revelação do artigo do *The Times of India* (confirmada pelo informe do FBI) tem diversas implicações. Não apenas mostra os vínculos entre o general em chefe do ISI, Ahmad (o presumido “homem do dinheiro”), e o líder dos ataques terroristas, Mohamed Atta, como indica que outros dirigentes do ISI poderiam estar em contato com os terroristas. Mais, poderia sugerir que os ataques de 11 de setembro não são um ato de terrorismo individual, organizado por uma célula isolada da Al Qaeda, mas parte de uma operação bem coordenada, de inteligência militar, originada no próprio ISI.

⁸⁸ Declaração de Brian Ross em uma reportagem sobre a informação que lhe deu o FBI, *ABC News, This Week*, 30 de setembro de 2001.

O artigo mencionado também lança luz sobre os assuntos de que tratava o general Ahmad nos Estados Unidos durante a semana anterior ao 11 de setembro, suscitando interrogações sobre possíveis contatos entre o ISI e Mohamed Atta nesse país durante a semana anterior aos ataques ao WTC, precisamente quando o general Mahmoud e sua delegação realizavam uma de suas visitas de consulta habituais a funcionários estadunidenses. Lembremos que o general Mahmoud Ahmad chegou aos Estados Unidos em 4 de setembro. Cabe lembrar que, enquanto a investigação do FBI indica abertamente a cumplicidade do Paquistão nos ataques de 11 de setembro, Bush buscou deliberadamente o apoio do governo paquistanês na “guerra contra o terrorismo”.

Uma indicação apoiada pelos Estados Unidos

Ao ponderar os supostos vínculos entre terroristas e o ISI, cabe esclarecer que a designação do general Mahmoud Ahmad fora aprovada pelos Estados Unidos. Como diretor do ISI desde 1999, manteve constantes relações com seus homólogos da CIA, da DIA e do Pentágono. Vale lembrar também que desde o final da guerra fria até o momento, o ISI foi a plataforma de lançamento das operações secretas na CIA no Cáucaso, na Ásia central e nos Bálcãs.

Em síntese, como diretor do ISI, o general Mahmoud Ahmad servia aos interesses da política externa dos Estados Unidos, e sua destituição por ordem de Washington não foi fruto de um desentendimento político fundamental. Se os Estados Unidos

não houvessem canalizado seu apoio por meio do ISI, os talibãs jamais teriam chegado ao poder em 1996. O *Jane Defense Weekly* confirmou que “a metade do exército e das armas dos talibãs provinha do ISI do Paquistão” o qual, por sua vez, recebia apoio dos Estados Unidos.⁸⁹ O assassinato do general Ahmad Shah Masood, líder da Aliança do Norte, tampouco contradizia os objetivos da política externa dos Estados Unidos. Desde o fim da década de 1980, esse país buscava por todos os meios debilitar e eliminar Masood, por considerá-lo um reformista nacionalista; por conseguinte, apoiou tanto os talibãs quanto o grupo islâmico Hezb-I-Islami, dirigido por Gulbuddin Hektmayar, opositor de Masood. Além do mais, Moscou apoiava Masood.

Depois de seu assassinato, que servia demais aos interesses estadunidenses, a Aliança do Norte fragmentou-se em diversas facções. Se Masood não tivesse sido assassinado, teria sido a cabeça do governo pós-talibã, instituído pouco depois do bombardeio estadunidense sobre o Afeganistão.

Transcrições comprobatórias do Congresso

Tal como foi corroborado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, desde o final da guerra fria, os Estados Unidos canalizaram seu apoio aos talibãs e a Osama bin Laden por meio do ISI:

⁸⁹ Citado em *Christian Science Monitor*, 3 de setembro de 1998.

Os Estados Unidos apoiaram os talibãs em todos os momentos e, inclusive, permitam-me dizer-lhes (...) vocês têm no Paquistão um governo militar (do presidente Musharraf) que está armando os talibãs até os dentes (...) Permitam-me observar que os Estados Unidos sempre deram seu apoio às zonas onde estão os talibãs (...) Apoiamos os talibãs porque toda a ajuda vai para as zonas onde estão os talibãs. E quando outros buscam ajudar zonas não controladas pelos talibãs, imediatamente encontram obstáculos criados pelo Departamento de Estado (...) Nesse momento, o Paquistão voltou a fornecer armas, o que, em longo prazo, permitiu derrotar praticamente todas as forças contrárias aos talibãs no Afeganistão.⁹⁰

Encobrimento ou cumplicidade?

A existência do eixo ISI-Osama-talibãs é de domínio público, assim como os vínculos entre o ISI e agências do governo estadunidense, como a CIA.

Vários governos dos Estados Unidos utilizaram o ISI como intermediário, e essa organização é o apoio institucional central, tanto para a Al Qaeda quanto para os talibãs. Sem esse apoio, não haveria governo talibã em Cabul. Por sua vez, sem o constante apoio do governo estadunidense, o Paquistão tampouco teria um poderoso aparato de inteligência.

Funcionários de alto escalão do Departamento de Estado conheciam perfeitamente o papel do general

⁹⁰ Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, declaração da deputada Dana Rohrbacher, audiência da Comissão de Relações Internacionais sobre "Terrorismo global e Ásia do Sul", Washington D.C., 12 de julho de 2000.

Mahmoud Ahmad; depois de 11 de setembro, Bush buscou conscientemente a colaboração do ISI, que apoiara e acobertara Osama Bin Laden e os talibãs.

Assim, as relações de Bush com o ISI – incluindo as reuniões com Mahmoud Ahmad durante a semana anterior aos acontecimentos – explicitam um problema de encobrimento e de cumplicidade. Enquanto Ahmad falava com funcionários da CIA e do Pentágono, o ISI supostamente tinha contato com os terroristas encarregados do ataque.

Segundo o relatório do serviço de inteligência do governo da Índia – mencionado no *The Times of India* – quem praticou os ataques tinha vínculos com o ISI, que por sua vez relacionava-se com agências do governo estadunidense. O que sugere que indivíduos-chave da organização de inteligência militar teriam sabido dos contatos do ISI com o cabeça dos terroristas, Mohamed Atta, e não tomaram nenhuma medida.

Faltaria provar a cumplicidade de Bush, embora o que menos se possa esperar nesse momento seja uma investigação. Seu governo recusa-se a investigar os laços com o ISI, assim como a seguir o rastro do dinheiro e, mais ainda, as circunstâncias precisas dos ataques de 11 de setembro.

No entanto, fica claro que essa guerra não foi “uma campanha contra o terrorismo internacional”, mas uma guerra de conquista, com conseqüências devastadoras para o futuro da humanidade. E que o povo estadunidense foi deliberadamente enganado por seu governo.

5. A GUERRA E A AGENDA SECRETA

A conquista de reservas petrolíferas e das rotas dos oleodutos

A nova guerra dos Estados Unidos consiste em estender o sistema de mercado e em abrir novas “fronteiras econômicas” para o capital estadunidense. Por conseguinte, a invasão militar encabeçada por esse país – em estreita relação com a Grã-Bretanha – responde aos interesses dos gigantes petrolíferos anglo-americanos, aliados aos cinco grandes fabricantes de armas dos Estados Unidos: Lockheed Martin, Raytheon, Northrop Grumman, Boeing e General Dynamics.

O eixo anglo-americano de defesa e política externa é a força que está por trás, dirigindo as operações militares na Ásia central e no Oriente Médio. A aproximação entre Londres e Washington é coerente com a integração dos interesses comerciais britânicos e

estadunidenses em itens como finanças, petróleo e indústria bélica. A fusão da British Petroleum (BP) com a American Oil Company (Amoco), formando o maior conglomerado petrolífero do mundo, influi diretamente no padrão de relações entre esses dois países e constitui a base de uma relação próxima entre o presidente dos Estados Unidos e o primeiro ministro inglês. Em 1999, no fim da guerra na Iugoslávia, o fabricante de armas britânico British Aerospace Systems (BAES) integrou-se totalmente ao sistema de fornecimento de equipamentos bélicos dos Estados Unidos.

Quadro 5.1 – Os Estados Unidos planejam atacar os talibãs. Segundo uma reportagem publicada pela BBC pouco depois de 11 de setembro, altos funcionários estadunidenses comentaram com um ex-secretário de Relações Exteriores do Paquistão (durante um encontro internacional sobre o Afeganistão, patrocinado pela ONU, em meados de julho de 2001) que a ação militar contra o Afeganistão continuaria até meados de outubro (de 2001). (...) Segundo o senhor Naik, o principal objetivo seria derrubar o regime talibã. (...) Foi informado ao senhor Naik que Washington iniciaria operações a partir das bases do Tadjiquistão, onde já se encontravam assessores estadunidenses. Bin Laden acabaria "morto ou capturado" e o Uzbequistão participaria da operação (...) Também comentaram que, caso continuassem, as operações militares realizar-se-iam antes do começo do inverno – em meados de outubro, no mais tardar. O senhor Naik afirmou que não

tinha a menor dúvida de que os Estados Unidos já haviam feito estes planos antes dos ataques ao WTC e que os levaria a cabo em um prazo de duas ou três semanas. Também externou seu ceticismo quanto a Washington desistir de seus planos, mesmo que Bin Laden fosse entregue imediatamente pelos talibãs. Fonte: George Arney, "US planned attack on Taleban", BBC, 18 de setembro de 2001.

Os planos para a guerra

Os planos para a nova guerra dos Estados Unidos foram "ruminados" durante pelo menos três anos antes dos trágicos acontecimentos de 11 de setembro. No início da guerra na Iugoslávia, em 1999, quando a Hungria, a Polônia e a República Checa foram aceitas como membros da OTAN, foi proclamada a "ampliação" da aliança militar ocidental. Esta ampliação tinha o objetivo de combater a Iugoslávia e a Rússia.

Em abril, apenas um mês depois de iniciado o bombardeio, Clinton anunciou a extensão do domínio da OTAN até o coração da antiga União Soviética. Durante a cerimônia para comemorar o quinquagésimo aniversário da organização, os chefes de Estado da Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia compareceram ao elegante auditório "Andrew Mellon", em Washington. Haviam sido convidados para a celebração de três dias, em homenagem à OTAN, para assinar a GUUAM (Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia), uma aliança militar regional estrategicamente localizada no coração da riqueza petrolífera e de gás do mar Cáspio, uma vez que a

“Moldávia e a Ucrânia ofereciam rotas de exportação (dutos) para o Ocidente”.⁹¹ A Geórgia, o Azerbaijão e o Uzbequistão anunciaram imediatamente que abandonariam a Comunidade de Estados Independentes (CEI), “a união de segurança” que define o quadro da cooperação militar entre as antigas repúblicas soviéticas.

A formação da GUUAM – sob a cúpula da OTAN e financiada pela ajuda militar do Ocidente – pretendia fracionar ainda mais a CEI. Embora a guerra fria houvesse, oficialmente, chegado ao fim, ainda não alcançara seu clímax: os membros deste novo grupo político favorável à OTAN não apenas apoiavam os bombardeios à Iugoslávia como também estavam de acordo com que a instituição lhes proporcionasse “cooperação militar de baixo nível”, ainda que, ao mesmo tempo, insistissem em que “o grupo não é uma aliança militar dirigida contra terceiros”, isto é, contra Moscou. A GUUAM, dominada pelos interesses petrolíferos anglo-americanos, pretende, em última instância, excluir a Rússia das reservas de petróleo e gás da região do Cáspio, assim como isolá-la politicamente.

A militarização do corredor euro-asiático

Exatamente cinco dias antes do bombardeio da Iugoslávia, em 19 de março de 1999, o Congresso sancionou uma lei sobre a “estratégia da rota da seda”, que definia claramente os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos em uma região que se estende do Medi-

⁹¹ *Financial Times*, Londres, 6 de maio de 1999, p. 2.

terrâneo à Ásia central. A “estratégia da rota da seda” destaca o crescimento do império comercial dos Estados Unidos ao longo de um extenso corredor geográfico:

A antiga “rota da seda”, que um dia foi vital para a economia da Ásia central e do Sul do Cáucaso, atravessava grande parte do território que agora compreende a Armênia, o Azerbaijão, a Geórgia, o Casaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão. (...) Há cem anos, a Ásia central era o campo de ação em que estavam em jogo os interesses da Rússia tsarista, da Grã-Bretanha, da França de Napoleão e dos impérios Otomano e Persa. Naquela luta pela construção de impérios – em que nenhum conseguiu dominar os demais – as alianças eram de pouca importância. Hoje, o colapso da União Soviética desencadeou um novo jogo, no qual os interesses da East India Trading Company foram substituídos pelos das empresas petrolíferas Unocal e Total, e por muitas outras companhias e conglomerados. Hoje presenciamos os interesses de um novo participante neste grande jogo, os Estados Unidos. As antigas cinco repúblicas soviéticas que compõem a Ásia central – Casaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão – desejam a todo custo estabelecer relações com este país. Em terras do Casaquistão e do Turcomenistão encontram-se grandes jazidas petrolíferas e de gás natural, tanto em terra quanto no mar Cáspio, que aqueles países desejam explorar em curto prazo. O Uzbequistão tem reservas petrolíferas e de gás...⁹²

⁹² Congresso dos Estados Unidos, audiência sobre os interesses dos Estados Unidos nas repúblicas da Ásia central, Câmara dos Deputados, Subcomissão sobre a Ásia e o Pacífico, Comissão de Relações Internacionais, Washington, D.C. (commdocs.house.gov/committees/intlrel1/hfa48119.000/hfa48119_0f.htm), 12 de fevereiro de 1998.

Por meio da lei sobre a “estratégia da rota da seda”, os Estados Unidos afirmam sua política externa de solapar e, finalmente, desestabilizar seus competidores no negócio do petróleo: Rússia, Irã e China.

As políticas dos Estados Unidos com relação aos recursos energéticos desta região abrangem o apoio à independência dos Estados e ao estreitamento de seus vínculos com o Ocidente; o rompimento do monopólio da Rússia sobre as rotas de transporte de petróleo e gás; a garantia do fornecimento de energéticos ao Ocidente por diversos provedores; a construção de dutos até o oeste, que não passem pelo Irã; e a negação a este país da possibilidade de se transformar em uma ameaça para as economias da Ásia central.

A Ásia central oferece importantes oportunidades de investimento para diversas companhias estadunidenses, as quais, por sua vez, servirão de estímulo incalculável para o desenvolvimento econômico da região. Japão, Turquia, Irã, Europa ocidental e China procuram oportunidades de desenvolvimento econômico e não estão de acordo com o predomínio russo na região. É essencial que os Estados Unidos compreendam os riscos que significa a Ásia central, já que nossa intenção é elaborar uma política que sirva aos interesses dos Estados Unidos e das empresas estadunidenses.⁹³

Assim como a “estratégia da rota da seda” estabelece as bases para a incorporação das ex-repúblicas soviéticas ao império comercial dos Estados Unidos, a GUUAM

⁹³ *Ibidem.*

define a “cooperação” na área da defesa, que inclui o acantonamento de tropas estadunidenses em seu solo. Sob os auspícios da GUUAM, os Estados Unidos estabeleceram uma base militar no Uzbequistão, a partir da qual empreenderam a invasão do Afeganistão.

A lei sobre a “estratégia da rota da seda” estipula que, sob a proteção de Washington – e explicitamente contra Moscou – “serão estabelecidos fortes vínculos políticos, econômicos e de segurança entre os países do Sul do Cáucaso e da Ásia central”.

Também sob a égide dos Estados Unidos, trabalhando em conjunto com o FMI e o Banco Mundial, as mencionadas ex-repúblicas soviéticas deverão estabelecer “economias de livre mercado e sistemas democráticos nos países do Sul do Cáucaso e da Ásia central (que) proporcionarão incentivos ao investimento privado internacional e promoverão o comércio e outras formas de interação comercial...”⁹⁴

Respalhada pelo poderio militar dos Estados Unidos, a “estratégia da rota da seda” abrirá uma vasta região para os conglomerados e instituições financeiras estadunidenses. O objetivo manifesto é “promover a liberalização política e econômica”, que incluem a adoção das chamadas “reformas de livre mercado”, sob a supervisão do FMI, do Banco Mundial e da OMC.

⁹⁴ Congresso dos Estados Unidos, “Lei de 1999 sobre a estratégia da ‘rota da seda’”, 106º Congresso, primeira sessão, S. 579, “Emenda à lei de assistência estrangeira de 1961 com o objetivo de proporcionar ajuda para apoiar a independência econômica e política dos países do Sul do Cáucaso e da Ásia central”, Senado dos Estados Unidos, Washington D.C., 10 de março de 1999.

Em uma região que se estende desde o mar Negro até a fronteira com a China, o objetivo dessa estratégia é instaurar uma zona de livre comércio formada por oito ex-repúblicas soviéticas. O extenso corredor – que até pouco tempo estava na órbita econômica e geopolítica de Moscou – transformaria a região em uma seqüência de protetorados estadunidenses.

Nesse sentido, a “estratégia da rota da seda” não é apenas a continuação da política externa dos Estados Unidos com relação à guerra fria, mas também indica Israel como “sócio” no mencionado corredor. “Muitos dos países do Sul do Cáucaso têm, há séculos, governos muçulmanos que buscam alianças mais estreitas com os Estados Unidos e que mantêm relações diplomáticas cordiais com Israel”.⁹⁵

A política que cerca o petróleo

Em muitos sentidos, o Afeganistão é estratégico: não apenas porque está à margem do corredor da “rota da seda”, que une o Cáucaso à fronteira ocidental da China, mas porque se encontra no centro de cinco potências nucleares: China, Rússia, Índia, Paquistão e Casaquistão. Imediatamente depois do bombardeio do Afeganistão, instalou-se em Cabul um “governo” afegão – designado pela “comunidade internacional” – seguindo o modelo da Bósnia-Kosovo. O objetivo não explícito era militarizar o Afeganistão com a presença permanente das chamadas “tropas para manter a paz”.

⁹⁵ *Ibidem.*

O Afeganistão é a encruzilhada estratégica das rotas de transporte e dos oleodutos euro-asiáticos, além de ser a ponte terrestre lógica para os oleodutos que se dirigem para o sul, partindo da antiga república soviética do Turcomenistão para o mar da Arábia, passando pelo Paquistão, assunto que a Unocal já negociara com o governo talibã:

As ex-repúblicas soviéticas da Ásia central – Turcomenistão, Uzbequistão e, especialmente, o “novo Kuait”, o Casaquistão – têm enormes reservas de petróleo e gás. Não obstante, a Rússia negou-se a permitir que os Estados Unidos as explorassem por meio de dutos russos, e o Irã é considerado uma rota perigosa. Assim, o Afeganistão é a solução. A Chevron, companhia da qual foi diretora, nos anos de 1990, a assessora de Segurança Nacional de Bush, Condoleeza Rice, tem grandes interesses no Casaquistão. Em 1995, outra companhia estadunidense, a Unocal (antes Union Oil Company of Califórnia), assinou um contrato para exportar 8 bilhões de dólares de gás natural por um gasoduto – num valor de 3 bilhões de dólares – que iria do Turcomenistão, passando pelo Afeganistão, até o Paquistão.⁹⁶

O corredor euro-asiático tem reservas de petróleo e gás natural consideráveis, pelo menos similares às existentes no golfo Pérsico:

A região do Sul do Cáucaso e da Ásia central poderá produzir

⁹⁶ Lara Marlowe, “US efforts to make peace summed up by ‘oil’”, *Irish Times*, 19 de novembro de 2001.

petróleo e gás suficientes para reduzir a dependência energética dos Estados Unidos da volúvel região do golfo Pérsico. Deverá haver controle para que a política externa estadunidense e a ajuda internacional sejam destinadas a sustentar a independência econômica e política, assim como a construção da democracia, de políticas de livre mercado, da defesa dos direitos humanos e da integração econômica regional dos países do Sul do Cáucaso e da Ásia central.⁹⁷

Clinton e Bush consideraram “as condições políticas e militares” da região – isto é, a presença e a influência russa – como:

obstáculos para levar essa energia ao mercado global. Em ambas as regiões, outros países competem por influência; não apenas a Rússia, mas também a China, a Turquia, o Irã, o Paquistão e a Arábia Saudita estão em franca competição, freqüentemente de maneira pouco construtiva. Se nós e nossos aliados não podemos controlar o segundo e terceiro grupos de realidades, renunciaremos aos benefícios do primeiro grupo de realidades. Levar o petróleo e o gás ao mercado será esporádico, quando não impossível, além de muito mais caro. Da mesma maneira, a falta de estabilidade política, conseqüência disso, poderia transformar ambas as regiões em um caldeirão de guerras civis e violência política, arrastando irresistivelmente os Estados vizinhos. Já vimos esse modelo no golfo Pérsico – onde foi necessária a participação militar dos Estados Unidos – e dificilmente poderíamos susten-

⁹⁷ Tenente general William E. Odom, “US policy toward central Asia and the south Caucasus”, *Caspian Crossroads Magazine*, vol. 3, número 1, verão de 1997.

tar-nos do ponto de vista político, ainda que o fizéssemos pela via militar, se a Rússia, a China, o Irã, a Turquia e o Paquistão, assim como alguns dos países árabes do Transcaucaso ou da Ásia central se envolvessem em um conflito.⁹⁸

Em outras palavras, para que a “estratégia da rota da seda” possa ser posta em prática com êxito, torna-se necessária a militarização do corredor euro-asiático, como forma de assegurar o controle das enormes reservas de gás e petróleo, assim como para “proteger” os dutos em benefício dos conglomerados petrolíferos anglo-americanos. “(Uma) política petrolífera internacional de êxito é uma combinação de acordos econômicos, políticos e militares que apoiem a produção de petróleo, assim como seu transporte para os mercados”.⁹⁹

Como disse um “especialista em política”, da CIA:

(...) quem tem o controle de certo tipo de dutos e certo tipo de investimentos na região tem também certa força geopolítica. Essa força é, em si, um bem muito valioso, ainda que o controle físico do petróleo não o seja. Essa é uma nova maneira de considerar os recursos petrolíferos do Terceiro Mundo; já não se trata da velha história da Alemanha de Hitler, em que este tentava apoderar-se do Cáucaso e utilizar o petróleo para seus objetivos pessoais, durante a segunda guerra mundial.¹⁰⁰

⁹⁸ *Ibidem.*

⁹⁹ Robert V. Baryiski, “The Caspian oil regime: military dimensions”, *Caspian Crossroads Magazine*, vol. 1, número 2, primavera de 1995.

¹⁰⁰ Graham Fuller, “Geopolitical dynamics of the Caspian region”, *Caspian Crossroads Magazine*, vol. 3, número 2, outono de 1997.

De acordo com a lei de 1999 sobre a “estratégia da rota da seda”, Washington se compromete a “promover a estabilidade na região, que é vulnerável a pressões políticas e econômicas do Sul, do Norte e do Oriente”, sugerindo assim que “a ameaça à estabilidade” não provém apenas de Moscou – no Norte – como também da China – Oriente – e do Irã e Iraque – no Sul. A “rota da seda” também pretende impedir que as ex-repúblicas soviéticas estabeleçam vínculos econômicos, políticos e de defesa com a China, o Irã, a Turquia e o Iraque.

Operações secretas em benefício dos gigantes do petróleo

Durante a presidência de Bush, os gigantes do petróleo dos Estados Unidos conseguiram acesso direto ao planejamento das operações militares e de inteligência em seu benefício. Isso foi obtido graças ao *lobby* do poderosíssimo grupo do Texas, que deu lugar à nomeação de ex-executivos de empresas petrolíferas para postos-chave de defesa e relações exteriores:

A família do presidente George W. Bush controlou companhias petrolíferas desde 1950. O vice-presidente Dick Cheney foi diretor-geral da Halliburton – a maior empresa de serviços petrolíferos do mundo – no final da década de 1990. A assessora de segurança nacional, Condoleezza Rice, foi membro do conselho diretor da Chevron, razão pela qual um navio-tanque leva seu nome. Durante mais de 10 anos, o secretário de Comércio, Donald Evans, foi presidente da Tom Brown Inc. – companhia de gás natural que tem poços no Texas, no Colorado e em Wyoming.

Os vínculos não terminam com as pessoas. A família de Bin Laden, e outros membros da elite petrolífera saudita, deram importantes contribuições para vários negócios da família Bush. De fato, graças à indústria dos energéticos, Bush chegou à presidência. Entre os dez contribuintes principais e vitalícios dos baús de guerra de Bush, seis pertencem à indústria petrolífera ou têm vínculos com ela”.¹⁰¹

A proteção de numerosos oleodutos

No contexto da GUUAM e da “estratégia da rota da seda”, Washington estimulou a formação de governos clientes, taticamente localizados ao longo das rotas dos oleodutos, governos estes que serão “protegidos” pela GUUAM, sob a supervisão da OTAN, assim como por vários acordos de cooperação militar. A agenda secreta pretende, em longo prazo, eliminar os russos dos poços de petróleo e gás do mar Cáspio.

Os gigantes do petróleo lutavam pelo controle das reservas petrolíferas no Azerbaijão, assim como pelas rotas estratégicas dos oleodutos que saem de Baku, na costa do mar Cáspio.

Em 1993, instalou-se no Azerbaijão um governo favorável aos Estados Unidos, encabeçado pelo presidente Heydar Aliyevich Aliyev. Durante o golpe militar que o levou ao poder, Aliyev – antigo oficial da KGB e integrante do burô político do Partido Comunista – aliara-se a Suret Husseinov, líder do clã Jadovov.

¹⁰¹ Damien Caveli, *The United States of Oil* (salon.com), 19 de novembro de 2001.

Em 1994, foi assinado o “contrato do século”, para perfurar os poços petrolíferos de Charyg, próximo a Baku, com o consórcio BP-Amoco. O clã Aliyev controlava a SOCAR, empresa petrolífera estatal, que realizara vários investimentos em conjunto com os conglomerados petrolíferos. Além dos vínculos do Estado Azerbaijão com o narcotráfico, houve evidências de um lucrativo mercado negro de matéria-prima, incluindo cobre, níquel e outros metais.

As instituições financeiras ocidentais, inclusive o Banco Mundial, participaram ativamente da abertura dos poços de petróleo e gás do Azerbaijão para as transnacionais ocidentais. Recursos generosos foram canalizados para políticos e funcionários. A criminalização do Azerbaijão facilitou a entrada do capital estrangeiro:

Os líderes do Azerbaijão comem e bebem por conta das companhias petrolíferas, enquanto 600.000 azerbaijanos ainda vivem nas condições mais miseráveis. As companhias petrolíferas funcionam como agentes da política externa de seu país, para obter favores comerciais dos líderes do país, que estão prontos a vender os recursos nacionais a preços baixíssimos, em troca de benefícios pessoais. (...) Mais de 6 bilhões de dólares foram distribuídos como “bônus”, na assinatura dos contratos, ao governo de Aliyev, em Baku – quantia muito maior do que toda a que fora destinada a ajuda e investimentos na Geórgia e na Armênia juntas. Apesar disso, o povo ainda vive em campos de refugiados, em condições piores do que os geórgios e os armênios.¹⁰²

¹⁰² *The Great Game*, (Aliyev.com) (aliyev.com/aliyev/fact_07.htm), 9 de janeiro de 2000.

Frente à perspectiva de debilitar o controle russo sobre o petróleo do mar Cáspio, foram projetadas diversas rotas alternativas. O oleoduto Baku-Supsa – inaugurado em 1999, durante a guerra na Iugoslávia e protegido militarmente pela GUUAM – cerca o território russo. O petróleo é transportado por um oleoduto desde Baku até o porto geórgio de Supsa, de onde é enviado em navio tanque ao terminal de Pivdenny, perto de Odessa, na Ucrânia. Tanto a Geórgia como a Ucrânia fazem parte da aliança militar da GUUAM.

O terminal de Pivdenny foi financiado – com o aval do governo neofascista de Leonid Kuchma – com empréstimos do Ocidente. A partir daí, o petróleo será transportado por um oleoduto ligado ao ramal Sul do oleoduto Druzhba, que atualmente passa pela Eslováquia, Hungria e República Checa.¹⁰³ Nesse contexto, o fato de que a OTAN tenha ampliado o seu espaço – o que foi anunciado pouco antes da inauguração da rota Baku-Supsa – também assegura proteção aos oleodutos conectores, que cruzam território húngaro e checo. Isso significa que todos os oleodutos que saem da bacia do mar Cáspio passam por países que se encontram sob proteção da aliança militar ocidental.

A Chechênia na encruzilhada de oleodutos estratégicos

Os oleodutos da era soviética vinculavam o porto

¹⁰³ Bohdan Klid, “Ukraine’s plans to transport Caspian sea and Middle East oil to Europe”, Canadian Institute of Ukrainian Studies, University of Alberta, Edmonton, s.f. Ver também *Energy Information Administration* (eia.doe.gov/emeu/cabs/russpip.html).

Azeri, de Baku, no extremo Sul do mar Cáspio, via Grozny, a Tikhoretsk. Esse oleoduto, controlado pelo Estado russo, termina em Novorossiysk. Ora, a Chechênia está estrategicamente localizada no cruzamento dessa rota.

Naquela época, Novorossiysk era o terminal dos oleodutos de Kazakh e Azeri. Desde o fim da guerra fria e a partir do momento em que os poços petrolíferos do mar Cáspio foram abertos ao capital estrangeiro, Washington incorporou a Ucrânia e a Geórgia a sua esfera de influência, uma vez que o fato de pertencerem à GUUAM é crucial para os planos ocidentais de construir oleodutos que cerquem o terminal de Novorossiysk.

Quando terminou a guerra fria, Washington fomentou a separação da Chechênia da Federação Russa, dando apoio secreto às duas facções rebeldes mais importantes. Como foi dito no capítulo 2, a insurgência islâmica na Chechênia tinha o apoio da Al Qaeda e do ISI.

Em 1994, Moscou declarou guerra para proteger sua rota estratégica de oleodutos dos rebeldes chechenos. E, em agosto de 1995, quando o exército rebelde checheno invadiu o Daguestão, o oleoduto foi temporariamente danificado, o que provocou a decisão do Kremlin de enviar tropas federais à Chechênia.

As evidências sugerem que a CIA apoiava os rebeldes chechenos via ISI. Nesse caso, a agenda secreta de Washington consistia em debilitar o controle das companhias petrolíferas russas e da própria Rússia sobre os oleodutos que passavam pela Chechênia e pelo Daguestão. Em última instância, o objetivo de Washing-

ton era separar o Daguestão e a Chechênia da Federação Russa, com o que a maior parte do território entre o mar Cáspio e o mar Negro ficaria sob “proteção” da aliança militar do Ocidente. Nesse cenário, a Rússia estaria excluída do mar Cáspio, e todos os oleodutos existentes e por construir, assim como os corredores de transporte entre os mares Cáspio e Negro passariam às mãos dos gigantes petrolíferos anglo-americanos. O que significa que as operações secretas, dirigidas pelo ISI em apoio aos rebeldes chechenos, respondiam, uma vez mais, aos interesses desses grandes conglomerados.

O consórcio BP-Amoco

Depois de instaurar no Azerbaijão um governo cliente dos Estados Unidos, o consórcio BP-Amoco recebeu o apoio do presidente Aliyev, que conseguiu consolidar-se, distribuindo o poder entre vários membros de sua família. Calcula-se que um modesto investimento de 8 bilhões de dólares no Azerbaijão renderá lucros de mais de 40 bilhões às companhias ocidentais.¹⁰⁴ A BP-Amoco tinha especial interesse em eliminar as ofertas competitivas da Lukoil, da Rússia. O consórcio anglo-americano, encabeçado por BP-Amoco, inclui a Unocal, McDermott e Pennzoil, assim com a TPAO, da Turquia. Pr sua vez, a Unocal era o principal competidor no projeto do oleoduto que desembocaria no mar da Arábia, depois de cruzar o Afeganistão.

¹⁰⁴ Richard Hottelet, “Tangled web of an oil pipeline”, *The Christian Science Monitor*, 1º de maio de 1998.

O consórcio BP-Amoco é proprietário de 60% das ações da Azerbaijani International Operating Corporation (AIOC). Em 1997, em uma negociação à parte, o vice-presidente Al Gore teve papel decisivo na assinatura de um grande contrato com a companhia petrolífera do governo da República do Azerbaijão (SOCAR), por meio do qual a Chevron (agora aliada à Texaco) adquiriu o controle das reservas petrolíferas no Sul do mar Cáspio.¹⁰⁵ A Chevron também está envolvida na região do Casaquistão, no Norte do mar Cáspio, devido a investimentos conjuntos com a Tengizchevoil. Em outras palavras, antes das eleições presidenciais de 2000, tanto George W. Bush quanto Al Gore, candidatos que se opunham, já haviam listado os consórcios petrolíferos para competir pelas reservas do mar Cáspio.

A Europa frente à Inglaterra e aos Estados Unidos: choque de interesses

Os gigantes petrolíferos anglo-americanos, apoiados pelo poderio militar dos Estados Unidos, estão em competição direta com o gigante petrolífero da Europa, Total-Fina-Elf (associado à companhia italiana ENI), que também é um competidor importante pelos ricos poços de Kashagan, no Nordeste do Casaquistão. Há muito em jogo, pois se acredita que o Kashagan tem reservas “tão grandes que superam até mesmo as reservas do mar do

¹⁰⁵ *PR New Wire*, 1º de agosto de 1997.

Norte”.¹⁰⁶ O consórcio competidor dos Estados Unidos, no entanto, carece de influência nas principais rotas dos oleodutos que saem e chegam à bacia do mar Cáspio (pelo mar Negro e os Bálcãs), a partir da Europa ocidental. São seus competidores anglo-americanos que têm os projetos mais importantes para o corredor.

O consórcio franco-belga Total-Fina-Elf, em sociedade com a ENI, também tem investimentos consideráveis no Irã. Junto com a Gazprom, da Rússia, e Petronas, da Malásia, Total realizou um co-investimento na National Iranian Oil Company (NIOC). Como era de se esperar, Washington tentou em diversas ocasiões romper as negociações da França com Teerã, argumentando que contrariavam a lei de sanções Irã-Líbia.

O que foi dito acima sugere que o maior consórcio petrolífero da Europa – dominado por interesses franceses e italianos – poderia entrar em choque com os consórcios petrolíferos anglo-americanos, agora dominantes, que por sua vez têm o respaldo da política externa dos Estados Unidos.

As transnacionais petroleiras da Rússia

Os principais grupos petroleiros russos, embora já tenham estabelecido fortes vínculos com o consórcio franco-italiano, também começaram a fazer co-investimentos com os grupos anglo-americanos.

¹⁰⁶ Richard Giragosian, “Massive Kashagan oil strike renews geopolitical offensive in Caspian”, *The Analyst*, Central Ásia-Caucasus Institute, Johns Hopkins University – Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, 7 de junho de 2000.

Ainda que as companhias petroleiras russas tenham o apoio de seu governo e exército para defendê-las da intromissão do Ocidente, vários gigantes petroleiros deste país, incluindo Lukoil e a paraestatal Rosneft, participam dos projetos anglo-americanos de construção de oleodutos.

As companhias petroleiras anglo-americanas têm grande interesse em comprar as empresas russas e em eliminar a Rússia da bacia do mar Cáspio. Da mesma maneira, os grupos anglo-americanos entraram em choque com o consórcio franco-italiano que, por sua vez, tem vínculos com os interesses petroleiros da Rússia e do Irã.

A militarização do corredor euro-asiático é um projeto prioritário da agenda de política externa estadunidense. Nesse sentido, as tentativas dos Estados Unidos de obter o controle dos oleodutos do corredor euro-asiático para os gigantes anglo-americanos não apenas apontam para a Rússia, como pretendem usurpar os interesses competidores da Europa no Transcáucaso e na Ásia central.

6. O OLEODUTO TRANSFEGÃO

A “estratégia da rota da seda”, idealizada por Washington, consiste não apenas em excluir a Rússia das rotas dos oleodutos e gasodutos que correm da bacia do mar Cáspio para o ocidente, mas também em assegurar que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha controlem as rotas táticas que correm para o sul e para o leste.

A estratégia consiste em isolar e, em longo prazo, “enclausurar” as ex-repúblicas soviéticas, controlando simultaneamente os corredores para oeste, e para o leste e o sul. Assim, a manobra de Washington em apoio aos gigantes petroleiros tem também o objetivo de impedir que as antigas repúblicas participem de projetos de co-investimento – ou de acordos de cooperação militar – com o Irã e a China.

Segundo a Fundação Heritage – organização conservadora, de políticas públicas, situada em Washington –

os prolegômenos diplomáticos dos Estados Unidos com os talibãs pretendiam impedir a construção de um oleoduto que atravessasse o Irã, e reduzir o poder da Rússia no Turcomenistão e no Casaquistão.¹⁰⁷

Apoiado pelo governo de Clinton, em 1995, Unocal, o gigante petrolífero californiano, idealizou um plano para reconstruir um duto que transportasse petróleo e gás desde o Turcomenistão – cruzando o Afeganistão e o Paquistão – até o mar da Arábia. Junto com a British Petroleum – acionista majoritária do projeto – Unocal participa da construção do oleoduto que corre de Baku a Ceyan, partindo do Azerbaijão e atravessando a Turquia e a Geórgia.

O consórcio Centgas

Ao cruzar o Afeganistão, em sua rota para o sul, evitava-se que o oleoduto Centgas, da Unocal, atravessasse o Irã. O projeto constava de um sistema de oleodutos paralelos, que também transportaria as enormes reservas do Casaquistão na região de Tenghiz, no Norte do mar Cáspio, até o mar da Arábia.

O gigante petrolífero russo Gazprom tinha também uma participação – ainda que insignificante – no consórcio Centgas.¹⁰⁸ A agenda secreta pretendia debilitar a Gazprom, que controla as rotas de gasodutos para o norte, a partir do Turcomenistão, assim como solapar o acordo entre a Rússia e aquele país, relaciona-

¹⁰⁷ *Knight Ridder News*, 31 de outubro de 2001.

¹⁰⁸ Jim Crogam, “The oil war”, *Los Angeles Weekly*, 30 de novembro de 2001.

do à exportação de gás turcomeno pela rede de dutos russos.

Uma vez que a Unocal concluiu a primeira rodada de negociações com o presidente do Turcomenistão, Niyazov, iniciou entendimentos com os talibãs.¹⁰⁹ Por sua vez, em 1996, Clinton decidiu apoiar a instalação de um governo talibã em Cabul, para enfrentar o apoio de Moscou à Aliança do Norte, que consistia em grandes embarques de equipamento militar:

Impressionado com a crueldade dos talibãs, assim como com sua disposição de chegar a um acordo sobre o oleoduto, o Departamento de Estado acertou com o ISI o fornecimento de armas aos talibãs para apoiar sua guerra contra os *tajiks*, da Aliança do Norte. Ainda em 1999, os contribuintes estadunidenses pagaram o salário anual integral de cada funcionário do governo talibã.¹¹⁰

Entrementes, os russos forneciam apoio logístico e apetrechos militares à Aliança do Norte, do general Masood, a partir das bases militares do Tadjiquistão. Quando Cabul finalmente caiu em mãos dos talibãs, com o apoio do Paquistão, em setembro de 1996, o porta-voz do Departamento de Estado, Glyn Davies, afirmou que os Estados Unidos “não faziam objeção” a que os talibãs adotassem medidas para impor a lei islâmica. O senador Hank Brown, apologista do pro-

¹⁰⁹ *Ibidem.*

¹¹⁰ Ted Rall, “It’s about oil”, *San Francisco Chronicle*, 2 de novembro de 2001, p. A25.

jeto da Unocal, declarou que “em boa parte, o que aconteceu deve-se a que pelo menos uma das facções parece ter capacidade para impor um governo em Cabul”. Quanto à Unocal, seu vice-presidente Miller qualificou o êxito dos talibãs de um “acontecimento positivo”.¹¹¹

Quando os talibãs tomaram Cabul, em 1996, Washington permaneceu em silêncio. Por quê? Porque os líderes talibãs já se encaminhavam para Houston, Texas, onde receberam todas as atenções dos executivos da Unocal. (...) Um diplomata estadunidense afirmou que “era provável que os talibãs seguissem os mesmos passos que os sauditas”. Explicou que o Afeganistão transformar-se-ia em uma colônia petrolífera dos Estados Unidos, o que significaria enormes lucros para o Ocidente, nenhuma democracia e a perseguição legal das mulheres. “Na realidade, isso não nos diz respeito”, concluiu.¹¹²

O apoio de Washington ao regime talibã, em lugar da Aliança do Norte, fazia parte do “grande jogo” e da rivalidade adicional entre os consórcios russos e estadunidenses para obter o controle das reservas de petróleo e gás, assim como dos dutos do Casaquistão e do Turcomenistão.

No início de 1997, vários funcionários talibãs reuniram-se nos escritórios da Unocal, no Texas:

¹¹¹ Ishtiaq Ahmad, “How America courted taliban”, *Pakistan Observer*, 20 de outubro de 2001.

¹¹² John Pilger, “This war is a fraud”, *Daily Mirror*, 29 de outubro de 2001.

(Barry) Lane (da Unocal) afirma que não esteve presente às reuniões que se realizaram no Texas e que desconhece se o ex-petroleiro, governador George W. Bush, teve algo a ver com o assunto. A porta-voz da Unocal Texas para as operações na Ásia central, Teresa Covington, afirmou que o consórcio transmitira aos grupos afegãos três mensagens básicas: “Fornecemos a eles os detalhes dos oleodutos propostos; falamos das vantagens dos projetos, tais como cotas por direito de passagem; e reforçamos nossa posição de que o projeto não começaria enquanto não houvessem estabilizado seu país e obtido o reconhecimento político dos Estados Unidos e da comunidade internacional”.

Covington informou que os talibãs não se surpreenderam com esta exigência. “Já a tinham ouvido antes”. E acrescentou: “os talibãs perguntaram à Unocal se havia interesse em explorar os recursos energéticos do Afeganistão”.

Em dezembro de 1997, a Unocal organizou uma reunião de alto nível em Washington, D.C., entre os talibãs e o subsecretário de Estado para assuntos da Ásia do Sul, Karl Inderforth. A delegação talibã incluía o ministro de Minas e Indústria, Ahmad Jan, o ministro da Cultura e Informação, Amir Muttaqui, o do Planejamento, Din Muhammad, e Abdul Hakeem Mujahid, delegado permanente nas Nações Unidas.¹¹³

Dois meses depois dessas negociações, em fevereiro de 1998, durante uma sessão da Comissão de Relações Exteriores do Senado, o vice-presidente para

¹¹³ Jim Crogan, “Pipeline payoff to Afghanistan war”, *Califórnia Crime Times* (californiacrimetimes.com), novembro de 2001. Ver também Jim Crogan, “The oil war: Unocal’s once-grand plan for Afghan pipelines!”, *Los Angeles Weekly*, 30 de novembro – 6 de dezembro de 2001.

relações internacionais da Unocal, John Maresca, manifestou “a necessidade de contar com múltiplas rotas de oleodutos para os recursos petrolíferos e de gás da Ásia central”. Em seu discurso ficava implícito que a política externa dos Estados Unidos na região devia enfocar a desestabilização das rotas por onde passavam os dutos do Norte, a oeste e ao sul, controladas pela Rússia, assim como os dutos competidores, que passavam pelo Irã:

Um dos principais obstáculos técnicos (leia-se, obstáculo político) que a indústria enfrenta hoje para transportar o petróleo é a infra-estrutura atual dos dutos na região. Como esses foram construídos no período soviético, centrado em Moscou, tendem a dirigir-se para o norte e o oeste, em direção à Rússia. Não há conexões para o sul nem para o leste.

(...) A questão-chave é como dar acesso aos recursos energéticos da Ásia central para os mercados asiáticos próximos (...) Uma rota óbvia para o sul cruzaria o Irã, embora esteja vedada às empresas estadunidenses devido às sanções impostas pela legislação dos Estados Unidos. A outra rota possível é o Afeganistão, e apresenta seus próprios problemas. O país se envolveu em uma amarga guerra durante quase duas décadas e ainda continua dividido pela guerra civil. Desde o início, deixamos muito claro que a construção do oleoduto que propusemos – e que cruzará o Afeganistão – não terá início enquanto não haja um governo estável, que mereça a confiança de outros governos, dos credores e de nossa companhia. (...)

Unocal prevê que o oleoduto poderia transformar-se em parte de um sistema regional que reuniria o petróleo da infra-estru-

tura atual no Turcomenistão, Uzbequistão, Casaquistão e Rússia. Esse oleoduto, de 1.680 quilômetros de extensão e 42 polegadas de diâmetro, cruzaria para o sul pelo Afeganistão, até um terminal de exportação que seria construído na costa do Paquistão, e teria capacidade para um milhão de barris de petróleo por dia. O custo estimado do projeto, semelhante em importância ao oleoduto que cruza o Alasca, é de aproximadamente 2.500 milhões de dólares.

Se não houver uma solução pacífica para os conflitos na região, é pouco provável que sejam construídos dutos para transportar petróleo e gás. Instamos o governo e o Congresso para que dêem todo o seu apoio ao processo de paz no Afeganistão, promovido pelas Nações Unidas. O governo dos Estados Unidos deveria usar sua influência para encontrar soluções para os conflitos na região.¹¹⁴

O feudo Unocal-Bridas

Por trás do projeto da Unocal havia algo mais, que os meios de comunicação tradicionais não mencionaram. Os talibãs haviam negociado também com um grupo petrolífero argentino, Bridas Energy Corporation, e estavam estimulando a disputa entre as empresas.¹¹⁵

Bridas era propriedade da poderosa e rica família Bulgheroni; Carlos Bulgheroni é um amigo muito pró-

¹¹⁴ Congresso dos Estados Unidos, “Interesses dos Estados Unidos nas repúblicas da Ásia central”, Câmara dos Deputados, Subcomissão para a Ásia e o Pacífico, Comissão de Relações Internacionais, Washington, D.C., (commdocs, ouse.gov/committees/intrel/hfa48119,000/hfa48119_of.htm)

¹¹⁵ Karen Talbot, “US energy giant Unocal appoints interim government in Kabul”, *Global Outlook*, vol. 1, número 1, primavera de 2001, p. 70.

ximo do ex-presidente argentino, Carlos Menem, cujo governo estimulou, em 1990 – sob o patrocínio do Banco Mundial – um amplo programa de desregulamentação das indústrias de gás e petróleo na Argentina. Essa desregulamentação contribuiu para o enriquecimento da família Bulgheroni.

Em 1992, vários anos antes da participação da Unocal, a Bidas Energy Corp. obtivera os direitos de exploração de gás no Leste do Turcomenistão; no ano seguinte, obteve o bloco de petróleo e gás de Keimir, no Leste do Turcomenistão. Washington considerava isso uma intromissão, e respondeu às incursões da Bidas na Ásia central enviando o ex-secretário de Estado, Alexander Haig, para fazer *lobby*, com o objetivo “de incrementar os investimentos dos Estados Unidos” no Turcomenistão.¹¹⁶ Alguns meses mais tarde, a Bidas foi proibida de exportar petróleo do bloco Keimir.

Unocal e Bidas lutavam continuamente para conseguir o poder político. Enquanto Bidas levava vantagem junto aos funcionários do Turcomenistão, Unocal contava com o apoio direto do governo estadunidense, o qual agia tanto abertamente – por meio de canais diplomáticos – quanto nos bastidores, para ganhar a partida com Bidas Energy Corp.

Em agosto de 1995, no auge da guerra civil no Afeganistão, os representantes da Bidas reuniram-se com funcionários talibãs para analisar o projeto do

¹¹⁶ “Timeline of competition between Unocal and Bidas”, *World Press Review*, (worldpress.org), dezembro de 2001.

oleoduto. O presidente turcomeno, Saparmurat Niyazov, foi convidado a ir a Nova York, em outubro daquele ano, para assinar um acordo com a Unocal e seu sócio no consórcio Centgas, Delta Oil Corporation, da Arábia Saudita. O acordo foi subscrito por Niyazov e John F. Imle Jr., presidente da Unocal; Badr M. Al-Aiban, presidente da Delta Oil Company, assinou como testemunha.

Os vínculos Unocal-Osama

Por estranha coincidência, a companhia saudita Delta Oil Company é propriedade dos clãs Bin Mahfouz e Al-Amoudi, que têm vínculos com a Al Qaeda.¹¹⁷ Casualmente, a irmã do poderoso banqueiro Khalid Bin Mahfouz é esposa de Bin Laden.

O consórcio encabeçado por Unocal e Delta foi integrado por membros proeminentes da família de Bin Laden, os quais tinham vínculos comerciais com membros do Partido Republicano, inclusive com a família Bush. Mais, tudo indica que os altos executivos da Delta tiveram um papel fundamental nas negociações com os talibãs. Por sua vez, Enron, tristemente famoso gigante da energia – cujo diretor geral, Ken Lay, tinha estreitos vínculos com a família Bush – foi contratado para realizar os estudos de viabilidade da Unocal. Também foram confiadas à corporação Enron as ne-

¹¹⁷ Jack Meyers, Jonathan Wells e Magie Mulvihill, “War on terrorism: Saudi clans working with US oil firms may be tied”, *Boston Herald*, 10 de dezembro de 2001.

gociações com o governo talibã sobre o oleoduto projetado.¹¹⁸

Quadro 6. 1 – Os vínculos da Unocal Corporation com as famílias de Bin Laden e Bush. O poder por trás do sócio da Unocal, a Delta Oil, no consórcio Centgas, parece ser Mohammed Hussein Al-Amoudi, que vive na Etiópia e dirige uma vasta rede de companhias envolvidas na construção, mineração, finanças e petróleo. Al-Amoudi também é proprietário da Coral Petroleum. Os interesses comerciais de Al-Amoudi estão vinculados aos da família Bin Bahfouz, por sua vez proprietária da terceira companhia privada saudita, por seu tamanho, Nimir Petroleum.* O império de Bin Mahfouz está vinculado a membros-chave do Partido Republicano, incluindo a família Bush. George W. Bush relacionou-se com Khaled Bin Mahfouz quando estava no negócio do petróleo. Ambos estiveram envolvidos no escândalo do Banco de Comércio e Crédito Internacional (BCCI). Em 1979, o primeiro negócio de Bush, Arbusto Energy, obteve financiamento de James Bath, um houstoniano amigo muito próximo da família. Durante todo esse tempo, Bath foi o único representante comercial nos Estados Unidos de Salem Bin Laden, irmão de Osama. Há tempos havia suspeitas, ainda que não comprovadas, de que o dinheiro da Arbusto proveio direta-

¹¹⁸ *National Enquirer online*, (entertainment.yahoo.com/entness/ne/20020304/101525400002.html), 4 de março de 2002.

mente de Salem Bin Laden. Em uma declaração feita pouco depois dos ataques de 11 de setembro, a Casa Branca negou categoricamente a relação, insistindo em que Bath investira seu próprio dinheiro, não o de Salem Bin Laden, na Arbusto. Em declarações contraditórias, Bush, num primeiro momento, negou conhecer Bath, depois reconheceu sua participação na Arbusto, dizendo estar consciente de que Bath representava interesses sauditas. Na realidade, Bath tem muitos vínculos com a família Bin Laden e com os principais protagonistas do escândalo do BCCI, que financiou Osama Bin Laden. Lá atrás, nos anos de 1980, BCCI fraudou seus correntistas em 10 milhões de dólares, no que o advogado de Manhattan, Robert Morgenthay, chamou da "maior fraude bancária na história financeira mundial". Na década de 1980, BCCI também atuou como principal canal de lavagem de dinheiro enviado para atividades clandestinas da CIA, destinadas desde a apoiar os mujaidins afegãos até a pagar intermediários no assunto Irã-Contras. Quando Salem Bin Laden morreu, em 1988, o poderoso banqueiro saudita e diretor do BCCI, Khalid Bin Mahfouz, herdou seus interesses em Houston. Bath dirigia um negócio para Mahfouz em Houston e se associou com ele e com Gaith Pharaon, o homem importante do BCCI, para formar a Houston Main Bank. Arbusto não foi a única ocasião em que Bush procurou investidores bastante questionáveis para seu negócio petrolífero. Depois de várias reencarnações, Arbusto ressurgiu em 1986 como Harken Energy

Corporation. Um ano depois, quando a Harken começou a ter problemas, o xeique saudita Abdullah Taha Bakhsh adquiriu uma participação de 17,6% na companhia. Bakhsh era sócio de Pharaon, na Arábia Saudita e, casualmente, seu banqueiro era Bin Mahfouz. Ainda que Bush afirmasse ao *Wall Street Journal* que não tinha "nem idéia" de que o BCCI estivesse envolvido nos arranjos financeiros de Harken, a rede de contatos entre Bush e o BCCI é tão ampla que o jornal concluiu sua investigação sobre o assunto, em 1992, afirmando que "o número de pessoas relacionadas ao BCCI que mantinham negócios com Harken – todas, desde que George W. Bush apareceu em cena – sugere a pergunta de se tentaram disfarçar o esforço por melhorar a imagem do filho de um presidente". Ou, até, do presidente: finalmente, em 1992, o FMI investigou Bath para averiguar seus vínculos comerciais e bancários, acusando-o de canalizar dinheiro saudita via Houston, com o propósito de influenciar a política externa de Reagan e Bush pai. O pior de tudo: alega-se que Mahfouz financiou a rede terrorista de Bin Laden, o que torna evidente que Bush é um cidadão estadunidense que fez negócios com aqueles que financiam e apóiam os terroristas. De acordo com o *USA Today*, Bin Mahfouz e outros sauditas tentaram transferir 3 milhões de dólares para as operações que Bin Laden levava a cabo na Arábia Saudita, em 1999. Naquele mesmo ano, *ABC News* informou que os funcionários sauditas impediram que Bin Mahfouz transferisse dinheiro diretamente a Bin

Laden.** Podemos rastrear outros vínculos entre Bush e Mahfouz pelos investimentos no Carlyle Group, empresa de investimentos estadunidenses controlada por um conselho cujo anterior presidente era o mesmíssimo George Bush. O jovem George W. Bush, pessoalmente, teve ações em uma das empresas do Carlyle Group, Caterair, entre 1990 e 1994. Hoje, Carlyle aparece entre os principais contribuintes da campanha eleitoral de Bush. No conselho diretor da Carlyle há nomes como Sami Baarma, diretor da instituição financeira paquistanesa Prime Commercial Bank, sediada em Lahore e propriedade de Mahfouz.*** Fontes: * Maggie Mulvihill, Jonathan Wells e Jack Meyers, "Slick deals: the White House connection; Saudi 'agents' close Bush friends", *Boston Herald*, 11 de dezembro de 2001. ** Wayne Madsen, "Questionable ties tracking Bin Laden's money flow leads back to Midland, Texas", *In These Times*, 12 de novembro de 2001. *** Myers, Wells e Mulvihill, *op. cit.*

Bridas e os talibãs

Em fevereiro de 1996, Bridas Energy Corp., da Argentina, e o governo provisório talibã assinaram um acordo preliminar. Washington replicou por meio de sua embaixada em Islamabad, pressionando a primeira ministra Benazir Bhutto para deixar a Bridas de lado e conceder direitos exclusivos à Unocal.¹¹⁹ Enquanto isso, Clinton canalizara ajuda militar para as forças talibãs

¹¹⁹ *Timeline, op. cit.*

por meio do ISI, sendo esse apoio um fator crucial para que se apoderassem de Cabul, em setembro de 1996. Uma vez instalado o governo islâmico de linha dura, a Unocal confirmou que “daria ajuda aos dirigentes afegãos, desde que estivessem dispostos a formar um conselho para supervisionar o projeto.”¹²⁰

Do Texas, Bridas Energy Corp. revidou com uma questão de 15 bilhões de dólares contra a Unocal, acusando-a de manobras sujas e interferências quando:

Estabelecia contato, secretamente, com o vice-primeiro ministro turcomeno para petróleo e gás (em 1996) para tratar de seu projeto de oleoduto. Segundo uma fonte da Bridas, o governo turcomeno tomou a súbita decisão de cortar as exportações de petróleo procedentes do campo Keimir, propriedade de Bridas, no mar Cáspio. A companhia também alega que o vice-primeiro ministro exigiu que Bridas, que carecia de fluxo de caixa, renegociasse sua concessão. “Encontramos evidências escritas de que a Unocal atuava nos bastidores”.¹²¹

BP- Amoco aparece em cena na saga do oleoduto

Devido às graves dificuldades financeiras em que se encontrava, a Bridas vendeu 60% de suas ações para a American Oil Corporation (AMOCO) em agosto de 1997, o que deu origem à Pan American Energy Corporation. As empresas competidoras, para a fusão com Bridas,

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ “Alexander Gas and Oil Connections”, (gasandoil.com/goc/company/cnc75005.htm), 12 de agosto de 1997.

eram Amoco e Union Texas Petroleum, dos Estados Unidos; Total, da França; Royal Dutch Shell; Endesa, da Espanha, e um consórcio formado por Repsol, da Espanha, e US Mobil.

Para a Amoco, que, em 1998, fundira-se à BP, a Bidas era uma aquisição valiosa que acabou sendo bastante fácil, graças ao Chase Manhattan e ao Morgan Stanley. O ex-assessor de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, era consultor da Amoco. Arthur Andersen – empresa de auditoria envolvida no escândalo da Enron, em 2002 – ficou encarregada da chamada “integração pós-fusão”.¹²²

BP-Amoco era o participante mais destacado nos projetos de rotas de oleodutos entre o mar Cáspio e o Ocidente, incluindo o controvertido projeto Baku-Ceyan, que cruzaria a Geórgia e a Turquia. Ao adquirir Bidas, o consórcio encabeçado pela BP assumia um papel relevante nas negociações dos projetos para o leste e para o sul.

Unocal é tanto um “rival” quanto um “sócio” da BP. Em outras palavras, a BP controla o consórcio do oleoduto em direção ao ocidente no qual Unocal tem uma participação importante. Com a Bidas nas mãos da BP-Amoco, é pouco provável que qualquer plano de oleoduto no Afeganistão se realize sem o consentimento ou participação da BP. “Ao reconhecer a importância da fusão, o alto executivo de uma companhia petrolífera

¹²² Larry Chin, “Unocal and the Afghanistan pipeline”, *Online Journal*, 6 de março de 2002, CRG, (globalresearch.ca/articles/CHI203A.html), 6 de março de 2002.

paquistanesa sugeriu que “o que esses países (da Ásia central) buscam é envolver uma das grandes empresas dos Estados Unidos; ora, Amoco é muito maior que Unocal”.¹²³

Depois da fusão, a empresa sucessora de Bridas, Pan American Energy Corporation, continuou negociando com os talibãs. Não obstante, a dinâmica das negociações modificou-se radicalmente. Pan American Energy negociava em favor da empresa mãe localizada em Chicago, a Amoco. Mais, Clinton abandonara suas manobras sujas e apoiava abertamente a subsidiária da Amoco.

Entretanto, em agosto de 1998, Amoco e BP anunciaram sua decisão de unir suas operações globais, formando – junto com Atlantic Ritchfield – a maior empresa petroleira do mundo.

Ficava claro que a rivalidade entre Bridas e Unocal transformara-se em um “choque” entre dois grandes consórcios estadunidenses, que também eram “sócios” no projeto do oleoduto em direção ao ocidente. Tanto a Unocal quanto a BP-Amoco têm muitos vínculos com o poder, não apenas na Casa Branca e no Congresso, mas também com os militares e a inteligência encarregada das operações secretas na Ásia central. As duas companhias contribuíram generosamente para a campanha presidencial de Bush.

A fusão de BP e Amoco (visando a integração dos interesses petroleiros britânicos e estadunidenses), sem

¹²³ *Ibidem.*

dúvida contribuiu para a aproximação política dos dois governos. Em resposta a esta fusão petroleira, a bolsa e o complexo industrial e militar dos trabalhistas, sob a liderança de seu primeiro ministro, Tony Blair, tornaram-se aliados incondicionais dos Estados Unidos.

Os bombardeios da embaixada estadunidense

Durante o ano de 1998, as negociações entre funcionários talibãs e executivos da Unocal estancaram. A lua de mel terminara.

Depois, vieram os bombardeios à embaixada dos Estados Unidos na África, atribuídos à Al Qaeda, assim como o lançamento de alguns mísseis de cruzeiro contra alvos no Afeganistão.

A suspensão “oficial” de negociações com os talibãs foi anunciada pela Unocal em agosto de 1998, imediatamente depois das ações punitivas contra o Afeganistão e o Sudão, ordenadas por Clinton. Se a compra de Bridas e a subsequente fusão BP-Almoco (também em agosto de 1998) influíram de alguma maneira na decisão da Unocal, não se sabe. Não obstante, o “grande jogo” evoluía: agora a Unocal competia contra a maior companhia petroleira do mundo, BP-Amoco.

O bombardeio de uma empresa farmacêutica no Sudão, como represália pelos bombardeios supostamente realizados pela Al Qaeda, também é um mistério. Os laboratórios eram propriedade de Salah Idris, sócio próximo e protegido do banqueiro saudita Khalid Boin Mahfouz, co-proprietário da Delta e principal sócio da Unocal no consórcio Centgas para o oleoduto afegão.

O consórcio de Mahfouz é proprietário do banco mais importante da Arábia Saudita, o National Commercial Bank, que se dispunha a injetar dinheiro no negócio do oleoduto. Ora, por que Clinton ordenaria o bombardeio das instalações de um sócio comercial da Unocal?

O caso na justiça do Texas: BP-Amoco (Bridas) contra a Unocal

Dois meses depois desta saga, em outubro de 1998, um tribunal do Texas deu uma sentença contra a demanda da Bridas (oficialmente, de propriedade argentina) versus Unocal “por impedi-la de explorar campos de gás no Turcomenistão”.¹²⁴ Na realidade, a decisão do tribunal era endereçada à empresa mãe da Bridas, BP-Amoco, que no ínterim adquirira uma participação majoritária na Bridas

Com toda a probabilidade, havia um acordo entre a Unocal e a BP-Amoco, já que ambas são integrantes do consórcio da bacia do mar Cáspio. Mais, enquanto o assessor de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, aparecia como consultor da Amoco, com um governo democrata, Henry Kissinger, ex-secretário de Estado – durante um governo republicano – era assessor da Unocal.

O fato de a BP-Amoco ter adquirido Bridas sugere que será um participante de primeiro escalão em futuras negociações sobre oleodutos, possivelmente em acordo com a Unocal.

¹²⁴ *Timeline, op. cit.*

Unocal retira-se temporariamente

Embora a Unocal tenha se retirado formalmente do consórcio Centgas depois dos ataques ao Afeganistão e ao Sudão, a subsidiária da BP-Amoco, Pan American Energy – sucessora da Bidas – continuou negociando a construção do oleoduto com Afeganistão, Rússia, Turcomenistão e Casaquistão.

Enquanto isso, houve uma viagem de política externa no governo de Clinton, em favor da Bidas: não mais manobras contra uma companhia que agora é propriedade de um dos maiores consórcios petroleiros dos Estados Unidos. Durante os últimos dois anos de Clinton, ficou claro que a rival da Unocal levava vantagem nas negociações.

Apesar da retirada temporária da Unocal, o consórcio Centgas não se desagregou. O sócio da Unocal em Centgas, Delta Oil, da Arábia Saudita (sob controle do império de Mahfouz), continuava negociando com os talibãs.

George W. Bush chega à Casa Branca

A saga ganhou impulso quando George W. Bush chegou à Casa Branca, em janeiro de 2001.

Desde o início do novo governo, Unocal (que se retirara das negociações sobre o oleoduto em 1998, durante o governo Clinton) reintegrou-se ao consórcio Centgas e retomou as negociações com os talibãs (em janeiro de 2001), desta vez com o decidido apoio de altos funcionários do governo Bush, inclusive do subsecretário de Estado, Richard Armitage, que antes fizera lobby em fa-

vor da Unocal, durante o Fórum Birmânia/Myanmar, um grupo de Washington, financiado pela Unocal.¹²⁵

Essas negociações com os talibãs ocorreram apenas uns meses antes dos ataques de 11 de setembro:

Em março de 2001, Laila Helms, a agente de relações públicas para o governo talibã (e filha do senador Jesse Helms), levou Rahmatullah Hashimi, assessor de Mullah Omar, a Washington. Helms contava com uma situação única para o emprego, graças a seu tio, Richard Helms, antigo chefe da CIA e ex-embaixador no Irã. Uma das reuniões ocorreu em Islamabad, um mês antes de 11 de setembro, em 2 de agosto; participaram Christina Rocca, encarregada de Assuntos para a Ásia do Departamento de Estado, e o embaixador talibã no Paquistão, Abdul Salem Zaef.

Rocca era muito relacionada no Afeganistão, pois supervisionara a entrega de mísseis *Stinger* aos mujaidins, nos anos de 1980. Durante sua permanência na CIA, era encarregada dos contatos com os grupos guerrilheiros fundamentalistas. “Em determinado momento das negociações, os representantes dos Estados Unidos disseram aos talibãs que ‘ou bem aceitavam sua oferta de um tapete de ouro ou ficariam sepultados sob um tapete de bombas’, afirma Charles Brisard, co-autor de *Bin Laden, the Forbidden Truth*”.¹²⁶

A Unocal “designa” governo provisório em Cabul

Pouco antes do bombardeio sobre o Afeganistão, o governo de Bush designou Hamid Kharzai como chefe

¹²⁵ Larry Chin, *op. cit.*

¹²⁶ Karen Talbot, *op. cit.*

do governo provisório em Cabul. Embora os meios de comunicação destaquem a luta patriótica de Kharzai contra os talibãs, esquecem-se de mencionar que ele colaborara com o governo talibã e que estava na lista de pagamentos da Unocal.

Na realidade, desde meados da década de 1990, Hamid Kharzai aparecia como consultor e lobista a favor da Unocal nas negociações com os talibãs. Sua designação – visivelmente para favorecer o gigante petroleiro – fora apoiada pela “comunidade internacional” na Conferência de Bonn, em novembro de 2001, sob os auspícios da ONU.

Segundo o jornal saudita *Al-Watan*: “Kharzai foi agente secreto da CIA desde 1980. Colaborou com a companhia para enviar ajuda estadunidense aos talibãs desde 1994, quando os estadunidenses apoiavam secretamente, por meio do ISI, a chegada dos talibãs ao poder”.¹²⁷

Casualmente, o enviado especial de Bush a Cabul, Zalmay Khalizad, também trabalhara na Unocal, realizando análise de risco do oleoduto, em 1997; também fizera *lobby* em favor dos talibãs, tendo participado com eles das negociações.¹²⁸ Khalizad ocupara o posto de assessor especial do Departamento de Estado na época de Reagan, “fazendo *lobby* com muito êxito para acelerar a ajuda militar dos Estados Unidos aos mujaidins”.

¹²⁷ Kareb Talbot, *op. cit.* Ver também BBC, Monitoring Service, 15 de dezembro de 2001.

¹²⁸ Karen Talbot, *op.cit.*

Posteriormente, transformou-se em subsecretário da Defesa, no gabinete de Bush pai.¹²⁹ Quando George W. Bush chegou à presidência, em janeiro de 2001, Khalizad foi nomeado diretor do Conselho de Segurança Nacional. Embora Clinton tenha apoiado os interesses petrolíferos dos Estados Unidos na Ásia central, no governo republicano, os executivos das companhias petrolíferas chegaram às altas esferas de decisão política.

A “reconstrução” do Afeganistão

“A reconstrução do Afeganistão abrirá uma enorme gama de oportunidades”.¹³⁰

Washington definira o cenário. Quase um mês depois do bombardeio sobre o Afeganistão, em 9 de outubro, a embaixatriz dos Estados Unidos no Paquistão, Wendy Chamberlain, reuniu-se com os funcionários paquistaneses encarregados do oleoduto transafegão. Segundo o relatório, o oleoduto “abrirá novas avenidas de cooperação multirregional, particularmente em vista dos recentes acontecimentos geopolíticos (leia-se o bombardeio do Afeganistão) na região”.¹³¹

O papel de Kharzai, como chefe de governo no Afeganistão ocupado militarmente pelos Estados Unidos, é o de “canal” para fechar o acordo do oleoduto em

¹²⁹ Patrick Martin, “Unocal advisor named representative to Afghanistan”, *World Socialist Web Site*, 3 de janeiro de 2001.

¹³⁰ William Bird, encarregado do Banco Mundial no Afeganistão pelos Estados Unidos, 27 de novembro de 2001.

¹³¹ Citado em Lary Chin, “The Bush administration’s afghan carpet”, CRG (globalresearch.ca/articles/CHI203B.html), 13 de março de 2002.

benefício dos gigantes petrolíferos, com o apoio de Bush e de seu gabinete.

Imediatamente depois dos ataques de outubro, os meios de comunicação informaram que “duas pequenas companhias petrolíferas”, Chase Energy e Caspian Energy Consulting – que atuavam como representantes de interesses petrolíferos maiores – mantinham contato com os governos do Turcomenistão e do Paquistão para retomar as negociações sobre o oleoduto. A identidade das empresas não foi informada, já que estas se ocultavam atrás “dessas companhias pequenas”, mas, casualmente, o presidente da Caspian Sea Consulting, S. Rob Sobhani, foi assessor da BP-Amoco na Ásia central. Sobhani também faz parte do conselho de Relações Exteriores sobre o mar Cáspio, junto com os representantes das principais empresas petrolíferas; pertence ao George Soros Open Society Institute, à CIA e à Fundação Heritage – grupo de especialistas do Partido Republicano.

Segundo S. Rob Sobhani: “É absolutamente essencial que os Estados Unidos transformem o oleoduto no cerne da reconstrução do Afeganistão (...). O Departamento de Estado considera esta uma grande idéia. Evitaria¹³² que o gás passasse pelo Irã, e as repúblicas da Ásia central não teriam que enviá-lo pelos gasodutos russos”.

Segundo Joseph Noemi, presidente da Chase Energy, o 11 de setembro e a guerra, na realidade, são uma

¹³² Daniel Fisher, “Kabuled together”, *Forbes online* (forbes.com), 4 de fevereiro de 2002.

benção para o Afeganistão: “Se a presença dos Estados Unidos continuar na região (o 11 de setembro) é talvez a melhor coisa que podia ter acontecido às repúblicas da Ásia central (...) Em termos de economia petroleira, essa região é a fronteira deste século (...) E o Afeganistão faz parte disso”.¹³³

¹³³ *Knight Ridder News*, 30 de outubro de 2001.

7. A MÁQUINA BÉLICA DOS ESTADOS UNIDOS

Em 1999, a guerra na Iugoslávia – que coincidiu com a criação da GUUAM e a ampliação da OTAN para a Europa oriental – marcou uma virada importante nas relações Oriente-Occidente.

Aleksander Arbatov, vice-presidente da Comissão de Defesa da Duma Russa para as relações Rússia – Estados Unidos, descreveu a guerra na Iugoslávia como “a conjuntura mais crítica, mais perigosa, desde as crises Estados Unidos – URSS – Berlim e dos mísseis em Cuba”.¹³⁴ Segundo Arbatov:

¹³⁴ Citado em Mary-Wynne Ashford, “Bombings reignite nuclear war fears”, *The Victoria Times-Colonist*, 13 de maio de 1999, p. A15. Mary-Wynne Ashford é presidente-adjunta de Médicos Internacionais para a Prevenção da Guerra Nuclear (IPPNW), associação que merceu o Prêmio Nobel da Paz.

DVANCE\D 4 START II está morto; as relações com a OTAN, congeladas; e a cooperação relativa aos mísseis, fora de discussão; além disso, a disposição de Moscou de cooperar em assuntos de não proliferação se encontra em seu ponto mais baixo. Mais, o sentimento antiestadunidense na Rússia é mais real, profundo e extenso do que nunca, e os russos têm muito presente palavra de ordem que descreve a ação da OTAN: “hoje a Sérvia, amanhã a Rússia”.¹³⁵

Apesar das afirmações conciliatórias do presidente Boris Yeltsin durante a cúpula do Grupo dos Oito, que se realizou em Colônia, em 1999, o establishment militar da Rússia expressou abertamente sua desconfiança nos Estados Unidos: “pode ser que o bombardeio da Iugoslávia seja um ensaio para golpes semelhantes na Rússia, em futuro próximo”.¹³⁶

Mary-Wynne Ashford advertiu que, embora os russos estejam se integrando cada vez mais à Europa, eles:

percebem que a ameaça principal vem do Ocidente. Os funcionários encarregados de relações internacionais (controle de armas e desarmamento) informaram-nos (à IPPNW) que a Rússia não tem outra opção de defesa senão as armas nucleares, já que suas forças convencionais são inadequadas. (...) As mudanças na atitude russa diante do Ocidente, seu renovado interesse pelas armas nucleares, com milhares em alerta máximo, e a perda

¹³⁵ *Ibidem.*

¹³⁶ Viktor Chechevatov, general de alto escalão e comandante das forças terrestres no Extremo Oriente da Rússia (*The Boston Globe*, 8 de abril de 1999).

de confiança na legislação internacional fazem-nos vulneráveis a uma catástrofe. (...) Devido a esta crise, torna-se urgente uma advertência com relação às armas nucleares. Digo àqueles que afirmam que a ameaça russa é apenas retórica, que as guerras começam com a retórica.¹³⁷

Intensificação militar posterior a 1999

Entretanto, Washington aumentava o arsenal bélico dos Estados Unidos, com o objetivo de conseguir uma posição militar hegemônica. Em 2002, o gasto com defesa disparou, chegando a mais de 300 bilhões de dólares, soma equivalente ao PIB total da Federação Russa – aproximadamente 325 bilhões. E, depois do bombardeio ao Afeganistão em outubro de 2002, o orçamento bélico aumentou ainda mais.

Mais de um terço dos 68 bilhões destinados à aquisição de armamento novo no orçamento de 2003 será empregado em armas tipo guerra fria. Vários milhões de dólares serão empregados em mísseis tipo “cacho”, ou *cluster*, que foram condenados por grupos de defesa dos direitos humanos no mundo inteiro. A única justificativa para este nível de gastos militares é a intenção dos Estados Unidos de transformar-se no novo império mundial, com predomínio absoluto, tanto econômico quanto militar, incluindo a militarização do espaço.¹³⁸

¹³⁷ Mary-Wynne Ashford, *op.cit.*

¹³⁸ Douglas Mattern, “The United States of Enron-Pentagon, Inc.”, CRG globalresearch.ca/articles/MAT202A.html, fevereiro de 2002.

Na maior acumulação de armamento desde a guerra do Vietnã, o atual governo pretende incrementar os gastos militares em 120 bilhões em um período de cinco anos, “até chegar, em 2007, a um orçamento militar descomunal, de 451 bilhões de dólares”.¹³⁹

E esta quantia colossal, destinada à máquina de guerra estadunidense, não inclui o enorme orçamento que a CIA recebe de fontes “oficiais” e não reveladas para financiar suas operações secretas. Apenas seu orçamento oficial ultrapassa os 30 bilhões de dólares (10% do PIB da Rússia), ao qual devem agregar-se os ingressos multimilionários por conta do narcotráfico, os ingressos de companhias “máscara” e de organizações que lhe servem de biombo.¹⁴⁰

Bilhões de dólares do orçamento total de defesa são destinados a “reabastecer o arsenal nuclear dos Estados Unidos”. Foi desenvolvida uma nova geração de mísseis em “cacho”, ou *cluster*, de múltiplas cabeças nucleares, que podem lançar de um só míssil até dez cabeças nucleares, dirigidas a dez cidades diferentes. Atualmente, esses mísseis apontam para a Rússia. A este respeito, Washington apegou-se à política de “atacar primeiro”, com o uso de armas nucleares, previsto, em princípio, para resolver problemas em “Estados delinqüentes”,

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ Ver “Intelligence funding and the war on terror”, CDI *Terrorism Project* (cdi.org/terrorism/Intel-funding-pr.cfm), 2 de fevereiro de 2002. Ver também Patrick Martin “Billions for war and repression: Bush budget for a garrison state”, *World Socialist website* (wsws) (wsws.org/articles/2002/feb2002/mili-f06.shtml), 6 de fevereiro de 2002.

embora se dirija, na realidade, principalmente, à Rússia e à China.

Os Estados Unidos desenvolveram também uma nova geração de bombas táticas micronucleares ligeiras ou *mininukes*, para cenários bélicos convencionais. De fato, durante a presidência de Clinton, o Pentágono pediu que fosse utilizado a *mininuke B61-11*, alegando que, por ser “subterrânea”, não provocaria uma precipitação radioativa na atmosfera e, portanto, não afetaria civis. “Militares e dirigentes dos laboratórios de armas nucleares dos Estados Unidos solicitam enfaticamente ao governo que desenvolva uma nova geração de armas nucleares de precisão, de baixo rendimento (...), que poderiam ser utilizadas em conflitos convencionais com países do Terceiro Mundo”.¹⁴¹

Quadro 7. 1 – *As armas nucleares táticas dos Estados Unidos.* Durante a guerra com o Afeganistão, a Força Aérea dos Estados Unidos utilizou bombas *bunker GBU-28*, capazes de criar explosões em grande escala. A história oficial é que essas bombas eram destinadas a “cavernas e túneis” nas zonas montanhosas do sul do Afeganistão, onde se escondia Osama Bin Laden. Embora essas enormes bombas do Pentágono sejam classificadas como “armas convencionais”, as declarações oficiais não mencionam que as mesmas “bombas bunker”, lançadas de um B-52, de um caça B-52 ou de um avião F-16 podem ser

¹⁴¹ Federação de Cientistas Estadunidenses (FAS) (fas.org/faspir/2001).

equipadas com um dispositivo nuclear. A *B61-11* é uma "versão nuclear", a mais poderosa que foi criada até agora a partir de sua homóloga "convencional", *BLU-113*. A bomba nuclear *B61-11* é considerada uma "bomba que penetra a grandes profundidades", capaz de "destruir os mais profundos e sofisticados *bunkers* subterrâneos, o que os mísseis convencionais não podem fazer". O secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, afirmou que, embora as bombas *bunker* "convencionais" pudessem fazer o trabalho, não descartava a possibilidade de utilizar armas nucleares.* Bush necessitava de uma justificativa, assim como do apoio da nação, para usar armas nucleares táticas, como parte de sua "guerra contra o terrorismo internacional". Também desejava a todo custo por à prova as bombas de "baixo rendimento" *B61-11*. Primeiro, dizem que essas armas de "baixo rendimento" não afetam os civis, com isso justificando seu uso como armas convencionais. Em seguida, o governo sugere que utilizar as bombas *bunker* se justifica como parte da "campanha contra o terrorismo internacional", já que Osama Bin Laden e a Al Qaeda contam com armas nucleares e poderiam utilizá-las contra nós. Afirma-se que as armas nucleares táticas dos Estados Unidos são "seguras", quando comparadas às de Bin Laden. Da mesma forma, as afirmações do governo sugerem que uma arma subterrânea de baixo rendimento, como a *B61-11*, "limitaria os danos colaterais"; conseqüentemente, seu uso é relativamente seguro. (. . .) Esse discurso é repetido nos meios de comuni-

cação dos Estados Unidos, a fim de conseguir que o público apóie o uso de "armas nucleares táticas". (. . .) No entanto, a evidência científica é acachapante: o efeito dessas armas na população civil é devastador "devido à grande quantidade de resíduos radioativos liberados na explosão; a arma, hipoteticamente de cinco quilotons, torna-se letal em uma zona extensa".** Fontes: * Citado em *The Houston Chronicle*, 20 de outubro de 2001. ** Cynthia Greer, *The Philadelphia Inquirer*, 16 de outubro de 2000.

A economia de guerra estadunidense

A escalada militar iniciada por Clinton ganhou novo ímpeto, já que os ataques de 11 de setembro legitimam o projeto de Bush de ampliar a economia de guerra como um pretexto para estimular o crescimento dos fabricantes de armas estadunidenses.

Encontrou-se agora uma nova “legitimação”, já que o enorme gasto militar – conforme se diz – servirá para “defender a liberdade” e derrotar o “eixo do mal”.

Esta guerra tem um custo alto. Gastamos mais de um bilhão de dólares por mês – mais de 50 milhões por dia – e devemos nos preparar para operações futuras. Com o Afeganistão, provamos que armas de grande precisão, ainda que caras, derrotam o inimigo sem atingir vidas inocentes, e precisamos de mais. É necessário substituir os aviões obsoletos e dar mais agilidade ao exército, situar nossas tropas em qualquer parte do mundo com a maior rapidez e segurança. (...) Meu orçamento inclui o maior aumento no gasto com a defesa das duas últimas décadas (...) e,

embora o preço da liberdade e da segurança seja alto, nunca é alto demais. Pagaremos o que for necessário para defender nosso país (aplausos).¹⁴²

A partir do dia 11 de setembro, bilhões de dólares foram destinados ao desenvolvimento de novas armas, inclusive o avião caça *F-22 Raptor*, assim como o *Joint Strike Fighter*. A “iniciativa de defesa estratégica” (guerra das galáxias) não apenas inclui o controvertido “escudo míssil”, como uma gama muito ampla de armas ofensivas a laser, que podem ser enviadas a qualquer parte do mundo. Compreende, também, os instrumentos de guerra climática desenvolvidos como parte do Programa de Pesquisa de Aurora Ativa de Alta Frequência (HAARP), que podem desestabilizar economias nacionais por meio da manipulação climática sem que o inimigo perceba, a um custo mínimo e sem envolver pessoas e equipamento militar, como ocorre em uma guerra convencional.¹⁴³

O planejamento, em longo prazo, de sistemas avançados de armas e o controle do espaço exterior está definido no quadro do documento sobre o comando espacial dos Estados Unidos, publicado em 1998 com o título de “Visão para 2020”. O objetivo subjacente é “dominar a dimensão espacial das operações militares

¹⁴² George W. Bush, discurso para o Congresso, 29 de janeiro de 2002.

¹⁴³ Para mais detalhes sobre o HAARP, ver Michel Chossudovsky, “Washington new world order weapons have the ability to trigger climate change”, CRG, (globalresearch.ca/articles/CHO201A.html), fevereiro de 2001.

para proteger os interesses e o investimento dos Estados Unidos (...) A nascente sinergia da superioridade espacial e terrestre, do mar e do ar, levará ao ‘domínio do espectro total’.”¹⁴⁴

As armas nucleares depois de 11 de setembro

Com a suposta guerra ao terrorismo, também foram redefinidas as suposições que justificam o uso de armas nucleares. Já não há nem rastro do conceito de “dissuasão nuclear”. “Buscam-se desesperadamente novos usos para as armas nucleares, quando o uso deveria limitar-se à dissuasão”.¹⁴⁵

No início de 2002, um relatório secreto do Pentágono confirmava a intenção de Bush de utilizar armas nucleares contra a China, Rússia, Iraque, Coreia do Norte, Irã, Líbia e Síria. O relatório, que filtrou para o *Los Angeles Times*, afirma que as armas nucleares “poderiam ser utilizadas em três tipos de situações: contra alvos que possam suportar ataques não nucleares; como represália a um ataque com armas nucleares, biológicas ou químicas; ou na “suposição de um acontecimento militar de surpresa”.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Bob Fittrakis, “Chemtrails Outlaw”, CRG (globalresearch.ca/articles/FIT203A.html), 6 de março de 2002. Ver também Universidade do Ar da Força Aérea dos Estados Unidos, *AF2025 Final Report* (au.af.mil/au/2025).

¹⁴⁵ John Isaacs, presidente do conselho por um Mundo Vivível (Paul Richter, “US Works up plan for using nuclear arms”, *Los Angeles Times*, 9 de março de 2002).

¹⁴⁶ Paul Richter, *op. cit.*

Como gênios do mal, prevêem quaisquer circunstâncias em que um presidente possa querer utilizar armas nucleares, e planejam até o último detalhe uma guerra de que nunca esperam participar.

Nesta atmosfera de máximo sigilo, sempre houve incongruência entre os objetivos diplomáticos dos Estados Unidos de reduzir os arsenais nucleares e impedir a proliferação de armas de destruição em massa, de um lado, e a necessidade militar de preparar-se para o inimaginável, do outro.

No entanto, o governo Bush recua na tendência de quase duas décadas de relegar as armas nucleares à categoria de armas de último recurso. Também redefiniu apressadamente a justificativa para o uso de armas nucleares depois de 11 de setembro.¹⁴⁷

Ao identificar vários dos chamados “Estados delinqüentes”, a agenda nem tão secreta de Bush consiste em utilizar armas nucleares contra a Rússia e a China, no contexto da política expansionista dos Estados Unidos na Ásia central, o Oriente Médio e o Extremo Oriente:

O relatório afirma que o Pentágono deve estar preparado para usar armas nucleares em um conflito árabe-israelita, em uma guerra entre China e Taiwan, ou caso a Coréia do Norte ataque a Coréia do Sul. Também poderiam ser necessárias se o Iraque atacasse Israel ou qualquer outro país vizinho.

Da mesma forma, embora o relatório indique que a Rússia já não é um “inimigo” oficial, manifesta preocupação com o arsenal

¹⁴⁷ William Arkin, “Secret plan outlines the unthinkable”, *Los Angeles Times*, 9 de março de 2002.

russo, que inclui cerca de seis mil cabeças nucleares e talvez dez mil armas nucleares menores.

Os funcionários do Pentágono afirmaram publicamente que estudam a necessidade de desenvolver armas nucleares para o local do evento, aptas a alvos específicos em um campo de batalha, embora ainda não tenham se dedicado a isso”.¹⁴⁸

O efeito desse relatório sigiloso, apresentado ao Congresso no início de 2002, foi avaliado pelo Partido Republicano:

Análises conservadoras insistem em que o Pentágono deve se preparar para qualquer possível contingência, sobretudo agora que vários países e alguns grupos terroristas deram início a programas secretos para desenvolver armas (...) Afirmam que as armas de menor tamanho têm um papel de dissuasão importante, devido a que os agressores não acreditariam no uso de armas de vários quilotons pelas forças estadunidenses, que semeariam a devastação no território adjacente e em populações amigas. “Necessitamos de um meio de dissuasão em que se possa acreditar, para fazer frente a regimes envolvidos em terrorismo internacional e no desenvolvimento de armas de destruição em massa”, afirmou Jack Spencer, especialista em defesa, da conservadora Fundação Heritage, de Washington, o qual assegura que o conteúdo do relatório não o surpreendeu, pois representa “a maneira adequada de desenvolver uma atitude nuclear, em um mundo posterior à guerra fria”.¹⁴⁹

¹⁴⁸ *Ibidem.*

¹⁴⁹ *Ibidem.*

O cerco à China

Depois da guerra na Iugoslávia, Clinton aumentou o apoio militar a Taiwan, para fazer frente à China, o que estimulou a escalada bélica no estreito de Taiwan. É verdade que, antes disso, a Força Aérea desse país já fora equipada com 150 aviões F-16A da Lockheed Martin. Clinton afirmava que a ajuda militar a Taiwan permitiria manter “o equilíbrio militar com a República Popular da China”, de acordo com o que preconizava a política de “paz por meio da dissuasão”.¹⁵⁰

Para aumentar a capacidade naval de Taiwan, o país recebeu *destroyers* estadunidenses *Aegis*, equipados com mísseis de tecnologia de ponta, de superfície, ar e antibarcos, assim como mísseis de cruzeiro *Tomahawk*.¹⁵¹ Pequim respondeu a esta escalada militar com o *Hangzhou*, o primeiro míssil destruidor guiado fabricado na Rússia, equipado com míssil ligeiro antibarco de nova geração *SS-N-22*, “capaz de penetrar as defesas de alta tecnologia de um grupo de batalha estadunidense ou japonês”.¹⁵²

Os postulados sobre assuntos militares mudaram radicalmente depois de 11 de setembro. Bush descartou a doutrina da “paz mediante dissuasão” e transformou a escalada militar no estreito de Taiwan em parte integrante do planejamento militar de Washing-

¹⁵⁰ Mother Jones, “Taiwan wants bigger slingshot” (mojones.com/arms/Taiwan.html), 2000.

¹⁵¹ *Deutsche Press Agentur*, 27 de fevereiro de 2000.

¹⁵² *Japan Economic Newswire*, 4 de março de 2000.

ton, que agora consiste em uma exibição “em diversas frentes”.

Com apoio dos Estados Unidos, Taiwan “está realizando pesquisas para desenvolver um míssil balístico tático que possa ser dirigido contra alvos específicos na China continental. (...) O suposto objetivo desses mísseis é degradar a capacidade de luta do Exército Popular de Libertação (EPL), inclusive sua infra-estrutura de mísseis e não mísseis – aeroportos, portos de campos de mísseis, entre outros”.¹⁵³ Da mesma forma, a presença estadunidense no Paquistão e no Afeganistão – assim como em várias ex-repúblicas soviéticas que fazem fronteira com a parte ocidental da China – está articulada com a presença das forças navais de Taiwan no mar do Sul da China.

A China ficou cercada: o exército estadunidense está presente no mar do Sul, no estreito de Taiwan, na península da Coreia e no mar do Japão, assim como no coração da Ásia central, na fronteira ocidental da região autônoma de Xinjiang-Uigur. Estabeleceram-se bases militares “provisórias” no Uzbequistão, no Tadjiquistão e no Quirguistão, onde foram postos à disposição da força aérea dos Estados Unidos campos de pouso e aeroportos militares.

Armas nucleares contra a China

No início de 2002, Bush confirmou sua intenção de utilizar armas nucleares contra a China no contexto de um possível confronto no estreito de Taiwan:

¹⁵³ AFP, 12 de dezembro de 2001.

Devido à capacidade nuclear e ao “desenvolvimento de objetivos estratégicos”, a China encontra-se na lista de “países que poderiam ver-se envolvidos em uma contingência imediata ou potencial”. Especificamente, o NPR indica um confronto militar pelo *status* de Taiwan, como um dos cenários que poderiam levar Washington a usar armas nucleares.¹⁵⁴

O eixo anglo-estadunidense

A guerra na Iugoslávia ajudou a reforçar os vínculos estratégicos, militares e de inteligência entre Washington e Londres. Ao terminar a guerra, o secretário de Defesa, William Cohen, e seu homólogo britânico, Geoff Hoon, assinaram uma “declaração de princípios para equipamento de defesa e cooperação industrial”, com o propósito de “melhorar a cooperação no abastecimento de armas e proteger os segredos tecnológicos”, além de “abrir caminho para realizar mais ações militares conjuntas e possíveis fusões na indústria da defesa”.¹⁵⁵

Washington pretendia estimular a formação de uma “ponte transatlântica por meio da qual o Departamento da Defesa pudesse levar sua política globalizadora para a Europa (...) Nossa meta é melhorar a operacionalidade mútua e a combatividade por meio de vínculos industriais mais estreitos entre os Estados Unidos e as companhias aliadas”.

Como disse William Cohen, secretário da Defesa de Clinton, o acordo “facilitará a interação entre nossas

¹⁵⁴ William Arkin, *op. cit.*

¹⁵⁵ *Reuters*, 5 de fevereiro de 2000.

respectivas indústrias (britânica e estadunidense), de forma a termos pontos de vista harmônicos para compartilhar tecnologia, cooperar para levar a cabo acordos de associação, bem como possíveis fusões”.¹⁵⁶

O acordo foi assinado em 1999, pouco depois da criação da British Aerospace Systems – empresa resultante da fusão da British Aerospace (BAE) com a GEC Marconi – embora a BAE tivesse vínculos sólidos com as empreiteiras de defesa mais importantes dos Estados Unidos, Lockheed Martin e Boeing.¹⁵⁷

O propósito subjacente da “ponte transatlântica” consiste em deslocar os conglomerados militares franco-alemães, assegurando a hegemonia do complexo militar dos Estados Unidos – que está aliado às empreiteiras de defesa mais importantes da Grã-Bretanha.

Não só: a integração para a fabricação de armas ficou reforçada com uma maior cooperação entre a CIA e o MI6 nas esferas de inteligência e operações secretas, para não mencionar as operações conjuntas das forças especiais britânicas e estadunidenses.

Estados Unidos e Alemanha

Devido à maior integração entre a indústria bélica britânica e estadunidense, surgiram diversas fraturas entre Washington e Berlim. A integração franco-alemã

¹⁵⁶ Vago Muradian, “Pentagon sees bridge to Europe”, *Defense Daily*, vol. 204, número 40, 1º de dezembro de 1999.

¹⁵⁷ *Ibidem.*

para pesquisa aeroespacial e fabricação de armas pretende combater o predomínio estadunidense no mercado de armas, assim como a fusão de indústrias de defesa dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, resultante da “ponte transatlântica”.

Desde o começo da década de 1990, o governo de Bonn estimulou a consolidação da indústria bélica alemã, dominada por Daimler, Siemens e Krupp. Houve várias fusões importantes na indústria da defesa, como resposta às megafusões entre os fabricantes de aviões e de armas estadunidenses.¹⁵⁸

Já desde 1996, Paris e Bonn haviam estabelecido uma agência conjunta para armamentos, cujo propósito era “dirigir os programas comuns (e) ou outorgar contratos que beneficiassem os dois governos”.¹⁵⁹ Os dois países afirmaram que “não desejavam que a Grã-Bretanha se unisse à agência”.

Atualmente, França e Alemanha controlam as indústrias Airbus, competidoras da Lockheed Martin – embora a BAES seja proprietária dos 20% restantes. Também colaboram no programa para lançar o satélite Ariane Space, do qual Deutsche Aerospace (DASA) é acionista majoritário.

No final de 1999, como resposta à “aliança” entre British Aerospace e Lockheed Martin, a Aerospace-Matra, da França, fundiu-se à DASA, da Daimler, for-

¹⁵⁸ Ver a análise de Michel Collon, *Poker Menteur*, Edições EPO, Bruxelas, 1998, p. 156.

¹⁵⁹ “American monsters, european minnows: defense companies”, *The Economist*, 13 de janeiro de 1996.

mando o maior conglomerado de defesa da Europa. No ano seguinte, formou-se a European Aeronautic Defense and Space Co. (EADS), integrada por DASA, Matra e Construcciones Aeronáuticas SA, da Espanha. A EADS e suas rivais anglo-americanas competem pelo fornecimento de armas aos países da Europa do Leste, recentemente integrados à OTAN. (A terceira empreiteira de armamento na Europa é Thomson, que em anos recentes desenvolveu vários projetos com o fabricante de armas estadunidense Raytheon).

Ainda que a EADS colabore com a BAES na produção de mísseis, e mantenha vínculos com os “cinco grandes” dos Estados Unidos – inclusive Northrop Grumman – a indústria aeroespacial e de defesa ocidental tende a dividir-se em dois grupos claramente diferenciados: EADS, dominado por França e Alemanha, e o grupo anglo-americano que inclui as cinco grandes empreiteiras dos Estados Unidos (Lockheed Martin, Raytheon, General Dynamics, Boeing e Northrop Grumman), além da poderosa BAES, da Grã-Bretanha.

Ao se integrar ao contrato de fornecimento do Departamento da Defesa, em 2001, graças ao acordo da ponte transatlântica, a BAES transformou-se na quinta empreiteira de defesa mais importante do Pentágono. Coberta pela “ponte transatlântica”, a BAES opera livremente no mercado estadunidense, por meio de sua subsidiária Bae Systems North América.¹⁶⁰

¹⁶⁰ British Aerospace Systems (baesystems.com/globalfootprint/northamerica/northamerica.htm).

A integração franco-alemã para fabricar armas nucleares

A aliança franco-alemã para fabricar armamentos, amparada pela EADS, abre a possibilidade para a Alemanha – país que oficialmente não conta com armas nucleares – de integrar-se ao programa nuclear da França. EADS está produzindo um amplo espectro de mísseis balísticos, inclusive o *ICBM M51*, de cabeça nuclear, com que serão equipados os submarinos da marinha francesa.¹⁶¹

O euro frente ao dólar: rivalidade entre consórcios rivais

O sistema europeu de moeda comum afetou as divisões estratégicas e políticas. A decisão de Londres de não adotar o euro é coerente com a integração dos interesses financeiros e bancários britânicos aos de Wall Street, para não mencionar a aliança anglo-americana na indústria do petróleo (como BP-Amoco) e para fabricação de armas (os “cinco grandes” e BAES). Em outras palavras, essa frágil relação entre a libra esterlina e o dólar estadunidense é parte integrante do novo eixo anglo-americano.

Na realidade, o que está em jogo é a rivalidade entre duas moedas globais competidoras: o euro e o dólar estadunidense, entre os quais está a libra esterlina, que ainda não decidiu a que sistema monetário integrar-se. Dois sistemas monetários e financeiros competem pelo controle da criação do dinheiro e do crédito, e suas

¹⁶¹ “BAES, EADS hopeful that Bush will broaden transatlantic cooperation”, *Defense Daily International*, número 29, 2001.

implicações geopolíticas e estratégicas são profundas, até porque também estão marcadas por fraturas nas indústrias do petróleo e da defesa no Ocidente.

Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, a política monetária, embora sob jurisdição dos Estados, é controlada principalmente pelos bancos privados. O Banco Central Europeu, com sede em Frankfurt, ainda que oficialmente sob jurisdição da União Européia, é supervisionado na prática por um punhado de bancos europeus privados, inclusive pelo maior consórcio bancário e comercial da Alemanha.

Nos Estados Unidos, a Junta da Reserva Federal é supervisionada formalmente pelo Estado, do que deriva sua estreita relação com o Departamento do Tesouro. Diferentemente do Banco Central Europeu, os doze bancos da Reserva Federal – dos quais o Banco da Reserva Federal de Nova York é o mais importante – são controlados pelos acionistas, que são instituições bancárias privadas. O que se disse significa que, ao controlar os bancos da Reserva Federal, o sistema financeiro de Wall Street praticamente controla a criação do dinheiro.

Sistemas monetários e “conquista econômica”

Na Europa do Leste, na antiga União Soviética, nos Bálcãs e até na Ásia central, o dólar e o euro estão competindo. Em última instância, o controle dos sistemas monetários nacionais é a base para colonizar os países. Enquanto o dólar prevalece no hemisfério ocidental, o euro e o dólar competem na antiga União Soviética, na

Ásia central, no continente africano, ao sul do Sahara, e no Oriente Médio.

Nos Bálcãs e nos países bálticos, os bancos centrais continuam operando como “conselhos monetários” de estilo colonial, e só utilizam o euro. Isso significa que a Alemanha e os interesses financeiros da Europa controlam a criação do dinheiro e o crédito, ao vincular a moeda nacional ao euro – em lugar do dólar estadunidense – e que tanto a moeda quanto o sistema monetário ficarão em mãos dos interesses bancários da Alemanha e dos Estados Unidos.

Em termos amplos, o euro domina as regiões vizinhas da Alemanha: Europa do Leste, países bálticos e os Bálcãs, enquanto o dólar tende a prevalecer no Cáucaso e na Ásia central. Nos países integrantes da GUUAM, exceto a Ucrânia, o dólar ultrapassa o euro.

A “dolarização” de moedas nacionais é parte da “estratégia da rota da seda”, que consiste, primeiro, em desestabilizar e, depois, em impor o dólar às moedas nacionais, desde o Mediterrâneo até a fronteira ocidental da China, com o propósito de estender a hegemonia do sistema da Reserva Federal – isto é, de Wall Street – a um território imensamente grande.

Na realidade, estamos frente a uma luta “imperial” pelo controle das moedas nacionais. Controlar a criação do dinheiro e o sistema de crédito é parte fundamental do processo de conquista econômica, apoiado por sua vez na militarização do corredor euro-asiático.

Apesar de que os bancos estadunidenses e alemães disputam o controle das economias nacionais e dos sis-

temas monetários, entraram em acordo, aparentemente, para “compartilhar os despojos” – a saber, estabelecer suas respectivas “esferas de influência”. Como reminiscência das políticas de “repartição” de finais do século 19, os Estados Unidos e a Alemanha acertaram a divisão dos Bálcãs: a Alemanha controlará as moedas da Croácia, da Bósnia e do Kosovo e, em troca, os Estados Unidos manterão uma presença militar permanente na região – como exemplo, o acampamento militar de Bondsteel, no Kosovo.

Alianças militares transversais

A ruptura entre os fabricantes de armas anglo-americanos e franco-alemães – incluindo as desavenças no interior da aliança militar ocidental – parecem favorecer uma cooperação militar maior entre Rússia, de um lado, França e Alemanha, do outro.

Nos anos recentes, tanto a França quanto a Alemanha haviam iniciado reuniões bilaterais com a Rússia sobre temas de produção de armas, pesquisa aeroespacial e cooperação militar. No final de 1998, Paris e Moscou concordaram em treinar conjuntamente a infantaria e em realizar consultas militares bilaterais. Por sua vez, Moscou procurou sócios alemães e franceses que desejassem participar do desenvolvimento de seu complexo industrial-militar.

No início do ano 2000, o ministro da Defesa alemão, Rudolph Sharping, visitou Moscou para consultas bilaterais com seu homólogo russo. Foi assinado, então, um acordo bilateral que compreende 33 projetos de coope-

ração militar – incluindo o treinamento de especialistas militares russos na Alemanha¹⁶² – fora do marco da OTAN, e sem consulta prévia a Washington.

Da mesma forma, no final de 1998, a Rússia assinou um “acordo de cooperação militar de longo prazo” com a Índia, a que se seguiu, alguns meses depois, um acordo de defesa entre a Índia e a França. O acordo entre Nova Deli e Paris inclui a transferência de tecnologia militar francesa, assim como investimentos de multinacionais francesas na indústria de defesa da Índia, além de instalações para produção de mísseis balísticos e cabeças nucleares, no que as companhias francesas têm grande experiência.

Esse acordo afeta diretamente as relações entre a Índia e o Paquistão, assim como os interesses estratégicos dos Estados Unidos no Sul e no centro da Ásia. Enquanto Washington injeta ajuda militar no Paquistão, a Índia recebe apoio da França e da Rússia.

Fica claro que a França e os Estados Unidos estão em lados opostos com relação ao conflito Índia – Paquistão.

E, diante da perspectiva de guerra próxima entre esses dois países, depois de 11 de setembro, a força aérea estadunidense tomou praticamente o controle do espaço aéreo do Paquistão, assim como de várias de suas instalações militares. Da mesma forma, no ponto crítico da guerra no Afeganistão – novembro de 2001 – a França e a Índia realizavam exercícios militares conjuntos no mar da Arábia. Também depois de 11 de setem-

¹⁶² *Interfax*, 1º de março de 2000.

bro, a Índia recebeu grande quantidade de armas russas, como estava previsto no acordo de cooperação entre os dois países.

A nova doutrina de Moscou sobre a segurança nacional

Desde o final da guerra fria, os Estados Unidos designaram a Ásia central e o Cáucaso como sua “zona estratégica”. Agora, no entanto, a política já não consiste em frear a “expansão do comunismo”, mas em impedir que Rússia e China se transformem em potências capitalistas competidoras. Nesse sentido, os Estados Unidos ampliaram sua presença militar no paralelo 40, que se estende da Bósnia e de Kosovo até as antigas repúblicas soviéticas da Geórgia, Azerbaijão, Turcomenistão e Uzbequistão, que iniciaram acordos militares bilaterais com Washington.

A guerra na Iugoslávia e, depois, a guerra na Chechênia provocaram uma transformação importante nas relações Rússia – Estados Unidos, assim como uma aproximação entre Moscou e Pequim, e a assinatura de vários acordos de cooperação militar entre Rússia e China.

O governo e o exército russos sabiam do apoio encoberto que os Estados Unidos davam aos dois principais grupos rebeldes da Chechênia, ainda que nunca antes tivessem levado o fato a público, nem no âmbito da diplomacia. Em novembro de 1999, o ministro da Defesa da Rússia, Igor Sergueyev, acusou formalmente Washington de apoiar os rebeldes chechenos. Depois de uma reunião a portas fechadas com o alto comando

militar da Rússia, Sergueyev declarou que “os interesses nacionais dos Estados Unidos exigem que o conflito militar no Cáucaso (Chechênia) se acirre, provocado por forças estrangeiras”, acrescentando: “as políticas ocidentais são um desafio à Rússia e seu objetivo último consiste em debilitar nossa posição nacional e excluir-nos de zonas geo-estratégicas”.¹⁶³

Uma vez concluída a guerra na Chechênia, no início do ano 2000, o presidente em exercício, Vladimir Putin, formulou, transformando-a em lei, uma nova “doutrina de segurança nacional”. Ainda que os meios de comunicação internacionais lhe prestassem muito pouca atenção, essa lei representou uma mudança radical nas relações entre Oriente e Ocidente. O documento reafirmava a construção de um Estado russo forte, o conseqüente crescimento do exército, assim como a reintrodução de controles estatais sobre o capital estrangeiro.

O documento explicava, com toda precisão, o que qualificava de “ameaças fundamentais” à segurança nacional e à soberania da Rússia. Especificamente, aludia ao “fortalecimento dos blocos políticos e militares e das alianças (principalmente a GUUAM), assim como a “expansão da OTAN para leste”, destacando o possível surgimento de bases militares estrangeiras e presenças militares importantes nas imediações das fronteiras russas”.¹⁶⁴

¹⁶³ *The New York Times*, 15 de novembro de 1999. Ver também Steve Levine, *The New York Times*, 20 de novembro de 1999.

¹⁶⁴ FAS (fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/gazeta012400.htm).

O documento confirma que “o terrorismo internacional trava uma campanha aberta para desestabilizar a Rússia” e, embora não mencione explicitamente a CIA, como patrocinadora secreta dos grupos terroristas armados, como o dos rebeldes chechenos, faz um chamado para que sejam realizadas “ações apropriadas para desviar e interceptar as atividades de inteligência e outras atividades subversivas que países estrangeiros realizam contra a Federação Russa”.¹⁶⁵

A guerra não declarada entre a Rússia e os Estados Unidos

A pedra angular da política externa estadunidense tem sido estimular – sob o disfarce de “paz” e de “solução de problemas” – a formação de pequenos Estados favoráveis aos Estados Unidos, estrategicamente situados no coração da riqueza petrolífera do mar Cáspio.

Os Estados Unidos devem ter um papel cada vez mais importante na solução de conflitos na região. As fronteiras das repúblicas soviéticas foram traçadas com a intenção de prevenir a secessão das diversas comunidades nacionais da antiga União Soviética, não com vistas a uma possível independência (...) Nem a Europa nem nossos aliados no Leste da Ásia podem defender nossos interesses mútuos nessas regiões. Se nós não tomarmos a iniciativa de resolver os conflitos que já se configuram nessa região, em longo prazo, haverá tensão em nossas relações com a Europa, ocorrendo o mesmo, possivelmente, com o Nordeste

¹⁶⁵ *Ibidem.*

asiático. Da mesma forma, serão estimulados os piores acontecimentos políticos na Rússia. Tal vinculação, ou interconexão, empresta ao Transcaucaso e à Ásia central uma importância estratégica para os Estados Unidos e seus aliados e, se não se lhe prestar a devida atenção, representará um grande risco. Em outras palavras, ainda não foram colhidos plenamente os frutos acumulados desde o fim da guerra fria, e ignorar essas regiões poderá significar nunca colhermos a maior parte do que foi cultivado.¹⁶⁶

O complexo industrial-militar na Rússia

Paralelamente à articulação da doutrina de segurança nacional de Moscou, a Rússia dedicou-se a recuperar o controle econômico e financeiro de regiões-chave para a indústria militar russa. Por exemplo, decidiu formar “um único consórcio integrado por projetistas e fabricantes de todos os complexos antiaéreos”, em conjunto com as empreiteiras de defesa da Rússia.¹⁶⁷

A volta à centralização da indústria de defesa proposta, como resposta a considerações de segurança nacional, também foi motivada pela fusão dos principais competidores ocidentais na áreas de fornecimento militar. Falou-se também em desenvolver novas capacidades científicas e de produção, a partir do melhoramento do potencial militar da Rússia, assim como de sua ca-

¹⁶⁶ Joseph Jofi, *Pipeline diplomacy: the Clinton administration's flight for Baku-Cayhan*, Estudo de caso Woodrow Wilson número 1, Princeton University, 1999.

¹⁶⁷ Mikhail Kozyrev, “The White house calls for the fire”, *Vedomosti*, 1º de novembro de 1999, p. 1.

pacidade de competir com os rivais ocidentais no mercado global.

A doutrina de segurança nacional também “simplifica os critérios para utilizar armas nucleares (...) que seriam permitidas caso a própria existência do país estivesse ameaçada”.¹⁶⁸ A Rússia reserva-se o direito de utilizar todas as forças e os meios à sua disposição, inclusive armas nucleares, caso uma agressão armada ponha em risco a própria existência da Federação Russa, como Estado soberano e independente”.¹⁶⁹

Como resposta à “Guerra das Galáxias” de Washington, Moscou desenvolveu o “escudo nuclear e de mísseis” e anunciou, em 1998, uma nova geração de mísseis balísticos intercontinentais, conhecidos como *Topol – M (SS-27)*, mísseis de uma só cabeça nuclear, instalados na região de Saratov, e “totalmente prontos para fazer frente a um “primeiro ataque preventivo” dos Estados Unidos que, a partir de 11 de setembro, é uma das principais hipóteses do Pentágono em uma possível guerra nuclear”. “O *Topol M* é leve e móvel, projetado para ser disparado de um veículo. Devido à sua mobilidade, está muito melhor protegido de um primeiro ataque preventivo do que um míssil instalado em silo”.¹⁷⁰

¹⁶⁸ Andrew Jack, “Rússia turns back clock”, *Financial Times*, Londres, 15 de janeiro de 2000, p. 1.

¹⁶⁹ Citado em Nicolai Sokov, “Russia’s new national security concept: the nuclear angle”, Center for Non Proliferation Studies, Monterrey (cns.miis.edu/pubs/reports/sokov2.htm), janeiro de 2000.

¹⁷⁰ BBC, *Russia deploys new nuclear missiles*, Londres, 27 de dezembro de 1998.

A partir da adoção do documento sobre segurança nacional, em 2000, o Kremlin confirmou que não descarta o “uso inicial” de cabeças nucleares, ainda que “o ataque seja feito por meios meramente convencionais”.¹⁷¹

A mudança política de Vladimir Putin

Desde o início de seu governo – e seguindo os passos de seu antecessor no Kremlin, Boris Yeltsin – o presidente Putin contribuiu para reverter a doutrina de segurança nacional, dando força à sua instrumentação política.

Quando redigia este texto, as diretrizes da política externa de Putin estão ainda confusas e pouco claras. Notam-se nítidas divisões, tanto no *establishment* político quanto no exército. Na frente diplomática, o novo presidente procurou uma “aproximação” com Washington e a aliança militar ocidental para apoiar a guerra ao terrorismo, embora seja prematuro afirmar que a abertura diplomática de Putin significa um recuo definitivo em relação à doutrina de segurança nacional estabelecida na Rússia no ano 2000.

Uma mudança importante ocorreu na política externa da Rússia – cuja responsabilidade é, principalmente, do presidente Putin – a partir de 11 de setembro. Contrariando a Duma, Putin aceitou a “ampliação da OTAN” para os países bálticos – Letônia, Lituânia e Estônia – que deixa implícito o estabelecimento de bases aéreas

¹⁷¹ Stephen J. Blank, Nuclear strategy and nuclear proliferation in russian commission to assess the ballistic missile threat to the United States, apêndice m: documentos de trabalho não classificados, FAS (fas.org/irp/threat/missile/rumsfeld/toc-3.htm), Washington D.C., s.d.

da OTAN na fronteira ocidental da Rússia. Da mesma forma, o acordo de cooperação militar assinado por Moscou e Pequim, depois da guerra de 1999 na Iugoslávia, está praticamente congelado:

Obviamente, a China observa com preocupação o recuo da Rússia em suas posições. Também está preocupada com a presença da força aérea estadunidense perto de suas fronteiras, no Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão... Tudo o que ganhou o senhor Putin com a espetacular melhora das relações de seu país com a China, Índia, Vietnam, Cuba e alguns outros países, desmoronou de um dia para o outro. Deixou entrever um conceito gorbachoviano primitivo sobre os “valores humanos comuns”, a saber, a subordinação dos interesses da Rússia aos do Ocidente”.¹⁷²

Parece uma amarga ironia que o presidente russo tenha apoiado a “campanha contra o terrorismo internacional” empreendida pelos Estados Unidos, quando, em última instância, essa campanha é dirigida contra Moscou, com o propósito de desmontar seus interesses estratégicos e econômicos no corredor euro-asiático e transformar as antigas repúblicas soviéticas e, com o tempo, a Federação Russa em protetorados estadunidenses.

É evidente que a intenção de unir-se à OTAN, manifestada de maneira informal pelo senhor Putin no ano passado (2000), reflete uma idéia amadurecida há muito tempo com relação a uma

¹⁷² V. Tetekin, “Putin’s ten blows”, CRG, (globalresearch.ca/articles/TET112A.html), 27 de dezembro de 2001.

“integração à comunidade mundial”, mais profunda do que propuseram antes Gorbachov ou Yeltsin. De fato, sua intenção é integrar a Rússia ao sistema econômico, político e militar ocidental, ainda que na qualidade de sócio menor, ou ao preço de sacrificar sua independência no que se refere à política externa.¹⁷³

¹⁷³ *Ibidem.*

8. O IMPÉRIO ESTADUNIDENSE

Uma guerra sem fronteiras

Em função dos acontecimentos de 11 de setembro, o mundo encontra-se em uma encruzilhada histórica. A “campanha contra o terrorismo” é, na realidade, uma guerra de conquista com conseqüências devastadoras para o futuro da humanidade.

A nova guerra dos Estados Unidos não se restringe à Ásia central. Com o pretexto de travar a “guerra contra o terrorismo”, Bush anunciou que as operações militares dos Estados Unidos se estenderiam a novas fronteiras, incluindo o Iraque, o Irã e a Coréia do Norte. E mesmo acusando esses países de desenvolver “armas de destruição em massa”, Washington não exclui o uso de armas nucleares.

Mais, Israel, que agora conta com um arsenal de pelo menos 200 armas termonucleares com um sistema de

lançamento avançado, “ameaçou em várias ocasiões os países árabes com o uso de armas nucleares”.¹⁷⁴

Não é necessário dizer que a guerra atual de Israel contra a Palestina é parte estratégica dessa nova guerra e, nesse sentido, a invasão do Iraque desencadearia inevitavelmente uma guerra de alcance muito maior, no Oriente Médio, na qual Israel sem dúvida se alinharia ao eixo anglo-americano.

Os estrategistas militares do Pentágono já projetaram um “modelo para a invasão do Iraque em duas frentes, da qual participariam cerca de cem mil homens”.¹⁷⁵ Navios de guerra estão estacionados no golfo de Oman. Além disso, “afinam-se outros planos de contingência militar para Somália, Sudão, Iraque, Indonésia e Iêmen. (...) Forças especiais e agências de inteligência dos Estados Unidos estão ativas nesses países, seja de forma aberta ou clandestina, em colaboração com milícias ou militares do lugar”. Enquanto isso, os Estados Unidos pediram à Grã-Bretanha que “ajude a preparar golpes militares na Somália, durante a fase seguinte da campanha global contra a Al Qaeda”.¹⁷⁶

Uma guerra ilegal

Ao iniciar essa guerra, em outubro de 2001, o governo

¹⁷⁴ John Steinbach, “Israeli weapons of mass destruction: a threat to peace, DC Iraq colalition”, CRG (globalresearch.ca/articles/STE203A.html), 3 de março de 2002.

¹⁷⁵ Ian Bruce, “Pentagon draws up plans for invasion of Iraq”, *The Herald*, Escócia, 31 de janeiro de 2002.

¹⁷⁶ *Florida Times-Union*, Jacksonville, 17 de fevereiro de 2002.

estadunidense – com o apoio irrestrito e a ajuda militar da Grã-Bretanha, além do consentimento prévio de governos da aliança militar ocidental – violou flagrantemente o direito internacional. “É uma guerra ilegal na medida em que é uma violação flagrante do que está expresso na Carta das Nações Unidas. (...) Mais, não apenas é ilegal, é criminosa. É o que o tribunal de Nuremberg chamou de “o crime supremo, um crime contra a paz”.¹⁷⁷

Por sua vez, esses líderes políticos – responsáveis pela morte de milhares de civis no Afeganistão – iniciaram em seu próprio país um processo que ganha novos contornos no marco da chamada “legislação antiterrorista”: a definição legal de “terrorismo” e de “crimes de guerra”. Agora, os verdadeiros protagonistas do terrorismo de Estado – a saber, nossos políticos eleitos – podem decidir arbitrariamente, por meio de seus tribunais secretos, “legalmente constituídos”, “quem são os criminosos de guerra e quem são os terroristas”. Lamentavelmente, os criminosos de guerra – usando o poder que lhes confere sua elevada posição – decidem quem deve ser condenado. Além disso, ao acabar com o estado de direito, instaurando tribunais improvisados, não “sujam as mãos” e não terão de enfrentar acusações por crimes de guerra: não poderão ser acusados, posto que esses tribunais decidirão, em última instância, se o acusado deve ser executado.

¹⁷⁷ Deirdre Griswold, “Will Somália be next? US targets another poor country”, *Workers World*, dezembro de 2001. CRG (globalresearch.ca/articles/GRI112A.html), 13 de dezembro de 2001.

É clara a tendência para um “sistema de Estados totalitários” onde a “elite de criminosos de guerra” ocupa legitimamente – sob o disfarce de “democracia” – postos de autoridade política em representação dos cidadãos.

O império estadunidense

A guerra no Afeganistão coincide com uma depressão mundial que empobreceu milhões de pessoas. E, enquanto a economia civil desmorona, os Estados Unidos dirigem recursos vultosos para sua economia de guerra. A indústria bélica desse país desenvolve as armas mais avançadas, com o propósito de obter a hegemonia militar e econômica no mundo, não apenas em relação à China e à Rússia, mas também à União Européia, que para Washington, em muitos sentidos, invade sua hegemonia global.

Por trás da “campanha contra o terrorismo” esconde-se a militarização de grandes regiões do mundo, o que levará à consolidação do que poderia ser descrito como um “império estadunidense”. A partir de 1999, com a guerra na Iugoslávia, formou-se um eixo militar anglo-americano, baseado na estreita cooperação entre Grã-Bretanha e Estados Unidos, em assuntos de defesa, política externa e inteligência. O objetivo dessa guerra é “recolonizar”, não apenas a China e os países do antigo bloco soviético, mas também o Irã, o Iraque e a Índia.

A guerra e a globalização caminham juntas. E por trás desse processo, que consiste em estender as fron-

teiras do sistema de mercado global, percebe-se claramente a presença do poderoso *establishment* financeiro de Wall Street, dos gigantes do petróleo anglo-americanos e da indústria bélica. O propósito final da nova guerra dos Estados Unidos é transformar nações soberanas em territórios abertos (ou “áreas de livre comércio”), tanto por meios militares quanto pela imposição de reformas econômicas asfixiantes.

A guerra empreendida pelos Estados Unidos – que, em 1999, Washington definiu como “estratégia da rota da seda” – está destruindo uma região inteira; essa região foi, no transcorrer da história, o berço de antigas civilizações que vincularam a Europa ocidental ao Extremo Oriente. Washington recorreu ao apoio encoberto à insurgência islâmica – que a CIA canalizou por meio do ISI – na antiga União Soviética, no Oriente Médio, na China e na Índia, como um instrumento de conquista, desestabilizando deliberadamente sociedades inteiras e promovendo divisões étnicas e sociais.

Em termos mais amplos, a guerra e as reformas para chegar ao “livre mercado” destroem a “civilização” e precipitam as sociedades no abismo da pobreza.

Os países da OTAN, sócios dos Estados Unidos

Mesmo tendo surgido notórias divisões entre os membros da aliança militar ocidental, os sócios dos Estados Unidos que integram a OTAN – entre eles Alemanha, França e Itália – apoiaram a operação militar empreendida por Estados Unidos e Grã-Bretanha no Afeganistão. É como se a Europa e os Estados Unidos tivessem se unido

com a finalidade de “recolonizar” e “repartir” uma vasta região que se estende desde a Europa do Leste e os Bálcãs, até a fronteira ocidental da China.

Alemanha e Estados Unidos definiram “esferas de influência” e essa “repartição” deve ser entendida historicamente, pois, em muitos sentidos, é semelhante ao acordo que as potências européias assinaram na conferência de Berlim, no século 19, sobre a divisão e a conquista territorial da África. Também a política colonial nos portos chineses nos anos anteriores à primeira guerra mundial foi cuidadosamente articulada de comum acordo, pelas mesmas potências imperialistas.

O aparato de inteligência militar

Enquanto as instituições civis do Estado tornam-se cada vez mais uma fachada, os políticos eleitos da maioria das “democracias” ocidentais – incluindo Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá – desempenham um papel central na tomada de decisões. De acordo com esse sistema totalitário em evolução, as instituições do governo civil foram ultrapassadas pelo esquema de inteligência militar-policial. Nos Estados Unidos, a CIA transformou-se em um “governo paralelo” de fato, que se encarrega de formular e viabilizar a política externa do país.

Além disso, o esquema de inteligência integrou-se ao sistema financeiro. Funcionários militares e de inteligência de alto escalão transformaram-se em “sócios” de muitas empresas. Seu orçamento oficial ultrapassa os 30 bilhões de dólares anuais, sendo que essa quantia colossal não inclui a renda multimilionária de suas ope-

rações secretas. Como documenta Alfred McCoy, desde a guerra do Vietnã, a CIA foi utilizada para canalizar dinheiro sujo do narcotráfico, com o qual foram financiadas as atividades de política externa de Washington.¹⁷⁸ Isso significa que a acumulação de riqueza a partir do narcotráfico transformou a CIA em uma poderosa entidade financeira, que opera por meio de uma rede de fachadas corporativas, bancos e instituições financeiras, as quais detêm enorme poder e influência.

Tais “consórcios”, patrocinados pela CIA, com o tempo, fundiram-se com outros grandes grupos e empresas, não apenas para a produção de armas e no setor petrolífero, como também no setor financeiro e de bens de raiz, entre outros. Bilhões de narcodólares são canalizados com o apoio da agência para os bancos “legítimos” e, assim, financiam diversas atividades econômicas. Isso significa que as atividades secretas da CIA têm um papel clandestino crucial para que os poderosos interesses financeiros e bancários assegurem a apropriação de dinheiro proveniente do narcotráfico. Desse ponto de vista, o Afeganistão é estratégico porque é o maior produtor de heroína do mundo. O governo Bush mandou esmagar o governo talibã porque este, cumprindo a ordem das Nações Unidas, baixara a produção de ópio em cerca de 90% (ver o capítulo 2). O bombardeio serviu para restaurar o negócio multimilionário da droga, que merece tanta pro-

¹⁷⁸ Michael Mandel, “This war is illegal and immoral: it will not prevent terrorism”, Science Peace Fórum & Teach-in, 9 de dezembro de 2001. CRG (globalresearch.ca/articles/MAN112A.html), dezembro de 2001)

teção da CIA. Enquanto isso, os Estados Unidos conseguiram impor um governo títere, representado pelo primeiro ministro Hamid Kharzai, e a produção de ópio voltou a crescer, até alcançar seus níveis históricos.

A guerra, um negócio rendoso

A comunidade militar e de inteligência também desenvolveu suas próprias operações para fazer dinheiro nas áreas de serviços mercenários, defesa e inteligência. Personagens-chave no governo Bush – inclusive o vice-presidente Dick Cheney, por meio de sua empresa Halliburton – estão ligadas a esses grupos.

Nessa Nova Ordem Mundial, a busca de renda propicia a manipulação política, a corrupção de funcionários e o exercício rotineiro de operações sigilosas de inteligência em benefício dos interesses dos grandes consórcios. Exércitos paramilitares estimulados pelos Estados Unidos em diversas partes do mundo são treinados e equipados por grupos de mercenários contratados pelo Pentágono. Em última instância, a decisão de fazer a guerra já não é controlada pelo Estado, mas subordinada a interesses econômicos privados.

Ao se vincular a Wall Street, as agências de inteligência, entre as quais a CIA, favoreceram vínculos clandestinos com poderosos cartéis do narcotráfico que, por meio da lavagem de dinheiro, investem grandes somas em negócios legítimos. Nessa nova ordem, apagaram-se os limites entre “capital organizado” e “crime organizado”. A globalização do comércio e das finanças tende a favorecer a resultante “globalização” da economia

criminosa, estreitamente vinculada ao *establishment* corporativo, o que, por sua vez, propicia a criminalização do aparato de Estado. Como foi amplamente documentado, altos funcionários do governo estadunidense estão vinculados ao narcotráfico.¹⁷⁹

A “dolarização” e o grande cartel

A par de assegurar o controle de extensas reservas de petróleo e oleodutos ao longo do corredor euro-asiático, em benefício dos gigantes petrolíferos anglo-americanos, o objetivo final de Washington consiste em desestabilizar e, depois, colonizar a China e a Rússia – com a reorganização dos sistemas financeiros nacionais, o controle da política monetária e a possível imposição do dólar estadunidense como moeda nacional. Esse objetivo já foi parcialmente atingido na Rússia, onde o dólar está se transformando na moeda de fato do país.

Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos estabeleceram uma presença militar permanente na fronteira ocidental da China, o sistema bancário desse país “abriu-se” para os bancos e instituições financeiras do Ocidente, a partir de seu ingresso na OMC, em 2001. A tendência é eliminar o sistema bancário de Estado, que distribui créditos a milhares de empresas industriais e agrícolas. Ironicamente, esse sistema de créditos estatais permitiu à China manter seu papel de maior “colônia industrial” do Ocidente, produtora de bens manufaturados com

¹⁷⁹ Alfred McCoy, “Drug fallout: the CIA’s forty years complicity in the narcotics trade”, *The Progressive*, 1º de agosto de 1997.

mão-de-obra barata, para o consumo dos mercados europeu e estadunidense.

A desregulamentação do crédito estatal levará a uma terrível onda de quebras, que possivelmente devastará o panorama econômico da China. Por sua vez, a reestruturação das instituições financeiras poderá, em alguns anos, desestabilizar sua moeda nacional, o *renminbi*, por meio de golpes especulativos, dando início a um processo de “colonização” econômica e política por parte do capital ocidental.

Em síntese, o fato de os “especuladores institucionais” poderem manipular livremente os mercados de divisas, como ocorreu na crise asiática de 1997, representa uma arma poderosíssima para quebrar as economias nacionais. A “guerra financeira” aplica complexos instrumentos especulativos, entre eles uma ampla gama de comércio derivado, câmbios prévios de divisas, opções de divisas, fundos de cobertura, fundos indexados etc. Instrumentos especulativos já foram empregados com o fim de captar riqueza e obter o controle dos ativos produtivos. Como disse o primeiro ministro da Malásia, Mahatir Mohamad: “Essa desvalorização deliberada da moeda de um país por parte de corretores de divisas, com o único objetivo de lucrar, é uma negação aberta dos direitos das nações independentes”.¹⁸⁰

¹⁸⁰ Para mais detalhes, ver Michel Chossudovsky, “Globalization and the criminalisation of economic activity”, *Covert Action Quarterly*, número 58, outono de 1996. Michel Chossudovsky, “Financial scams and the Bush family, excerpts from the western press compiled by Michel Chossudovsky”, CRG (globalresearch.ca/articles/CHO202C.html), 18 de fevereiro de 2002.

Quadro 8. 1 – A “guerra financeira”, um instrumento de conquista. Na Coréia, Indonésia e Tailândia, os cofres dos bancos centrais foram saqueados por especuladores institucionais, enquanto as autoridades monetárias tentavam em vão levantar sua débil moeda. Em muitos sentidos, os assaltos especulativos contra esses países representam um ensaio geral para a aplicação de processos similares contra a moeda chinesa, o *renminbi*. Em 1997, mais de 100 bilhões de dólares das reservas em divisas fortes da Ásia foram confiscadas e transferidas, em alguns meses, para mãos privadas. Em função da desvalorização das divisas, os salários reais e o emprego caíram da noite para o dia, levando à pobreza em massa países que durante o período posterior à guerra vinham registrando um progresso econômico e social significativo. A fraude financeira no mercado de divisas desestabilizou as economias desses países, criando condições para o saque de seus ativos produtivos, em mãos dos chamados “abutres estrangeiros”. Em muitos sentidos, essa crise mundial leva à morte dos bancos centrais, o que significa a anulação da economia nacional e a impossibilidade do Estado de controlar a criação de dinheiro em benefício da sociedade. As reservas privadas – em mãos dos “especuladores institucionais” – superam em muito a limitada capacidade dos bancos centrais do mundo inteiro, que não podem, individual ou coletivamente, fazer frente à onda especulativa. A política monetária está à mercê de credores privados, que têm a capacidade de congelar orçamentos estatais, pa-

ralisar processos de pagamento, inibir o desembolso constante de salários para milhões de trabalhadores – como ocorreu na antiga União Soviética – e precipitar o colapso dos programas sociais e produtivos. À medida que a crise se aprofunda, os ataques especulativos aos bancos centrais alcançam a China, a América Latina e o Oriente Médio, com conseqüências econômicas e sociais devastadoras. Fonte: Michel Chossudovsky, "Financial warfare, third world network, penang" (twinside.org.sg/title/trig-cn.htm), 1999.

Com a liberalização comercial e a desregulamentação da agricultura e da indústria chinesas – seguindo as regras da OMC – prevê-se desemprego em massa, além de distúrbios sociais. Da mesma forma, as operações secretas que os Estados Unidos patrocinaram no Tibete e na região autônoma de Xinjiang-Uigur para apoiar movimentos secessionistas, estimulam a instabilidade política, o que por sua vez reforça o processo de “dolarização”.

Em termos mais amplos, a desregulamentação das instituições bancárias causou estragos na maioria dos países do mundo. A agenda política externa de Washington consiste em usurpar a posição do euro e em impor o dólar estadunidense como “divisa global”, em aberto confronto com os poderosos interesses bancários que respaldam o sistema monetário europeu. A militarização de grandes regiões do mundo – onde competem o dólar e o euro – respalda o processo de “dolarização”, o que significa que a “dolarização” e o “livre mercado”, sus-

tentados pela militarização, formam os dois pilares do império estadunidense.

Militarização e dolarização do hemisfério ocidental

No hemisfério ocidental, Wall Street ampliou seu controle, ao deslocar ou adquirir as instituições financeiras existentes. A militarização e a dolarização são a base do império estadunidense. Com a ajuda do FMI, Washington ameaça os países latino-americanos para que aceitem o dólar como sua moeda. Por sua vez, as mesmas companhias petrolíferas anglo-americanas – Chevron, BP, Exxon – que tentam controlar a riqueza petrolífera da antiga União Soviética, estão presentes na região andina. Sob o disfarce de “guerra ao narcotráfico e ao terrorismo”, os Estados Unidos conseguiram a militarização dessas duas regiões. A agenda secreta consiste em proteger tanto os oleodutos quanto os grandes interesses financeiros que estão por trás do multimilionário negócio do narcotráfico. Na Colômbia, muitos dos grupos paramilitares responsáveis por centenas de assassinatos e milhares de desaparecidos são financiados pelos Estados Unidos, por meio do Plano Colômbia.

O Plano Colômbia, instrumentado com a colaboração e a imposição das diretrizes do FMI, destruiu a economia e a agricultura colombianas. Assim, a militarização do continente latino-americano é parte fundamental da agenda de livre comércio. Está sendo negociada uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), “paralelamente” ao protocolo de cooperação militar assinado por 27 países do continente americano – a chamada “declara-

ção de Manaus” – que virtualmente deixa todo o hemisfério sob controle militar dos Estados Unidos.

Na América Latina, as conseqüências econômicas e sociais da “dolarização” foram devastadoras. A crise argentina é resultado direto dessa dolarização, que Wall Street e o sistema de Reservas Federais dos Estados Unidos impuseram para controlar diretamente a política monetária. Toda a estrutura dos gastos públicos da Argentina está sob controle de credores estadunidenses. Os salários reais desabaram, os programas sociais foram eliminados e amplos setores da população foram lançados em uma pobreza profunda. Esse modelo, posto em prática na Argentina, sem dúvida será reproduzido por toda a parte, como “um golpe invisível” do império estadunidense, atacando outras regiões do mundo.

9. COMO DESARMAR A NOVA ORDEM MUNDIAL

A “guerra ao terrorismo” é uma falácia. Foi amplamente documentado que o pretexto para travá-la foi uma mera fabricação. A realidade foi alterada. Agora, a guerra é anunciada como uma intervenção humanitária para restaurar a democracia; a ocupação militar e a matança de civis pretendem manter a paz; a eliminação das liberdades – no contexto da “legislação antiterrorista” – é apresentada como um meio para obter a segurança nacional e defender as liberdades civis.

De outra parte, foram reduzidos os gastos com saúde e educação, para financiar a indústria bélica e o Estado policial. Graças ao império estadunidense, milhões de pessoas estão em estado de pobreza, enquanto os países se transformam em territórios abertos. Da mesma forma, implantam-se protetorados, com a benção da comunidade internacional, formando-se governos inte-

rinos, títeres políticos designados pelos gigantes petrolíferos que, coincidentemente, contam com o aval das Nações Unidas, uma organização que, cada vez mais, faz o que dizem os Estados Unidos. De uma perspectiva histórica, o 11 de setembro é a maior mentira da história desse país.

Um Estado totalitário

A tendência para um sistema totalitário cresce rapidamente; as instituições de guerra, a repressão policial e a manipulação da economia estão vinculadas entre si (é o que se chama “remédio econômico forte”). Esse sistema se nutre da manipulação da opinião pública. As “realidades fabricadas” de Bush devem transformar-se em verdades indelévels, que fazem parte de um amplo consenso político e dos meios de comunicação. Nesse sentido, os meios de comunicação corporativos são um instrumento do sistema totalitário, que omitiu com o maior cuidado a análise da crise de 11 de setembro. Milhões de pessoas foram enganadas quanto às causas e às conseqüências desta data.

Enquanto Bush põe em prática sua “guerra contra o terrorismo”, as evidências – incluindo montanhas de documentos oficiais – confirmam plenamente que vários presidentes apoiaram e deram seu aval ao terrorismo internacional. Apesar disso, esse é um fato que deve ser omitido porque, se filtrar para os ouvidos do público, já não existirá justificativa para a guerra e a legitimidade dos atores principais estará ameaçada, de modo que esses aprovam novas leis para se protegerem:

“Estamos nos transformando em uma república de bananas, onde há “desaparecidos”, um fenômeno que só ocorria nas ditaduras latino-americanas das décadas de 1970 e 1980, essas sim, com o apoio do governo de turno dos Estados Unidos”.¹⁸¹

Como desarmar a Nova Ordem Mundial

A militarização, as operações de inteligência, secretas, e a guerra aberta apóiam a ampliação de uma economia de “livre mercado” em novas fronteiras. O avanço da máquina de guerra estadunidense fomenta uma acumulação de riqueza privada sem precedentes, que ameaça o futuro da humanidade.

Os perigos de uma guerra no Terceiro Mundo devem ser previstos e bem compreendidos. Para desarmar a Nova Ordem Mundial torna-se necessário desmascarar as características intrínsecas desse sistema totalitário, o que não deve se reduzir a um punhado de escritores e críticos, mas ser compartilhado com nossos compatriotas, cuja vida pode ser diretamente afetada pela guerra e pelo terrorismo.

É preciso compreender esse sistema para gerar movimentos de massa coesos, que revertam a maré e impeçam o advento de uma nova guerra mundial. O capitalismo global e a economia de mercado estão estreitamente vinculados aos corredores do poder. E o poder por trás desse sistema é o dos bancos e institui-

¹⁸¹ Michel Chossudovsky, “Financial warfare, third world network, penang” (twinside.org.sg/title/trig-cn.htm), 1999.

ções financeiras internacionais, da indústria bélica, dos grandes consórcios petrolíferos, de energia e de biotecnologia, e dos gigantes dos meios de comunicação, que fabricam as notícias e distorcem os acontecimentos mundiais.

Desarticular o sistema exige mais do que clamar pela “democratização” do sistema financeiro e pelas “reformas” junto aos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC e ONU). As reformas não modificarão o funcionamento do capitalismo global, nem vão alterar as estruturas de poder subjacentes. De fato, a Nova Ordem Mundial não apenas permite, mas estimula ativamente esse tipo de reformas “cosméticas”, porque permitem a ilusão de que “os globalizadores” estão, de algum modo, comprometidos com uma mudança progressiva.

Por que se mantém a ilusão da democracia

O governo Bush precisa se legitimar diante da opinião pública e, por isso, iniciou a guerra ao terrorismo como um ato para proteger os interesses da sociedade estadunidense, com o apoio total do povo e da comunidade internacional.

Para construir essa legitimidade, Bush não apenas precisa manter as falsidades que sustentam a guerra, como manter a ilusão de que a democracia continua existindo. Conservar a retórica da liberdade e da democracia é parte do processo de construção de um Estado totalitário. Embora a “divergência legítima” seja estimulada, a democracia exige que “haja equilíbrio entre as liberdades civis e a segurança pública”.

“Nossa resposta à ameaça do terrorismo no contexto da vulnerabilidade sistêmica repercutirá tanto no custo para proporcionar segurança quanto nas liberdades valorizadas por muitas comunidades”.¹⁸²

Por que fomentar a divisão

Para transmitir a ilusão de democracia, os “globalizadores” devem “fomentar a divisão”, isto é, criar, estimular e financiar sua própria oposição política, já que precisam fomentar o tipo de crítica que não questiona seu direito de governar e de aparecer como uma opção legítima.

Esse contra-discurso libertário – que serve para desarmar os movimentos de massa genuínos contra a guerra e a globalização – é parte dos fundamentos do sistema totalitário. Os líderes de confederações sindicais e ONGs do sistema, assim como “acadêmicos” e críticos seletos, são chamados a participar da formulação de políticas, junto com banqueiros, empresários e políticos.

A tática consiste em selecionar líderes sociais “em quem possamos confiar” e integrá-los ao “diálogo”, separá-los de seus pares e fazer-lhes sentir que são “cidadãos globais”, que velam pelo bem estar de seus compatriotas; mas fazendo-os agir de maneira a favorecer os interesses do *establishment* corporativo: “Os empresários, os governos e os líderes da sociedade civil devem ter a criatividade de forjar novos caminhos

¹⁸²Christopher Bollyn, “In the name of security, thousands denied constitutional rights”, *American Free Press*, 29 de novembro de 2001.

institucionais para uma economia global mais includente”.¹⁸³

O ritual da “participação civil” desempenha vários papéis. Exige que esses líderes “progressistas” aceitem a premissa fundamental de que Bush e seu governo travam uma campanha contra o terrorismo internacional, em função dos acontecimentos de 11 de setembro. Como disseram Edward Herman e David Peterson, esse recuo (acomodação da esquerda), para suavizar o papel terrorista dos Estados Unidos, mistura-se a interpretações seriamente tergiversadas dos acontecimentos...”¹⁸⁴

Uma vez aceita a premissa de que a prioridade do governo estadunidense é cortar pela raiz o terrorismo internacional, os intelectuais de esquerda e os críticos da sociedade civil são convidados a expressar suas “reservas” com relação à conduta dos Estados Unidos diante da guerra, seus efeitos na população civil ou sua preocupação humanitária com a eliminação do estado de direito.

De acordo com esse ritual, não se questiona a falsidade da justificativa para a guerra, apesar das evidências documentais de que se trata apenas de uma falsificação. Por exemplo, diversas ONGs acusaram Bush de violar a Convenção de Genebra, de 1949, com relação à forma de tratar os prisioneiros de guerra, sem questionar a própria legitimidade da guerra.

¹⁸³ Fórum Econômico Mundial 2002, (weform.org).

¹⁸⁴ Palavras de Ed Mayo, diretor-geral da Fundação New Economics, Fórum Econômico Mundial 2002, Nova York, fevereiro de 2002, (weforum.org).

Se bem haja uma “crítica construtiva” aos globalizadores, seu direito a governar não é questionado. E o que se obtém com essa “acomodação da esquerda” e com a “participação da sociedade civil” é o fortalecimento do poder das elites da inteligência militar e do *establishment* corporativo, debilitando e dividindo, ao mesmo tempo, os movimentos de protesto.

Mais do que tudo, a acomodação da esquerda divide o movimento real de protesto; divide o movimento contra a guerra do movimento antiglobalização e impede a gestação de um movimento mais amplo contra o império estadunidense. Quando as grandes uniões comerciais e ONGs do sistema não denunciam a falsidade da guerra ao terrorismo, contribuem para enfraquecer qualquer oposição real que possa estar se organizando contra a Nova Ordem Mundial.

Como afirma John Sweeney, presidente da AFL-CIO: “Todos estamos revoltados, mas deixemos que nossa revolta seja dirigida contra o inimigo real: os terroristas e aqueles que os apoiaram devem prestar contas à Justiça”.¹⁸⁵

Como construir verdadeiros movimentos de massa

Estamos na conjuntura de uma das lutas sociais mais importantes da história mundial, que exige um grau sem precedentes de solidariedade e compromisso. A nova guerra dos Estados Unidos – inclusive a guerra nuclear, que é o objetivo atual da política externa dos Estados

¹⁸⁵ Edward Herman e David Peterson, “Who terrorizes whom”, *Global Outlook*, vol. 1, número 1, primavera de 2002, p. 47.

Unidos – ameaça o futuro da humanidade. E essa frase não é um exagero.

Alguns pensam que o sistema pode mudar com “novas idéias” ou “paradigmas” para encontrar “formas alternativas de organização econômica e social”, e que as políticas de governo vão incorporar, de alguma maneira, novos conceitos. Esse ponto de vista – tão em voga entre os apologistas da sociedade civil – exige diálogo, debate e discussão com políticos eleitos, para definir as reformas e “alternativas”.

Mais importante ainda, a esquerda acomodada nunca questiona a legitimidade dos políticos eleitos que abertamente dão seu aval à “guerra contra o terrorismo”, e com frequência banaliza a gravidade da crise resultante de 11 de setembro. Tampouco reconhece que o objetivo dos Estados Unidos é travar uma guerra de conquista, com conseqüências funestas para a humanidade, nem menciona a relação entre os objetivos da guerra e as estruturas do capitalismo global. Em outras palavras, não ousa olhar atrás da cortina, para ver quem realmente controla a agenda secreta. Tampouco considera que nossos chefes de Estado, ao declarar essa guerra, estão violando o Direito Internacional e são responsáveis por crimes de lesa-humanidade.

Estabelecer um “sistema econômico e social alternativo”, a partir de princípios abstratos, não resolve a natureza da ordem mundial nem as estruturas de poder que a mantêm. A formulação abstrata de uma alternativa não garante uma mudança de fundo nem a modificação das regras do capitalismo contemporâneo. Tais regras – re-

sultado de um complexo acordo entre as elites empresariais e o *establishment* militar e de inteligência – não podem ser modificadas com a formulação de um novo paradigma, pleiteando-se um mundo “mais justo”, nem apresentando moções ou petições aos líderes do G-7, que, no fim das contas, são os lacaios da Nova Ordem Mundial. Só um novo equilíbrio de poder no interior da sociedade permitirá uma mudança de fundo.

A coluna vertebral desse sistema é a militarização, que legitima e impõe o sistema capitalista de mercado global. Torna-se impossível “desativar o golpe invisível” sem desmontar, simultaneamente, o aparato militar e de inteligência que o apóia. As bases militares e as fábricas de equipamento bélico devem ser encerradas, assim como a produção de armas nucleares, o que significa uma mudança drástica para produção civil.

Desmontar a Nova Ordem Mundial exige também a transformação das estruturas de poder, sobretudo dos bancos, das instituições financeiras e das transnacionais, além de uma mudança radical no aparelho de Estado. Sem dúvida, são problemas complexos, cuja solução deve se basear em uma escrupulosa análise durante os próximos anos.

Nesse sentido, a prioridade é deter a privatização dos ativos sociais, da infra-estrutura e dos serviços públicos, incluindo a eletricidade e a água, assim como das instituições públicas: hospitais, escolas, terras comunitárias etc.

Caberia acrescentar, entretanto, que esse processo, que requer um debate a fundo sobre opções políticas,

não pode ocorrer a menos que sejam desmascaradas as falsidades que legitimam a guerra e a globalização.

Esse esforço requer tornar ilegítimo o sistema e aqueles que governam em nosso nome; afastar os políticos que são criminosos de guerra, transformar o sistema judiciário, limpar o sistema bancário. Mas nada disso será possível enquanto os cidadãos continuem legitimando cegamente o consenso neoliberal.

Devemos destruir a legitimidade da Nova Ordem Mundial.

Movimentos sociais

Atualmente, os movimentos sociais estão muito confusos, sendo possível cooptar os líderes sindicais e os políticos de esquerda.

É como se o movimento de protesto contra a globalização tivesse se reunido em torno da cúpula econômica realizada sob os auspícios de diversas sedes “oficiais”: G-7, instituições de Bretton Woods, Fórum Econômico Mundial, entre outras. Ainda que essas reuniões internacionais convoquem ativistas do mundo inteiro, em geral são dominadas por uns quantos intelectuais e organizadores da sociedade civil, que determinam a agenda. Essas personalidades vão de reunião em reunião, o que, com o passar dos anos, transformou-se em um ritual.

Criar a dissidência

Freqüentemente, dinheiro do governo e doações de fundações privadas – como a Fundação Ford ou a

MacArthur – financiam conferências e seminários internacionais.

Esse “apoio” à dissidência é chave. Delimita as fronteiras da oposição. Desse modo, ninguém pode questionar profundamente a legitimidade do governo e dos consórcios visto que são esses que pagam a conta. Assim, fica assegurado que as organizações criticarão o sistema sem enfrentar seus patrocinadores nem tomar a dianteira em um movimento significativo.

Muitas das organizações envolvidas transformaram-se em “lobistas” e, em geral, são financiadas por governos e organizações intergovernamentais. Assim, suas demandas, petições e declarações ignoram problemas como o cancelamento da dívida e a reforma macroeconômica.

O ritual da contracúpula

A base da luta não pode consistir na organização de contracúpulas internacionais. Para desmontar o império estadunidense, devemos chegar a um plano mais elevado, gerando movimentos de massa em nossos respectivos países; movimentos de base popular, que se integrem nacional e internacionalmente, que revelem a cara oculta da Nova Ordem Mundial e que transmitam a mensagem das conseqüências da globalização e da militarização. Esses movimentos são, em última instância, a força que poderá enfrentar aqueles que estão saqueando o mundo.

Da mesma forma, é necessário democratizar as organizações de base, como sindicatos – cujos líderes fo-

ram visivelmente cooptados – e permitir que os grupos de base voltem a se apropriar delas. Em outras palavras, é necessário reconstruir essas organizações a partir de seu interior.

O processo deverá ser realizado em todos os setores organizados de trabalho – operários, camponeses, professores, funcionários, profissionais – o que, no futuro, levará à transformação das confederações sindicais, nacionais e internacionais. Será necessário democratizar as estruturas de liderança e esboçar uma agenda para a luta e a resistência contra a guerra e a globalização.

Outros setores da sociedade, incluindo empresas médias e pequenas e produtores independentes, cuja existência está ameaçada pelas grandes transnacionais, também devem abordar esses problemas em suas respectivas organizações.

O processo de democratização deve começar no interior das forças militares, policiais e de segurança, com o objetivo de desmontar efetivamente o aparato repressivo do império.

Organizações de base

Também é necessário criar em cada país uma extensa rede de conselhos locais: em cada bairro, local de trabalho, escola e universidade, integrando milhões de cidadãos. Essas redes nacionais poderiam, por sua vez, fazer parte de um movimento internacional de espectro mais amplo. Em primeira instância, os conselhos populares poderiam tirar a legitimidade do capitalismo global, informando, educando e sensibilizando seus concidadãos

com relação ao futuro da Nova Ordem Mundial; desmascarando a falsidade e as mentiras dos meios de comunicação, assumindo uma posição firme frente à guerra, estabelecendo vínculos entre globalização e militarização e organizando debates sobre os efeitos concretos das mortíferas reformas macroeconômicas, entre muitas outras medidas.

A partir do que foi dito, os conselhos e suas respectivas redes, nacionais e internacionais, ficariam cada vez mais politizados, até formar a base da resistência organizada e da transformação. Por sua vez, e em determinadas circunstâncias, os conselhos se transformariam em um governo paralelo de fato.

A luta terá que ser incluyente e democrática, envolvendo todos os setores da sociedade, unindo trabalhadores, camponeses, produtores independentes, pequenos empresários, profissionais, artistas, funcionários de carreira, padres, estudantes e intelectuais. Os movimentos atuais contra a guerra e a globalização, os grupos ambientalistas, os que lutam pelos direitos civis e contra o racismo devem unir forças e agrupar-se em torno dos perigos que representa a Nova Ordem Mundial: a destruição, o empobrecimento e a ameaça, por meio da guerra, do futuro coletivo de nosso planeta.

Torna-se urgente conseguir a globalização dessa luta contra o império estadunidense, a qual exige um grau de solidariedade e internacionalização sem precedentes. O sistema econômico global se nutre da divisão da sociedade entre países e no interior destes, razão pela qual é necessário um forte impulso que aglutine os movimen-

tos sociais de todas as regiões importantes do mundo em uma busca e um compromisso comuns, para eliminar a pobreza e obter uma paz mundial duradoura.